

UBERLÂNDIA

Painel de Informações Municipais – 2009



Centro de Pesquisas Econômico-sociais – CEPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS

UBERLÂNDIA

Painel de Informações Municipais - 2009

Uberlândia
2010

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Alfredo Júlio Fernandes Neto - Reitor

Instituto de Economia – IE

Clésio Lourenço Xavier - Diretor



Centro de Pesquisas Econômico-sociais – CEPES

Coordenador

Henrique Barros

Equipe técnica

Álvaro Fonseca e Silva Júnior

Ana Alice B. P. Damas Garlipp

André Luiz Teles Rodrigues

Carlos José Diniz

Durval Perin

Ester William Ferreira

José Wagner Vieira

Luiz Bertolucci Júnior

Marlene Marins de Camargos Borges

Paulo Sérgio Rais de Freitas

Equipe de apoio

Carlos Manoel Lopes Nogueira

Claudécio Lourenço

Diógenes Rodrigues de Oliveira

Edivaldo Borges de Souza

Glaúcio de Castro

João Batista da Silva

Mario José Ferreira

Rejane Alves Corrêa

Walter Martins Silva

Uberlândia: painel de informações municipais - 2009

Elaboração

Álvaro Fonseca e Silva Júnior
Ana Alice B. P. Damas Garlipp
André Luiz Teles Rodrigues
André Luiz Pires Muniz
Carlos José Diniz
Durval Perin
Ester William Ferreira
Henrique Daniel Leite Barros Pereira
José Wagner Vieira

As opiniões contidas nessa publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, a opinião do Centro de Pesquisas Econômico-sociais ou da Universidade Federal de Uberlândia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U14p Uberlândia: painel de informações municipais - 2009 / Elaboração Álvaro
Fonseca e Silva Júnior ... [et al]. - Uberlândia : UFU, CEPES, 2010.

147 p.

Inclui bibliografia.

ISBN :

1. Uberlândia - Condições econômicas. I. Silva Júnior, Álvaro Fonseca e. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Economia.

CDU: 338(815.12*UDI)

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

Centro de Pesquisas Econômico-sociais - CEPES

Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1J – Sala 1J 219 – Campus Santa Mônica

CEP: 38.400-902. Uberlândia – Minas Gerais.

Telefone: (34) 3239-4157 / (34) 3239-4327 / Fax: (34) 3239-4205

<http://www.ie.ufu.br/cepes>

e-mail: cepes@ufu.br

Apresentação

Prezado Leitor,

O Centro de Pesquisas Econômico-sociais – CEPES tem a honra de apresentar-lhe a mais nova edição do Painel de Informações Municipais de Uberlândia.

Esta é a 5ª edição dessa publicação, que cada vez mais se consolida como um importante olhar sobre a cidade de Uberlândia, colaborando para a apreensão de sua realidade e a construção de intervenções conscientes e comprometidas com o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o painel auxilia no preenchimento de significativas lacunas existentes quando se busca análises específicas sobre esse município, dada a grande dificuldade em conseguir informações para cidades que não sejam capitais estaduais ou que não façam parte de regiões metropolitanas.

Evidentemente que esse Painel também sofre com essa e outras dificuldades, por isso o aprendizado de fazê-lo a cada biênio e por isso não contemplar sempre um grande número de temáticas, para as quais muitas vezes não se conseguem dados atuais.

No entanto é sempre um desafio que deve e merece ser enfrentado, pois a construção sistemática de interpretações sobre a realidade social em que estamos imersos é imprescindível para superá-la, sendo esse processo, no mínimo, uma forma de manter a crença na transformação.

De fato, é esse o objetivo maior do CEPES, missão em plena consonância com a existência da Universidade Federal de Uberlândia e de seu Instituto de Economia, abrigo desse instituto de pesquisas.

Nas páginas seguintes esse desafio é enfrentado e são apresentadas interpretações sobre a cidade em diversas facetas: de início uma introdução geralista sobre a cidade e sua trajetória de desenvolvimento; depois uma análise de seu sistema produtivo que é seguida por análises sobre o mercado de trabalho da cidade e a inflação vigente em período recente, tudo como forma de abarcar uma maior realidade sobre a economia da cidade; então, seguem-se estudos sobre a educação e a saúde, ampliando a teia de informações para a proteção social; e, por fim, há uma seção para uma pesquisa feita recentemente pelo CEPES, abordando as condições de vida de parcela da população com deficiência no município.

Atenciosamente,

Henrique Barros.

Coordenador do CEPES

Uberlândia, um retrato de seu desenvolvimento

9

Henrique Barros

Estrutura produtiva em Uberlândia

25

Ana Alice

Dinâmica recente do Mercado de Trabalho Formal uberlandense

41

Carlos José Diniz

Índice de preços ao consumidor de Uberlândia

47

Álvaro Fonseca e Silva Junior

André Luiz Teles Rodrigues

José Wagner Vieira

Carlos José Diniz

A educação em Uberlândia: uma análise de sua abrangência e qualidade

101

André Luiz Pires Muniz

Durval Perin

Condições de saúde

117

Ester William Ferreira

Seção especial

131

Aspectos demográficos e condições de ocupação e renda das pessoas com deficiência

Ester William Ferreira

Uberlândia: um retrato de seu desenvolvimento.

Henrique Barros¹

Perguntar em que cidade se vive deveria ser a pergunta mais comum que cada habitante deveria fazer. E não só aos formuladores de políticas públicas, esperando que esses, por terem uma obrigação maior em apreender a totalidade de desenvolvimento da cidade lhes entregue a resposta de que precisam. Essa é uma pergunta que cada habitante também deve fazer a si, seja como forma de buscar respostas de forma autônoma daqueles que regem a cidade, ampliando sua capacidade de fiscalizá-los, mas também, e principalmente, como forma de se entender nesse espaço.

Nesse sentido, o que as linhas que se seguem pretendem é apresentar um olhar, uma interpretação, que, sem o objetivo, ou a vã ambição, de apreender a totalidade da real Uberlândia, buscam contribuir para que cada um possa construir sua resposta àquela pergunta.

Retrato de desenvolvimento: cidades comparadas.

Uberlândia é uma bela cidade. Com os seus 121 anos de emancipação política, e outros tantos de construção histórica até ter sua municipalidade, a cidade conquistou um arranjo de desenvolvimento marcado por uma das melhores qualidades de vida entre as grandes cidades.

¹ Economista do CEPES.

Sim, Uberlândia é uma cidade grande: a segunda maior do Estado e a décima maior cidade não-capital do país². A estimativa dá conta de 634.345 habitantes que vivem em uma sólida economia – um número nem de perto seguido pelas demais cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba³, o que lhe confere o reconhecimento de líder regional, atraindo essas cidades para sua zona de influência.

De fato, Uberlândia está em um patamar de desenvolvimento diferente daquele da maioria das cidades de sua região, e não faria muito sentido compará-las como uma forma de demonstrar as relativamente boas condições de vida na cidade. Para que se tenha um referencial mais claro, é necessário comparar Uberlândia com cidades de porte similar, pois há uma maior possibilidade dessas apresentarem os mesmos desafios de desenvolvimento.

Nesse sentido, considerando as cidades que possuem mais de 500 mil e menos de 1 milhão de habitantes no Brasil, tem-se 26 municípios cuja observação pode mostrar uma situação relativa da cidade de Uberlândia. Os dados estão na TABELA 1.

Entre esses municípios, Uberlândia apresentou, em 2006, o 9º maior PIB, superando em produção de bens e serviços algumas capitais de Estado. Também foi 9º quando considerado o PIB *per capita*, o que mostra que alguns municípios estão conseguindo um nível bem mais elevado de produto por habitante: pode-se tomar como exemplo a cidade de Osasco – já que Duque de Caxias tem a singularidade de participar do arranjo industrial petrolífero nacional e São Bernardo do Campo é a principal cidade do ABC Paulista –; em um exercício teórico, considerando a população atual de Uberlândia, para que essa tivesse o mesmo PIB *per capita* de Osasco, seu PIB teria de ser cerca 53% maior.

No entanto, produção não significa, necessariamente, desenvolvimento. Esse depende de um conjunto muito maior de fatores que a simples valoração da soma de toda a produção de bens e serviços de uma sociedade, que sequer tenta apreender quem se apodera dessa riqueza e como ela é utilizada.

Mais que isso, buscar apreender o grau de desenvolvimento de uma sociedade passa por identificar os fatores responsáveis por construir o seu bem-estar, por analisar como as pessoas vivem. Evidentemente, há grandes limitações em apreender a totalidade da qualidade de vida de um indivíduo, ainda mais em meio a uma grande população. Contudo, há uma grande gama de indicadores que podem ser utilizados para estabelecer uma percepção sobre a qualidade de vida de um indivíduo em uma grande sociedade.

² IBGE. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01/07/2009.

³ No mesmo trabalho, Uberaba, a segunda maior cidade da região, teve população estimada em 296.261.

Tabela 1: Cidades comparadas.

	ESTADO	CIDADE	POP 2009*	PIB 2006 (mil reais)**	PIB per capita 2006 (reais)**	GINI 2003***	IDH 2000**
1	MA	São Luís	997.098	11.217.074	11.235	0,49	0,778
2	RJ	São Gonçalo	991.382	6.887.923	7.076	0,41	0,782
3	AL	Maceió	936.314	6.980.502	7.567	0,52	0,739
4	RJ	Duque de Caxias	872.762	22.565.282	26.392	0,42	0,753
5	RJ	Nova Iguaçu	865.089	6.264.736	7.418	0,41	0,762
6	SP	São Bernardo do Campo	810.979	20.572.084	25.590	0,40	0,834
7	RN	Natal	806.203	7.508.466	9.506	0,53	0,788
8	PI	Teresina	802.537	6.000.490	7.482	0,50	0,766
9	MS	Campo Grande	755.107	7.839.567	10.244	0,46	0,814
10	SP	Osasco	718.646	17.796.629	24.892	0,39	0,818
11	PB	João Pessoa	702.235	5.966.595	8.878	0,50	0,783
12	PE	Jaboatão dos Guararapes	687.688	4.736.433	7.272	0,45	0,777
13	SP	Santo André	673.396	11.674.559	17.341	0,38	0,835
14	MG	Uberlândia	634.345	(9) 10.267.118	(9) 17.101	(3) 0,39	(5) 0,830
15	MG	Contagem	625.393	11.241.163	18.630	0,37	0,789
16	SP	São José dos Campos	615.871	15.530.132	25.419	0,41	0,849
17	BA	Feira de Santana	591.707	3.853.347	7.191	0,49	0,740
18	SP	Sorocaba	584.313	10.162.976	17.581	0,41	0,828
19	SP	Ribeirão Preto	563.107	11.270.937	20.139	0,45	0,855
20	MT	Cuiabá	550.562	7.189.521	13.244	0,48	0,821
21	SE	Aracaju	544.039	5.029.753	9.954	0,47	0,794
22	MG	Juiz de Fora	526.706	5.602.941	11.005	0,41	0,828
23	GO	Aparecida de Goiânia	510.770	2.659.141	5.869	0,41	0,764
24	PR	Londrina	510.707	6.612.093	13.339	0,42	0,824
25	PA	Ananindeua	505.512	2.465.657	4.950	0,38	0,782
26	RJ	Belford Roxo	501.544	2.923.281	5.978	0,38	0,742

* Fonte: IBGE. Estimativas populacionais 2009

** Fonte: IBGE. PIB dos Municípios. 2006

*** Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e POF 2002/2003

**** Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2000

Saindo do vazio de informações do PIB, é possível apreender informações significativas sobre as desigualdades sociais, ou, em outros termos, sobre as diversas formas de restrições a recursos indispensáveis à vida humana. Isso deve ser feito por meio de uma análise plural, que se valha de diferentes temáticas nessa busca por uma totalidade – ainda que se saiba que a totalidade não pode ser alcançada.

Nesse sentido, um dos indicadores comumente utilizado para se avançar sobre as limitações do PIB é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Este indicador é calculado a partir da combinação simples de três outros indicadores: a renda, a partir do PIB per capita, a longevidade, estimada pela expectativa de vida ao nascer, e a educação, considerando o índice de analfabetismo e a taxa de matrícula no sistema educacional.¹

Infelizmente, os últimos dados disponíveis desse indicador para os municípios são de 2000, quando foi realizado o último Censo Demográfico Nacional. Entretanto, mesmo considerando que, desde então, houve avanços importantes em termos de desenvolvimento humano no país, é significativo dizer que tais avanços não mudaram as graves condições dos problemas sociais no Brasil, e que a análise dos dados daquele ano ainda revela informações relevantes, até mesmo por se comparar cidades que naquele tempo já guardavam uma hierarquia de tamanho muito parecida com a atual.²

Como pode ser observado na TABELA 1, Uberlândia tinha o quinto maior IDH entre as cidades selecionadas, mostrando um resultado importante entre cidades que lhe são de porte semelhante. Contudo, mesmo que se considere que, pela nomenclatura atual, esse índice corresponde a um desenvolvimento humano elevado, e que muito possivelmente é mais elevado do que o índice nacional para 2007³, é preciso ponderar que esse índice precisa ser, em muito, melhorado.

E não porque, em 2000, Uberlândia teve apenas o 39º maior valor do índice, o que a deixou fora da lista das 100 cidades do país com maior IDH. Mas porque esse índice ainda reflete consideráveis dificuldades de desenvolvimento – isso talvez mais pelo que não diz do que por aquilo que explicita.

¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD: www.pnud.org.br

² A identificação das cidades com mais de meio milhão de habitantes, em 2009, resultou em uma lista de 40 maiores cidades no país. Considerando a população estimada pelo IBGE, em 2001, observa-se que, dentre as 40 maiores cidades de então, apenas três não estariam presentes na lista de 2009: Niterói - RJ, São João de Meriti - RJ e Joinville - SC. As três novas cidades nessa última lista são: Belford Roxo - RJ, Ananindeua - PA e Aparecida de Goiânia - GO. Importante ressaltar que houve mudanças na hierarquia de tamanho das cidades restantes, mas foram pequenas variações, em geral de duas posições.

³ Não é possível afirmar com certeza, porque o IDH Nacional para 2000 foi recalculado por uma nova metodologia no “Relatório de Desenvolvimento Humano – 2009” (PNUD, 2009), enquanto os municipais ainda não foram revistos.

O IDH é um importante avanço, mas apresenta limitações que não podem ser olvidadas quando se pode engendrar uma análise muito mais detalhada, como, apesar das complicações, é possível para a cidade de Uberlândia.

Tal índice não tem uma apreensão direta das desigualdades de renda, a redução da taxa de analfabetismo e o aumento do número de matriculados não significam, necessariamente, melhoria na qualidade de ensino e a média de longevidade de uma cidade pode esconder distorções cruéis, ainda que sua variação positiva seja um importante indicativo de que a longevidade dos mais pobres tem aumentado.

De fato, o IDH pode dizer muito mais quando observado para diferentes períodos do que seu valor em si⁴. Infelizmente, o IDH para municípios é calculado a partir do censo, feito a cada dez anos, sendo que no ano 2000 deu-se a segunda vez em que este foi calculado, inexistindo, portanto, uma série histórica que permita uma observação mais robusta de sua evolução.

Um passo adicional nessa tentativa de apreensão da realidade da cidade através de indicadores que possam ser comparados ao de outras cidades é dado, aqui, pela apresentação do Índice de Gini.

Tal coeficiente dimensiona a concentração de renda de uma determinada sociedade. Funciona de forma que quanto menor seu valor, melhor a distribuição de renda na cidade.

Para a cidade de Uberlândia, o valor anotado do Índice de Gini, em 2003 – último dado que se tem disponível –, foi de 0,39, o terceiro menor valor dentre as cidades elencadas na TABELA 1. Ou seja, a distribuição de renda em Uberlândia é uma das melhores dentre as cidades consideradas aqui como comparáveis.

No entanto, mais uma vez tem de se ponderar tal conclusão: ainda que seja um dos melhores resultados para o país, e não só dentre aqueles municípios selecionados, é revelador de uma brutal concentração de renda.

De fato, o arranjo societário vigente no Brasil é garantidor de uma absurda concentração de renda, e forças sistêmicas desse arranjo se manifestam em todos os territórios.

E assim, por tamanha concentração de renda, acaba-se por vivenciar significativas fraturas sociais.

É nesse sentido que a necessidade de retratar o desenvolvimento social, sob a égide de um sistema intrinsecamente gerador de desigualdades sociais, o sistema capitalista – que ainda tem tal característica exponenciada em *Terra Brasilis* –, tem de ter como

⁴ No mais, talvez seja possível alertar que, por suas próprias características, haja um limite de nível para o IDH, pelo qual ele só passaria se toda a ordem social fosse reescrita.

imprescindível uma abordagem das ações do Estado não só como indutor, produtor e regulador do crescimento econômico, mas como garantidor das condições de bem-estar social.

Dessa forma, um passo seguinte nesse caminho de apreensão da realidade uberlandense é aprofundar a análise em busca de elementos que possam retratar como está arranjado o bem-estar social dessa comunidade, seja por meio de estatísticas menos agregadas, seja pelo relato de temas fundamentais à construção dessa percepção.

Retrato de desenvolvimento: saneamento básico.

Observar o acesso da população a alguns daqueles bens e serviços tidos como essenciais, como água tratada, esgotamento sanitário e eletricidade, é um bom ponto de partida na continuidade da análise das condições de vida na cidade.

As informações disponibilizadas pelos órgãos responsáveis levam a crer que toda a população que reside em loteamentos regularizados pela prefeitura, tem acesso ao sistema de distribuição de água, de esgotamento sanitário, de distribuição de eletricidade e de coleta sistemática de lixo. Nesses espaços regulares está grande parte da população, e isso é algo a ser comemorado – de fato, são poucas as cidades brasileiras que podem se orgulhar disso.

Mas o que dizer sobre a população que vive em loteamentos irregulares? O que dizer daqueles que moram em terrenos invadidos sem acesso a toda aquela rede de serviços reservada a quem pode morar em um espaço regularizado?

Infelizmente, as informações sobre as condições de vida nesses lugares são bastante limitadas. Não há pesquisas recentes que tenham abordado a condição de vida nessas comunidades.

Como se sabe, a lógica maior do desenvolvimento urbano no sistema capitalista se traduz em territórios de ricos e territórios de pobres, zonas de circulação restrita e de inter-relações majoritariamente obedientes às condições econômicas de seus moradores. Também se sabe que há grandes desigualdades sociais em Uberlândia, sendo visíveis os bairros mais pobres da cidade.⁵

Pesquisas realizadas nos anos de 1996 e 2001, tendo a participação do Centro de Pesquisas Econômico-sociais – CEPES, com o apoio da prefeitura dessa cidade, buscaram traçar, ao seu tempo, uma caracterização das condições de vida das famílias residentes

⁵ De fato, dado o grau de concentração de renda vigente no país, é bem mais simples identificar, na grande maioria das cidades, os poucos territórios dos mais ricos; contudo, já se sabe da boa qualidade de vida nesses bairros.

nesses bairros mais pobres da cidade. Mostraram as restrições de toda ordem a uma vida humana saudável, digna e cidadã.

A pesquisa realizada em 2001 expressa:

“Uma cidade de fortes contrastes, portanto: centro regional consolidado, com uma economia de razoável densidade e significativo poder de irradiação e de atração migratória, convive com marcas profundas de pobreza e indigência, fruto de uma estrutura social injusta, na qual cerca de 10,7% da população (aproximadamente 53,8 mil pessoas) sobrevive com renda per capita abaixo da linha de indigência. Alguns relatos de pesquisadores, durante a aplicação de questionários, chocam pela contundência da privação e da miséria constatadas em algumas áreas periféricas.” (LEME, 2001, pág. 02)

Certamente, tais pesquisas são um significativo instrumental na apreensão da realidade local, avançando sobre as limitações que aqueles primeiros indicadores, aqui anteriormente expostos, encontram. No entanto, como não poderia deixar de ser, dada a interpretação construída por aqueles indicadores, tais pesquisas reescrevem, com maior detalhamento, as desigualdades sociais da cidade.

Sobre o acesso aos serviços primários de saneamento básico – água, esgoto, eletricidade e coleta de lixo –, que no momento é atenção dessa explanação, a pesquisa de 2001 relata que 97% dos domicílios tinham água encanada, 95,4% tinham esgoto, 97,6% tinham energia elétrica e 96% tinham coleta de lixo. (GUIMARÃES, 2001, pág. 117)⁶

Esses são resultados muito bons, que se alinham a percepção de que todos os espaços regularizados estão inseridos nessa estrutura de saneamento primário. Adicionalmente, tais dados deixam ainda espaço para interpretar que há uma pequena parte da população carente desses recursos, muito provavelmente residindo em loteamentos irregulares, sendo que, como se tratam de recursos essenciais à vida urbana, a existência dessa minoria desprotegida merece grande preocupação do poder público.

Evidentemente, é obrigatório explicitar que passaram oito anos desde essa pesquisa, e as condições de acesso a esses serviços podem ter melhorado. Mas é necessário que se diga que é mais provável que tais dados ainda guardem uma sólida relação com a realidade, principalmente pelo reconhecimento de que há áreas de ocupação irregular que podem não estar inseridas nessa teia de serviços primários de saneamento básico.

Ou seja, em que pese as amarras da macroeconomia nacional, ainda há importantes desafios em termos de políticas sociais a serem confrontados pelo poder público municipal,

6 Acredita-se que o percentual de acesso ao sistema de distribuição de água seja maior do que 97%, posto que ocorreu o evento de dois ou mais domicílios compartilharem o mesmo registro. Entretanto, isso não significa que 100% da população tenha água tratada pelo sistema público.

principalmente na urbanização de áreas para a população mais pobre da cidade, o que inclui a regularização da moradia desses, pois fazer isso é lhes dar cidadania.

Retrato de desenvolvimento: trajetória histórica.

Não é preciso dispor de uma análise detalhada para reconhecer Uberlândia como a principal cidade da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e uma das principais cidades de Minas Gerais. Discussões acadêmicas, imprensa em geral, refinados discursos políticos e mesmo o falar cotidiano dos habitantes da região anotam essa hegemonia – impressões que mesmo quando motivadas pela construção de um ideário progressista⁷ encontram alguma relação na comparação com aquelas cidades que por algum motivo lhe servem de parâmetro.

Contudo, é preciso mais que esse reconhecimento. É necessário o entendimento de como esse desenvolvimento foi construído, e isso, obviamente, como estratégia de melhor apreender o presente e pensar o futuro.

Assim, é preciso revisitar a história da cidade buscando identificar as relações sociais que se arranjaram em torno de seu espaço físico. Afinal, como toda história de desenvolvimento social, a história do uso e ocupação do seu solo, do aproveitamento de suas riquezas materiais e localização geográfica, não pode ser entendida apenas como uma determinação irrefreável por conta de tal materialidade em si, mas, e mais por isso, como um constante processo de escolhas e determinações de interesses.

Na ocupação da região, São Pedro de Uberabinha – um breve apanhado de sua história.

Os esforços para apreender a origem da cidade de Uberlândia desembocam no início do século XVII, acompanhando a inserção do hoje Triângulo Mineiro no esquema de colonização de exploração engendrado pelos interesses da coroa portuguesa.

Foi nesse momento que essa região foi alcançada pela lógica de expansão da economia colonial de então: cada pessoa sabia que afora a pequena teia de civilização em que estava envolta, havia um mundo desconhecido, prenhe de possibilidades de enriquecimento; isso as movia. Um desejo cuja expressão sistêmica foi uma busca sempre em expansão por novos territórios, por novas riquezas – razão maior de toda colonização de exploração realizada por Portugal e outros impérios.

⁷ Sobre o ideário progressista da cidade, ver DANTAS (2008).

Nesse sentido, é preciso dizer que o signo mais marcante dessa lógica no Brasil-colônia foram as Bandeiras. E foram elas as primeiras a alcançar o território do Triângulo Mineiro em busca de ouro e escravos, já nos primórdios do século XVII.

Dessa forma, o primeiro reconhecimento desse território foi enquanto área de exploração extrativista, com as bandeiras avançando território no aprisionamento de indígenas, já que o ouro demorou a ser descoberto.

Mas logo, com a descoberta das minas de ouro no sertão goiano, no início do século XVIII, se iniciaria uma nova fase para a região, agora como um instrumental logístico. De fato, tal território passou a ser importante ponto de passagem para a incorporação desse ouro – viagens longas e valiosas, que exigiam paragens seguras e suprimentos diversos no caminho.

O ouro foi descoberto pela bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera filho, e logo se constituiu uma estrada entre as minas por ele descobertas e o núcleo de controle metropolitano responsável por aquele território: a “Estrada dos Goiasés” ou “do Anhanguera”. (LOURENÇO, 2005, pág. 51)

Assim, com essa descoberta, aquela região que ficaria conhecida como o “Sertão da Farinha Podre”, pois a estrada era longa e pouco habitada, resultando no apodrecimento de muitos mantimentos, passa a figurar no mapa de riquezas metropolitanas na colônia. Uma inserção marginal, evidente, mas um elemento a mais para aquele espaço que até então tinha, fundamentalmente, apenas o interesse privado das bandeiras de apresamento e exploração e agora desperta o interesse do poder metropolitano, ainda que seja apenas como sustentar, por essa estrada, a exploração daquele ouro.

Tal estrada, que, como muito provavelmente não poderia deixar de ter sido, seguia a trilha da bandeira do Anhanguera, tornou-se, em 1730, o caminho oficial para o transporte de tamanha riqueza, se apresentando como a linha mestra por onde surgiriam os primeiros vilarejos da região. Bustamante Lourenço, em seu detalhado estudo sobre a colonização do Triângulo Mineiro, relata como a necessidade de garantir a existência dessa estrada, já que os comboios que por ela passavam eram freqüentemente atacados pelos índios, leva a construção de aldeamentos que seriam o suporte desses primeiros vilarejos:

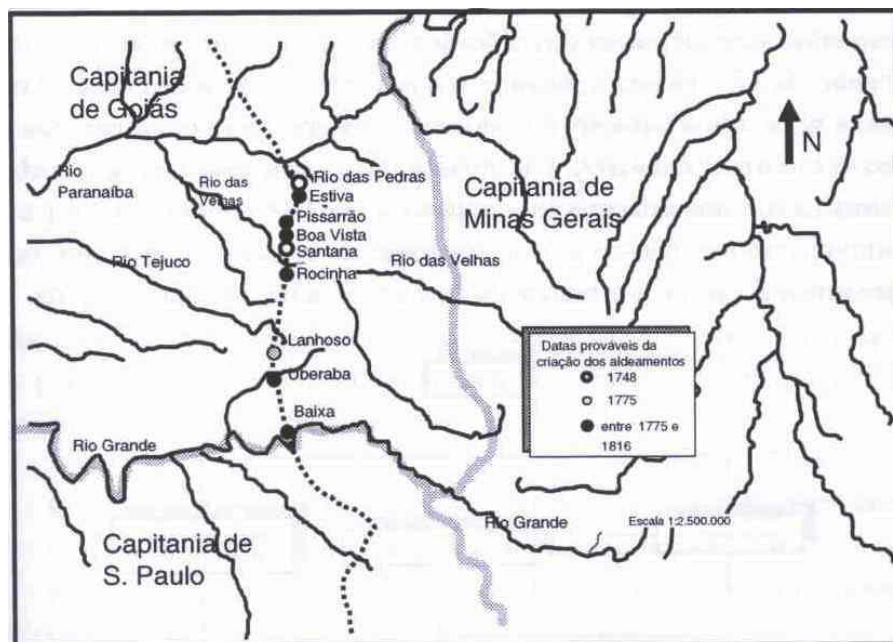
“...A câmara de Vila Boa contratou, às expensas dos fazendeiros e mineradores goianos, o paulista (estabelecido no Cuiabá) Antônio Pires de Campos, o moço, filho do legendário Antônio Pires de Campos, o velho, pioneiro da navegação monçoneira e descobridor das lavras cuiabanas (Holanda, 1995). Tinha a seu serviço índios bororos e parecis, contactados durante a colonização cuiabana e aldeados nos arredores da vila do Cuiabá. Pires de Campos partiu daquela vila acompanhando de 500 índios, iniciando uma campanha de extermínio e apresamento dos caiapós, que duraria até

1750. Com grande violência, repeliu os caiapós em todo o trecho da estrada entre os rios Paranaíba e Grande, na região que, do final do século XVIII em diante, passaria a ser conhecida por Sertão da Farinha Podre. Em seguida, obedecendo ainda à determinação do governador paulista, fundou alguns aldeamentos ao longo do trecho, onde distribuiu seus índios bororos, que doravante se tornariam responsáveis pela defesa do trânsito na estrada (Palacin; Garcia; Amado, 1995)” (LOURENÇO, 2005, pág. 55)

Os aldeamentos, que por si já eram significativos núcleos habitacionais, pois, em síntese, eram morada de centenas de índios, jesuítas, e agentes da administração metropolitana, não faziam só a defesa passiva do caminho, sendo usados na prática do sertanismo e, evidentemente, como pouso e fonte de mantimentos para os comboios, uma dinâmica que, pouco a pouco, os tornou responsáveis pela origem dos primeiros centros urbanos desse território, isso quando eles mesmos não se transformaram nas cidades de hoje, como é o caso dos dois primeiros aldeamentos registrados, Santana e Rio das Pedras, que agora são as cidades de Indianópolis e Cascalho Rico, respectivamente. (LOURENÇO, 2005, pp. 56 a 61)

O mapa abaixo identifica os aldeamentos constituídos na Estrada do Anhanguera que aquele autor encontrou nos registros históricos:

Figura 2: Aldeamentos na Estrada do Anhanguera.



Fonte: (LOURENÇO, 2005, pág. 57).

Dessa forma, como não foi encontrado ouro na região, mesmo depois de inserida no arranjo logístico de extração do ouro das minas de goianas, durante décadas e décadas só existiam os aldeamentos e pequenas paragens da estrada, que ainda que tenham apresentado uma dinâmica de multiplicação de núcleos populacionais, estavam limitados à

manutenção funcional da estrada, não tendo como produzir uma colonização da região, exclusividade, até então, do resultado das dinâmicas dos núcleos de produção de riquezas.⁸

Efetivamente, a colonização do Triângulo Mineiro se deu com uma fase avançada da “migração geralista”: habitantes da então região aurífera se lançaram para o oeste de seu território, colonizando toda essa região. Uma migração que se iniciou já no começo da segunda metade do século XVIII, mas apenas pela virada do século alcançou o lado oeste da Estrada do Anhanguera.⁹

O porquê da migração é não de explicação simplista e ainda é controverso. Há na literatura sobre a questão duas interpretações fundamentais, posto que se contrapõem. A diferença está em responsabilizar ou não o esgotamento da extração de ouro na tradicional zona mineradora dessa capitania pela intensa migração observada na segunda metade do século XVII, período em que essa se inicia.¹⁰

Infelizmente, não cabe no escopo desse breve relato discutir tal questão. Que se fique com o fato de que a migração geralista foi a responsável pela colonização do Triângulo Mineiro. Afinal, é nesse processo que surge o arraial de São Pedro de Uberabinha, a Uberlândia de hoje.

O arraial de São Pedro de Uberabinha encontra uma origem mais específica no arranjo societário que ficou conhecido como “Carrejos”: um pequeno núcleo habitacional na região de um conjunto de fazendas de posse de um grupo de irmãos com esse sobrenome. (ARANTES, 2003, pág. 31)

Com a migração geralista, intensificou-se a concessão de sesmarias e a partilha dessas terras entre diversos colonos, de acordo com as relações de poder fundadas nessa velha estruturação agrária. Uma distribuição para colonização sob a égide da produção agropastoril. As terras para os irmãos Carrejos seguiram essa lógica.

⁸ Lourenço, ao descrever a lógica de exploração e colonização engendrada pela metrópole, apreende, com exatidão, o significativo papel exercido por aqueles vazios populacionais: “grandes barreiras naturais aos fluxos clandestinos, um desestímulo ao contrabando”, e por isso a estrutura metropolitana desencoraja o povoamento de tais áreas até meados do século XVIII, quando os novos ideais iluministas e de industrialização passam a influenciar a administração central, cujo maior signo é a política do Marquês de Pombal. (LOURENÇO, 2005, pág.68). Tal autor é exato quanto a isso e quanto a caracterizar o Triângulo Mineiro como um desses vazios funcionais. O que não está visível, mas deveria, é que o que determinava que uma região assim fosse tratada era o fato de não se apresentar como núcleo de produção de riqueza – no caso do ciclo do ouro, não se apresentar como área de extração do minério, podendo ocupar, então, um espaço sistêmico. Ou seja, não era a metrópole quem construía esses espaços como forma de proteger a produção de riqueza em outros determinados territórios; esses simplesmente não apresentavam características necessárias para inserção na lógica de colonização, sendo, quando apresentavam características para tais, concebidos e trabalhados para serem espaços vazios.

⁹ Para uma detalhada descrição da migração geralista, consultar o capítulo 3 de Lourenço (2005).

¹⁰ Não seria correto não citar que Lourenço (2005) se alinha à corrente que não responsabiliza o esgotamento das minas pela migração dos geralistas.

Assim, com a chegada dos irmãos Carrejos à região e a atração de outras famílias geralistas, formando um pequeno núcleo habitacional, logo não tardaria para que esses buscassem o desenvolvimento de seu povoado e logo viriam a autonomia religiosa, com a construção de uma capela – finalizada em 1853 –, e o reconhecimento enquanto distrito do município de Uberaba, em 1858.

O arraial passava a ser vila. A vila do Distrito de São Pedro de Uberabinha, futura Uberlândia.

O desenvolvimento pela expansão comercial.

Uma interpretação sobre o desenvolvimento do Triângulo Mineiro, que pode ser, tranquilamente, tomada para Uberlândia, caracteriza essa fase inicial como uma fase de ocupação. Essa se deu até o final do século XIX, quando a então São Pedro de Uberabinha foi alcançada pela “Estrada de Ferro Mogiana”, em 1889:

“Este período, compreendido entre 1889 e a segunda metade da década de quarenta do nosso século, denominado aqui de ‘Expansão comercial’, marca as articulações da economia do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba com o centro dinâmico – São Paulo. A economia paulista passava, então, por uma fase de predomínio das plantações de café (tendendo à monocultura) e não sendo auto-suficiente na produção de alimentos, teve que importar sobretudo cereais.” (FREITAS e SAMPAIO, 1985, pág. 27)

Nesse sentido, essa linha férrea, além de ser o canal principal dessa integração, marca o início da construção de toda uma estrutura logística para a absorção da produção daquela região pelo núcleo consumidor de São Paulo. Era para ela que fluía a produção da região – um caminho rizomático, engendrado pela força atrativa dessa linha férrea, interligando e hierarquizando espaços urbanos pelo comércio, permitindo as cidades-estação da Mogiana um maior desenvolvimento. Acompanhando o descrito em Freitas e Sampaio:

“Neste contexto deve ser entendido o porque da extensão da Estrada de Ferro Mogiana (1889) e da Estrada de Ferro Goiás (1910) até o Triângulo, e, ainda, a construção da Ponte Afonso Pena (1909) sobre o Rio Paranaíba, ligando esta região mineira aos estados do Centro-Oeste. Outro fator importantíssimo que se conjuga nesta direção é a instalação, em 1912, da Companhia Mineira Autoviação Intermunicipal, que se constitui em verdadeiro elo, interligando a Mogiana e a Ponte Afonso Pena. As rodovias construídas por aquela funcionavam como afluentes da estrada de ferro, assegurando o escoamento de produtos e o transporte de passageiros intra-regionalmente entre 32 localidades e, inter-regionalmente entre 24 de Goiás e 18 do resto de Minas” (FREITAS e SAMPAIO, 1985, pág. 28)

Figura 3: A Mogiana no Triângulo¹¹

Com a construção de Brasília, essa região passou a ocupar um espaço logístico fundamental entre os núcleos do poder político e do poder econômico do país, beneficiada pelas linhas de integração social desse novo arranjo. A região ganhou o interesse do poder público nacional e estadual, como também se tornou mais visível para as finanças privadas pela ampliação de seu poder logístico. Dizem Freitas e Sampaio:

“...A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba sofreu intenso impacto com a mudança da capital para o Planalto Central. A construção de uma gigantesca malha rodoviária, grande parte da qual passando pela região, surgiu do espírito de que ‘todos os caminhos levam a Brasília’. Implementa-se, a partir daí, um movimento de maior articulação com o Governo Estadual que, ora intervém diretamente no setor produtivo, ora atrai, via incentivos (criação de infraestrutura, etc) o capital estrangeiro, que se instala na agroindústria (têxtil, fumo, leite, etc).” (FREITAS e SAMPAIO, 1985, pág. 30)

E Uberlândia, que não tendo sido escolhida para ser a capital da federação, já que chegou a concorrer para tal, foi, dentre as cidades da região, aquela que mais se beneficiou com essa transferência.

Para essa cidade, além da nova dinâmica fundada na exponenciação de seu poder logístico, esse novo arranjo foi uma janela de oportunidade, aproveitada, para a inserção da política local nos espaços políticos estadual e nacional.

Com isso, a cidade conquistou uma política industrial mais ousada e a constituição de outras estratégias de desenvolvimento urbano, fundamentalmente a partir da década de 70, que a levariam para um nível de crescimento bastante superior ao de outras cidades da região.

Pois, a partir dessas ações, desencadeou-se um dinâmico processo de estruturação de uma cidade complexa, amparada não só pela força agroindustrial, mas também pelas intensivas necessidades de um setor de serviços que retroalimentou o crescimento urbano.

E assim, Uberlândia observou um crescimento exponencial no último quartel do século XX, tornando-se aquela grande cidade que hoje é.

Referências consultadas

- ARANTES, J. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia: EDUFU, 2003.
- DANTAS, S. M., De Uberabinha a Uberlândia: os matizes de um projeto da construção da Cidade Jardim (1900 – 1950). BRITO, D. S. e WARPECHOWSKI, E. M. (Orgs.). *Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: EDUFU, pp. 17-50, 2008.
- FREITAS, P. S. R. e SAMPAIO, R. C., (Coords.) Sinopse do Diagnóstico Sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (1940 – 1980). Uberlândia: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, 1985.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Estimativas populacionais – 2009* (Base de dados). Disponível em: www.ibge.com.br.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Produto Interno Bruto dos Municípios – 2006* (Base de dados). Disponível em: www.ibge.com.br.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Região de Influência das Cidades – 2007* (Relatório). Disponível em: www.ibge.com.br.
- LOURENÇO, L. A. B., *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, 2000.

Estrutura Produtiva em Uberlândia

Ana Alice P. D. Garlipp¹

O desenvolvimento econômico de uma região resulta de diversas ações, tanto no âmbito das políticas públicas, como também da iniciativa privada. Tais ações podem ser traduzidas em indicadores econômicos, os quais permitem conhecer a realidade de uma determinada região ou localidade. Nesse sentido, um dos indicadores mais importantes é o Produto Interno Bruto (PIB) e o fluxo de comércio com o exterior, considerados, aqui, como pano de fundo para um breve diagnóstico da economia de Uberlândia.

O município de Uberlândia se insere em Minas Gerais como o maior do interior em número de habitantes, concentra o segundo pólo consumidor e apresenta o terceiro maior Produto Interno Bruto do estado, com participação freqüente de 5% no PIB estadual. Quando considera-se a microrregião de Uberlândia, formada por dez municípios, no conjunto das 66 microrregiões do estado, a participação no PIB estadual passa a ser a segunda, demonstrando, assim, o seu dinamismo no contexto da economia mineira, conforme os dados da Tabela 1.

¹ Economista do CEPES.

Tabela 1: Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado (PIBpm) segundo microrregiões de Minas Gerais, 2004 a 2006.

Microrregiões	2004		2005		2006	
	PIBpm R\$	% do total	PIBpm R\$	% do total	PIBpm R\$	% do total
Belo Horizonte	57.168.140	32,24	62.616.864	32,5	73.246.015	34,1
Uberlândia	12.176.309	6,87	13.363.151	6,94	15.068.007	7,01
Ipatinga	7.555.928	4,26	7.445.206	3,86	8.235.946	3,84
Juiz de Fora	6.159.936	3,47	6.559.693	3,41	7.209.089	3,36
Uberaba	4.957.054	2,8	5.223.256	2,71	5.466.689	2,54
Minas Gerais	177.324.816	100,00	192.639.256	100,00	214.813.511	100,00

Fonte: Fundação João Pinheiro - FJP. Elaboração própria.

Com referência ao PIB de Uberlândia, expresso na Tabela 2, os dados disponibilizados para os últimos três anos revelam que o setor da atividade econômica que mais cresceu, dentre os setores que compõem esse indicador, foi o de Serviços. Comparado aos demais setores da economia, o setor Serviços participou com mais de 50% da riqueza gerada em cada um dos anos considerados, como também, foi o mais importante quanto à evolução dos valores correntes entre todos os setores, no mesmo período.

Em seguida, tem-se a participação do setor Indústria, com aproximadamente 25% do total, ficando o setor Agropecuária com menor participação no PIB municipal, em torno de 3%. Interessante ressaltar que tal resultado se afina com os do PIB estadual e do país, visto que, em termos de participação, estes também registram a predominância do setor Serviços frente à participação dos dois outros setores econômicos. Pode-se dizer, portanto, que são as mudanças no perfil econômico atual que levam ao crescimento das atividades do setor terciário em todos os níveis geográficos.

Gráfico 1: Participação no PIBpm do Estado por microrregião de MG, 2006.

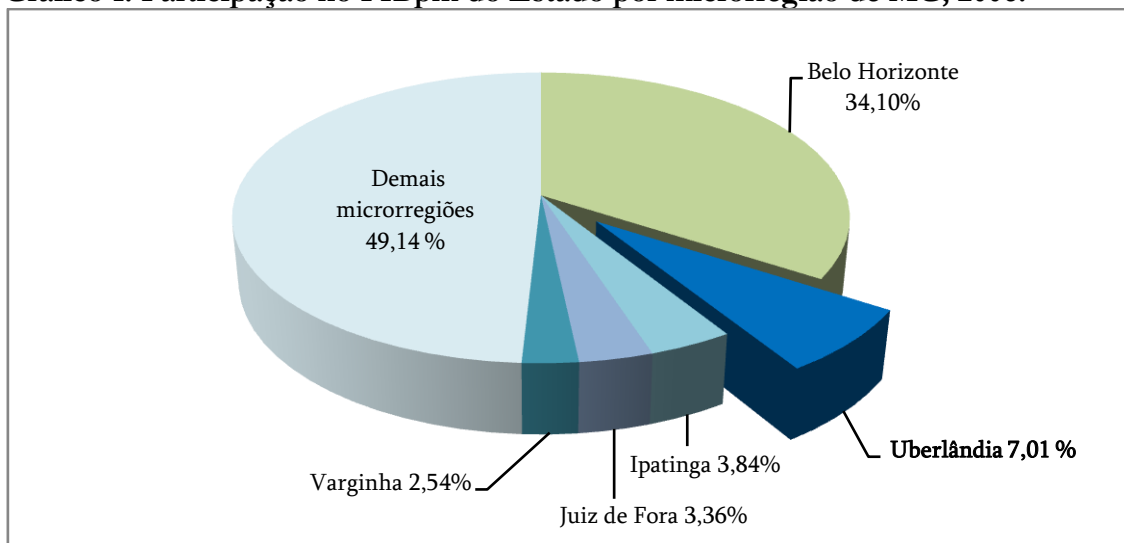


Tabela 2 – Valor Adicionado (VA), por Setor de Atividade Econômica, Impostos, Produto Interno Bruto a Preços Correntes de Mercado (PIBpm) e PIBpm por Habitante em Uberlândia, 2004 a 2006.

		2004	2005	2006
Agropecuária		218.902	250.925	212.877
	Participação	2,6	2,7	2,1
Indústria		2.182.714	2.009.418	2.391.736
	Participação	25,7	22,0	23,3
Serviços		4.783.491	5.374.828	6.057.430
	Participação	56,4	58,8	59,0
Valor Adicionado		7.185.107	7.635.171	8.662.043
Impostos (R\$ mil)		1.293.775	1.507.535	1.605.075
	Participação	15,3	16,5	15,6
PIBpm (R\$ mil)		8.478.882	9.142.706	10.267.118
PIB per capita (R\$)		14.874,14	15.621,56	17.101,37

Fonte: Fundação João Pinheiro - FJP. Elaboração própria.

No caso de Uberlândia, o crescimento das atividades do setor Serviços é justificado, sobremaneira, pelo peso do comércio atacadista e varejista e pelos serviços da área de Telecomunicação e do Agronegócio. Tradicionalmente são esses os subsetores que mais empregam e os que possuem maior número de estabelecimentos. Juntos, eles representam mais de 70% dos estabelecimentos da cidade e mais da metade dos empregos gerados no município. Os dados da Tabela 3 também registram que, na sequência, os subsetores que mais cresceram em número de estabelecimentos foram: Agropecuária, Indústria de Transformação e Construção Civil, com médias de participações relativas próximas de 9%, 8% e 5%, respectivamente.

Ainda com relação à Tabela 2, chama atenção a participação relativa dos impostos no PIB municipal. Verifica-se que aproximadamente 16% da riqueza gerada no município são destinados aos cofres públicos, o que parece revelar o peso de determinados impostos na produção da economia do município², mesmo que não se considere a carga tributária completa. Quando compara-se a participação dos impostos no PIB de Uberlândia em relação à participação dos setores produtivos, verifica-se que os impostos superam, significativamente, a contribuição do setor Agropecuária.

² O conceito usado pelo IBGE dos impostos sobre produtos contabilizados no PIB é diferente da carga tributária e não inclui, por exemplo, Imposto de Renda. Para os setores produtivos, a contabilidade do PIB é pelo valor adicionado, diferente do faturamento, já que desconta custos e procura quantificar a riqueza efetivamente gerada por cada segmento da economia.

Tabela 3 - Estabelecimento segundo o setor de atividade econômica, Uberlândia/MG, 2005 a 2008.

Setores do IBGE	2005		2006		2007		2008	
	Nº emp.	% do total	Nº emp.	% do total	Nº emp.	% do total	Nº emp.	% do total
Extração Mineral	26	0,2	24	0,18	29	0,21	21	0,14
Indústria de Transformação	1.044	8,03	1.174	8,66	1.204	8,66	1.296	8,93
Serviço ind. utilidade pública	9	0,07	10	0,07	10	0,07	14	0,1
Construção Civil	722	5,55	731	5,39	814	5,86	1.012	6,97
Comércio	5.315	40,86	5.439	40,13	5.558	39,99	5.719	39,4
Serviços	4.785	36,78	4.932	36,39	5.035	36,23	5.202	35,84
Administração Pública	27	0,21	32	0,24	30	0,22	28	0,19
Agropecuária	1.081	8,31	1.212	8,94	1.217	8,76	1.223	8,43
Total	13.009	100,00	13.554	100,00	13.897	100,00	14.515	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho (RAIS/CAGED). Elaboração Própria.

Quanto ao comportamento das ocupações no município de Uberlândia, os dados da Tabela 4 apontam o número de pessoas ocupadas por setor de atividade, no último dia útil do ano, nos anos considerados. Verifica-se que há concentração da ocupação nos setores Serviços, que, na média dos anos, ocupa aproximadamente 39% das vagas, e Comércio, que ocupa aproximadamente 26% das vagas no mercado formal de Uberlândia. Na sequência estão os setores, Indústria de Transformação; Administração Pública e Construção Civil, com participações médias em torno de 11%, 15% e 4%, respectivamente.

Tabela 4 - Pessoas Ocupadas no último dia útil do ano, segundo setores de atividade econômica em Uberlândia, 2005-2008.

Setores do IBGE	2005		2006		2007		2008	
	Nº emp.	% do total	Nº emp.	% do total	Nº emp.	% do total	Nº emp.	% do total
Extração Mineral	159	0,12	210	0,15	248	0,17	215	0,13
Indústria de Transformação	19.976	14,88	20.957	15	23.789	16,02	24.705	15,48
Serviço ind. utilidade pública	1.637	1,22	878	0,63	1.902	1,28	2.042	1,28
Construção Civil	5.893	4,39	5.738	4,11	6.299	4,4	9.293	5,82
Comércio	34.491	25,69	35.006	25,06	37.525	25,27	38.340	24,03
Serviços	51.015	38	54.787	39,21	57.473	38,7	63.608	39,86
Administração Pública	14.613	10,89	15.530	11,12	15.730	10,59	15.446	9,68
Agropecuária	6.458	4,81	6.609	4,73	5.554	3,74	5.927	3,71
Total	134.242	100,00	139.715	100,00	148.520	100,00	159.576	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho (RAIS/CAGED). Elaboração Própria.

Embora os dados aqui apresentados permitam compreender a economia uberlandense no que tange aos setores mais dinâmicos, por meio de indicadores de produção de riqueza e ocupação, ressalte-se, também, a contribuição de outros dados cujos resultados apontam as principais atividades econômicas do município, a partir da sua capacidade de geração de ICMS.

Tabela 5: Principais atividades econômicas de Uberlândia, segundo a arrecadação de ICMS*, 2006 a 2008.

Cód. Atividade	Descrição	R\$	Part. (%)
CAE 2006			
2012103	Fabricação de produtos do refino de petróleo	285.130.284	28,93
2820005	Fabricação de cigarros ,de fumos desfiados e de fumo em pó.	217.706.199	22,09
4821009	Serviços de Comunicações Telefônicas	161.776.940	16,41
4411005	Comércio atacadista de mercadoria em geral.	47.894.617	4,86
2741008	Fabricação de refrigerantes	24.776.664	2,51
4332008	Comércio atacadista de produtos de perfumaria, de toucador e higiene pessoal.	20.176.935	2,05
4392108	Comércio atacadista de peças e acessórios para veículos.	17.714.302	1,80
4462009	Comércio atacadista de álcool carburante, gasolina, óleo diesel, lubrificantes e demais derivados do petróleo	16.043.066	1,63
4221001	Comércio varejista de máquinas e aparelhos de uso doméstico; peças e acessórios.	15.840.951	1,61
7012101	Cultura de sementes e mudas.	15.418.956	1,56
	Total	985.716.529	100,00
CNAE 2.0 2007			
192170000	Fabricação de produtos do refino de petróleo	296.471.373	28,55
122040100	Fabricação de cigarros	191.583.640	18,45
611080100	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	96.271.275	9,27
122049900	Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarrilhas e charutos	59.183.289	5,70
612050100	Telefonia móvel celular	58.755.947	5,66
469310000	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	39.695.436	3,82
112240100	Fabricação de refrigerantes	27.383.905	2,64
464600100	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	23.312.173	2,25
463540200	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	23.200.209	2,23
453070100	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	16.893.489	1,63
	Total	1.038.359.934	100,00
CNAE 2.0 2008			
192170000	Fabricação de produtos do refino de petróleo	316.471.373	26,99
122040100	Fabricação de cigarros	272.885.014	23,27
611080100	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	132.610.772	11,31
469310000	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	62.249.038	5,31
112240100	Fabricação de refrigerantes	34.885.179	2,97
612050100	Telefonia móvel celular	32.346.681	2,76
463540200	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	27.169.318	2,32
464600100	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	26.818.636	2,29
468180100	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por trans.	24.730.484	2,11
453070100	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	11.464.308	0,98
	Total	1.172.676.940	100,00

Fonte: SEFAZ-MG. Elaboração própria.

*ICMS em valores correntes, sem contabilizar multas, juros de mora e dívida ativa, por setor de atividade econômica no município de Uberlândia.

No contexto da arrecadação dos tributos estaduais, Uberlândia se destaca como o terceiro município de maior arrecadação de ICMS. A partir dos dados divulgados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, disponibilizados por município e classificados por atividade econômica, tem-se que as atividades que mais contribuíram com a arrecadação de ICMS no município, nos três últimos anos, foram: Fabricação de Produtos de Refino de Petróleo; Indústria do Fumo e seus derivados e Serviços de Telefonia (fixa e móvel). Os dados da Tabela 5 também expressam a importância das atividades de comércio em vários segmentos do comércio atacadista.

Exportações

No que se refere ao comércio internacional, os dados referentes ao volume de exportações do município de Uberlândia são bastante tímidos, demonstrando que a base de sustentação de sua economia é definida pelo mercado interno. As informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE) dizem que o estado ocupa a segunda posição em exportações dentre os demais estados brasileiros, liderando as exportações de café (59%); ferro-gusa (53%); laminados de ferro e aço (53%) e minério de ferro (43%), e que, dos 856 municípios de Minas, 231 exportam um ou mais produtos.

Como pode-se observar nos dados da Tabela 6, extraídos da base de dados do Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior, no ranking dos municípios com maior valor de exportações, Uberlândia não expressa significativa participação frente a outros, tais como Itabira, Nova Lima e Ouro Preto. Tais municípios são destaques na exportação de minério de ferro, e, freqüentemente, estão entre os maiores exportadores do estado, liderados por Itabira.

Tabela 6: Municípios exportadores de Minas Gerais, segundo valor das exportações, 2006 a 2008.

Nome	Posição	US\$ FOB (milhões)	Part.(%)
2006			
Itabira	1º	1.729.507.365	11,61
Nova Lima	2º	1.626.598.691	10,92
Betim	3º	986.641.419	6,63
Varginha	4º	929.687.674	6,24
Ouro Branco	5º	785.508.067	5,27
Uberlândia	26º	115.317.505	0,77
Total Minas Gerais		14.891.914.234	100,00
2007			
Itabira	1º	2.289.659.612	13,01
Nova Lima	2º	1.319.732.586	7,50
Ouro Preto	3º	1.295.571.349	7,36
Varginha	4º	1.105.338.945	6,28
Betim	5º	1.062.515.461	6,04
Uberlândia	27º	145.329.535	0,83
Total Minas Gerais		17.605.455.548	100,00
2008			
Itabira	1º	3.438.307.158	14,72
Ouro Preto	2º	2.996.320.824	12,83
Araxá	3º	1.616.419.576	6,92
Ouro Branco	4º	1.480.141.162	6,34
Varginha	5º	1.305.873.366	5,59
Uberlândia	16º	331.600.569	1,42
Total Minas Gerais		23.355.732.694	100,00

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

Quando detalha-se o perfil dos produtos exportados pelo município de Uberlândia, em comparação àqueles com maiores exportações, verifica-se que, em todos estes municípios, os principais produtos são bens intermediários. No entanto, em que pese essa característica, as exportações do município de Uberlândia se diferenciam dos demais municípios exportadores, porque agregam menor valor, quando comparados aos produtos da cadeia minerometalúrgica, dos principais municípios exportadores do estado.

Para Uberlândia, pode-se constatar, a partir dos dados da Tabela 7, que a participação dos Bens Intermediários, no conjunto dos bens exportados, é a maior, com participações de 95,34%, 73,02% e 86,07%, nos respectivos anos de 2006, 2007 e 2008. Em seguida, estão os Bens de Consumo com participações de 4,47%, 26,69% e 13,53% respectivas aos anos de 2006, 2007 e 2008. Por fim, está a participação dos produtos pertencentes ao setor de Bens de Capital, que, nos anos considerados, não ultrapassaram 1% das exportações por setor, no município de Uberlândia.

Tabela 7: Valor das Exportações, segundo Setores de Contas Nacionais-Uberlândia/MG, 2006-2008.

Setores de Contas Nacionais	2006		2007		2008	
	US\$	Part. (%)	US\$	Part. (%)	US\$	Part. (%)
Bens de Capital	212.999	0,18	428.183	0,29	1.317.148	0,40
Bens de Capital (Exceto equipamento de transporte de uso industrial)	212.999	0,18	428.183	0,29	1.317.148	0,40
Bens Intermediários	110.003.484	95,34	106.114.614	73,02	285.423.293	86,07
Alimentos e Bebidas Destinados a Indústria	49.162.402	42,61	40.784.177	28,06	161.759.865	48,78
Insumos Industriais	60.840.599	52,73	65.290.437	44,93	123.663.428	37,29
Peças e Acessórios de Equipamentos de Transporte	483	0,00	40.000	0,03	0,00	0,00
Bens de Consumo	5.161.241	4,47	38.786.382	26,69	44.860.062	13,53
Bens de Consumo Duráveis	314.599	0,27	99.034	0,07	2.471	0,00
Bens de Consumo não Duráveis	4.846.642	4,20	38.687.348	26,62	44.857.591	13,53
Total das Exportações	115.378.033	100,00	145.329.535	100,00	331.600.569	100,00

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

Completando a descrição da pauta das exportações uberlandense, os dados da Tabela 8 identificam quais são os produtos com maiores participações, nos anos citados. Percebe-se, então, que esses produtos se caracterizam por possuírem baixa agregação de valor ou pouca transformação tecnológica, que são: Bagaço e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja; Outros grãos de soja, mesmo triturados; Óleo de soja refinado.

Tabela 8: Principais produtos exportados segundo participação relativa no total das exportações - Uberlândia/MG , 2006-2008.

Principais produtos exportados	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)
Bagaço e outros resíduos sólidos da ext. do óleo de soja	31,4	29,66	10,23
Óleo de soja, refinado, em recipientes com capacidade > 5L	28,12	4,02	10,17
Outros grãos de soja, mesmo triturados	9,35	20,75	18,14
Leite integral em pó, manteiga gorda	0,1	24,88	11,81
Ácido cítrico	7,91	4,5	3,85
Milho em grão, exceto para semeadura	0	2,97	5,54
Milho para semeadura	1,61	1,91	1,43
Bombons, caramelos, confeitos e pastilhas	3,13	1,36	1,2
Amido de milho	0,2	1,25	0,21
Óleo de soja em bruto, mesmo degomado	3,9	0,84	6,57
Cilindros p/ filtro cigarros, de pastas fibras sint./artific.	2,53	0,6	0,1
Demais produtos	11,75	7,26	30,75

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

A base de dados do MDIC também permite classificar as principais empresas exportadoras, por faixa de valor exportado, em Uberlândia. O Quadro 1 aponta as principais empresas do município nos anos de 2006, 2007 e 2008. Destaque-se que nos três anos citados, a empresa líder é a ABC- Indústria e Comércio S/A- ABC-INCO, empresa do setor de comércio atacadista de produtos destinados à indústria de alimentos.

Quadro 1 - Principais Empresas Exportadoras de Uberlândia/MG, 2006-2008.

2008	
ABC-INDUSTRIA E COMERCIO S/A-ABC-INCO	Acima de US\$ 50 milhões
CARGILL AGRICOLA S A	Acima de US\$ 50 milhões
COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS	Entre US\$ 10 e 50 milhões
BERTIN S.A.	Entre US\$ 10 e 50 milhões
MULTIGRAIN S.A.	Entre US\$ 10 e 50 milhões
AWB BRASIL TRADING S.A.	Entre US\$ 10 e 50 milhões
BRACOL HOLDING LTDA	Entre US\$ 10 e 50 milhões
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DA REGIAO DE ORLANDIA	Entre US\$ 10 e 50 milhões
ADM DO BRASIL LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
MONSANTO DO BRASIL LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
RESINAS TROPICAIS - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	Entre US\$ 1 e 10 milhões
PRODUTOS ERLAN LIMITADA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
TECNIC SERVICOS LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
GRANJA PLANALTO LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
SOUZA CRUZ S/A	Entre US\$ 1 e 10 milhões
SOMA R.C. IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA.	Entre US\$ 1 e 10 milhões
2007	
ABC-INDUSTRIA E COMERCIO S/A-ABC-INCO	Entre US\$ 50 e 100 milhões
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DA REGIAO DE ORLANDIA	Entre US\$ 10 e 50 milhões
COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS	Entre US\$ 10 e 50 milhões
CARGILL AGRICOLA S A	Entre US\$ 10 e 50 milhões
SOUZA CRUZ S/A	Entre US\$ 1 e 10 milhões
RESINAS TROPICAIS - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	Entre US\$ 1 e 10 milhões
PRODUTOS ERLAN LIMITADA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
NATURALLE AGRO MERCANTIL SA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
MULTIGRAIN S.A.	Entre US\$ 1 e 10 milhões
MONSANTO DO BRASIL LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
MDM SEMENTES DE ALGODAO LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
2006	
ABC-INDUSTRIA E COMERCIO S/A-ABC-INCO	Entre US\$ 50 e 100 milhões
CARGILL AGRICOLA S A	Entre US\$ 10 e 50 milhões
NATURALLE AGRO MERCANTIL SA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
ADM DO BRASIL LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
BRASPELCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
SOUZA CRUZ S/A	Entre US\$ 1 e 10 milhões
MULTIGRAIN COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO S/A	Entre US\$ 1 e 10 milhões
PRODUTOS ERLAN LIMITADA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
RESINAS TROPICAIS - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	Entre US\$ 1 e 10 milhões
MONSANTO DO BRASIL LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões
CIA IMPORTADORA E EXPORTADORA COIMEX	Entre US\$ 1 e 10 milhões

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

Já a tabela 9 mostra os principais destinos das exportações de Uberlândia no conjunto da área de compradores desse município. Os principais países compradores se alternam em participação de acordo com os anos de registro. Em 2006 e 2007, o maior comprador foi a Alemanha (28,20% e 23,92%, respectivamente) e em 2008, a Argentina (19,87%). Seguindo a ordem de classificação tem-se, em 2006, Itália (12,64%) e Holanda (8,89%); em 2007, Argélia (12,121%) e China (10,53%) e, em 2008, Alemanha (18,72%) e China (14,87%).

Tabela 9: Principais Países de Destino das exportações de Uberlândia/MG, segundo valor das exportações, 2006-2008.

PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO	2008		2007		2006	
	US\$ FOB	Partic. (%)	US\$ FOB	Partic. (%)	US\$ FOB	Partic. (%)
ALEMANHA	62.068.958	18,72	34.767.128	23,92	32.534.182	28,2
CHINA	49.308.286	14,87	15.308.921	10,53	2.940.287	2,55
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	27.399.262	8,26	10.701.612	7,36	10.252.140	8,89
FRANCA	24.429.428	7,37	4.144.114	2,85	2.058.910	1,78
PORTUGAL	20.721.103	6,25	1.912.546	1,32	50.731	0,04
VENEZUELA	18.650.842	5,62	8.270.362	5,69	1.679.463	1,46
ITALIA	15.611.521	4,71	3.412.875	2,35	14.584.617	12,64
SUDAO	14.158.203	4,27	5.520.500	3,8	0	0
INDONESIA	12.919.786	3,9	2.383.389	1,64	1.682.314	1,46
SUICA	10.540.232	3,18	1.281.641	0,88	2.792.558	2,42
ESPANHA	8.709.047	2,63	1.194.607	0,82	150.720	0,13
ARGENTINA	6.589.903	1,99	1.854.962	1,28	2.397.382	2,08
ARGELIA	5.945.000	1,79	17.618.271	12,12	0	0
JAPAO	5.191.487	1,57	1.747.762	1,2	3.261.922	2,83
PARAGUAI	4.223.282	1,27	2.869.089	1,97	621.295	0,54
COREIA, REPUBLICA DA (SUL)	4.175.701	1,26	153.077	0,11	0	0
GUATEMALA	3.588.117	1,08	218.595	0,15	0	0
CHILE	3.582.314	1,08	1.961.643	1,35	1.676.074	1,45
AUSTRALIA	3.058.202	0,92	0	0	0	0
ANGOLA	3.040.816	0,92	23.177	0,02	0	0
HONG KONG	2.530.620	0,76	0	0	0	0
AFRICA DO SUL	1.771.257	0,53	2.831.053	1,95	4.073.856	3,53
VIETNA	1.768.295	0,53	0	0	0	0
NAMIBIA	1.476.869	0,45	571.200	0,39	588.840	0,51
ISRAEL	1.443.320	0,44	69.681	0,05	0	0
ESTADOS UNIDOS	1.359.883	0,41	1.060.633	0,73	2.411.404	2,09
MALTA	1.293.843	0,39	0	0	0	0
EGITO	1.222.245	0,37	0	0	0	0
MEXICO	1.180.625	0,36	3.236.240	2,23	4.274.465	4
INDONESIA	0	0	0	0	1.682.314	1,46
CINGAPURA	1.175.406	0,35	165.971	0,11	0	0
NIGÉRIA	0	0	0	0	492423	0,43
BELGICA	0	0	0	0	3015935	2,61
COSTA RICA	0	0	0	0	79473	0,07
SENEGAL	0	0	0	0	35250	0,03
MAURITANIA	0	0	0	0	99885	0,09
TOTAL	319.133.853	96,24	123.279.049	84,83	93.436.440	81,29
DEMAIS PAÍSES	12.466.716	3,76	22.050.486	15,17	21.941.593	18,71
TOTAL DA ÁREA	331.600.569	100	145.329.536	100	115.378.033	100

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

Importações

Quanto às importações de Uberlândia, a representatividade desse município no conjunto dos municípios do estado, repete o comportamento das exportações, também é pequena. Segundo a Tabela 10, Os municípios mais importantes em importação se revezam no ranking dos maiores, nos anos considerados, entre Juiz de Fora, Uberaba, Betim e Ipatinga. Nessa ordem, os produtos que mais compram são: Peças e acessórios de equipamento de transportes; Insumos Industriais (componentes químicos); Peças e acessórios de equipamentos de transportes e Insumos Industriais (componentes da indústria siderúrgica).

Tabela 10: Municípios importadores de Minas Gerais, segundo valor das importações, 2006 a 2008.

Nome	Posição	US\$ FOB (milhões)	Part.(%)
2006			
Juiz de Fora	1º	608.571.994,00	12,52
Uberaba	2º	416.122.299,00	8,56
Ipatinga	3º	408.560.767,00	8,40
Contagem	4º	380.159.476,00	7,82
Betim	5º	379.026.449,00	7,80
Uberlândia	22º	46.443.295,00	0,96
Total Minas Gerais		4.862.195.568,00	100,00
2007			
Uberaba	1º	722.557.098,00	11,11
Juiz de Fora	2º	713.114.718,00	10,97
Betim	3º	693.484.553,00	10,66
Belo Horizonte	4º	513.831.930,00	7,90
Contagem	5º	423.096.715,00	6,51
Uberlândia	15º	80.089.085,00	1,23
Total Minas Gerais		6.502.605.599,00	100,00
2008			
Uberaba	1º	1.400.118.820,00	13,35
Juiz de Fora	2º	1.391.319.867,00	13,26
Betim	3º	1.221.807.926,00	11,65
Ipatinga	4º	754.805.398,00	7,20
Sete Lagoas	5º	737.788.622,00	7,03
Uberlândia	17º	115.752.052,00	1,10
Total Minas Gerais		10.489.805.420,00	100,00

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

Quanto ao perfil das importações de Uberlândia, os dados da Tabela 11 registram que, no período de 2006 a 2008, as maiores participações, em valor de compra, estão entre os dois setores, Bens de consumo (não duráveis) e Bens de Capital (Exceto equipamento

de transporte de uso industrial). Nos anos de 2006 e 2008, o setor Bens de Capital participou com 40,49% e 47,15% nas compras realizadas pelo município, enquanto que o setor Bens de consumo foi responsável por 37,03% e 24,90%, nos respectivos anos. Já no ano de 2007 as compras do setor Bens de Consumo superaram as do setor Bens de Capital, e apresentaram as seguintes participações, 48,89% e 28,36%, no total das importações por setor.

Tabela 11: Valor das Importações, segundo Setores de Contas Nacionais-Uberlândia/MG, 2006-2008

Setores de Contas Nacionais	2006		2007		2008	
	US\$ FOB (milhões)	Part. (%)	US\$ FOB (milhões)	Part. (%)	US\$ FOB (milhões)	Part. (%)
Bens de Capital	18.794.294	40,49	22.712.807	28,36	54.575.339	47,15
Bens de Capital (Exceto equipamento de transporte de uso industrial)	18.178.355	39,16	14.297.167	17,85	54.575.339	47,15
Equipamento de transporte de uso industrial	615.939	1,33	8.415.640	10,51	0,00	0,00
Bens Intermediários	10.435.025	22,48	18.220.050	22,75	32.348.385	27,95
Alimentos e Bebidas Destinados a Indústria	1.326.809	2,86	1.943.615	2,43	601.671	0,52
Insumos Industriais	8.013.323	17,26	14.941.156	18,66	30.355.930	26,23
Peças e Acessórios de Equipamentos de Transporte	1.094.893	2,36	1.335.279	1,67	1.390.784	1,20
Bens de Consumo	17.189.983	37,03	39.156.175	48,89	28.827.839	24,90
Bens de Consumo Duráveis	929.657	2,00	2.045.055	2,55	6.426.846	5,55
Bens de Consumo não Duráveis	16.260.326	35,03	37.111.120	46,34	22.400.993	19,35
Total das Importações	46.419.302	100,00	80.089.032	100,00	115.751.563	100,00

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

Com referência aos principais produtos importados, no período de 2006 a 2008, os dados da Tabela 12 destacam quais foram os mais importantes em valor de importação. Diferente das exportações do município, a pauta dos produtos importados é bastante diversificada, como também as suas participações em valor. Nos anos de 2006 e 2007, o produto mais comprado no exterior, pelo município de Uberlândia foi Arroz Semebrado (12,71% e 19,34%). Já no ano de 2008, o produto mais comprado foi Outras máquinas e aparelhos/ transf.fumo (6,06%).

Tabela 12 - Principais produtos importados segundo participação (%) relativa no total das importações - Uberlândia/MG , 2006-2008.

Principais produtos importados	2006	2007	2008
Máquinas e aparelhos para prepar. de carnes	2,99	1,82	6,4
Outras máquinas e aparelhos /preparar/transf. Fumo	0	1,79	6,06
Arroz Paddy com casca parbolizado	2,26	2,86	6,05
Outros cloreto de potássio	2,66	1,82	5,17
Pilhas elétricas de bioxido de manganês alcalinas	3,11	11,97	4,74
Partes de máquina e aparelhos p/preparar de alimentos	0,12	0,27	4,08
Estufas	0,5	0,24	3,94
Arroz Semebranqueado	12,71	19,34	2,08
Ovos de galinha para incubação	4,4	2,57	1,46
Sementes de produtos hortícolas para semeadura	1,7	2,39	1,42
Demais produtos	69,55	54,93	58,6

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

A tabela 13 registra os principais países de onde Uberlândia importa seus produtos. Bem como os produtos importados são bastante diversificados, assim são as participações em termos de país. Os principais países vendedores se alternam em participação de acordo com os valores importados pelo município, segundo os anos de registro. No ranking dos países estão em primeiro os EUA, nos anos de 2007 e 2008 (25,56% e 18,94%) e a Alemanha, em 2006, participando com 19,94% no total da área dos países importadores para Uberlândia.

Tabela 13 – Principais Países Importadores para Uberlândia/MG, segundo valor das importações, 2006-2008.

PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM	2008		2007		2006	
	US\$ FOB	Partic. (%)	US\$ FOB	Partic. (%)	US\$ FOB	Partic. (%)
Estados Unidos	21.926.762	18,54	20.196.138	25,56	9.674.696	19,51
Alemanha	20.071.412	16,97	6.059.021	7,67	12.261.338	24,72
França	13.565.841	11,47	2.158.309	2,73	2.567.308	5,18
China	9.392.177	7,94	6.274.159	7,94	2.376.356	4,79
Itália	7.818.425	6,61	1.694.315	2,14	2.403.765	4,85
Paraguai	7.391.397	6,25	2.767.501	3,50	1.058.742	2,13
Cingapura	4.891.905	4,14	8.490.131	10,75	2.658.494	5,36
Uruguai	4.611.610	3,90	15.686.566	19,85	0	0,00
Israel	3.764.218	3,18	1.729.742	2,19	0	0,00
Canadá	2.854.002	2,41	1.056.359	1,34	120.216	0,24
Reino Unido	2.725.708	2,31	853.211	1,08	420.992	0,85
Venezuela	1.950.201	1,65	1.693.727	2,14	735.846	1,48
Chile	1.616.408	1,37	779.626	0,99	429.595	0,87
Países Baixos	1.551.534	1,31	1.492.542	1,89	2.243.018	4,52
Belarus	1.378.394	1,17	0	0,00	198.695	0,40
Hong Kong	1.365.560	1,15	301.743	0,38	200.911	0,41
Argentina	1.255.603	1,06	3.823.275	4,84	1.630.312	3,29
Dinamarca	1.070.786	0,91	13.747	0,02	731.940	1,48
Ucrania	1.029.301	0,87	0	0,00	0	0,00
Polônia	687.036	0,58	153.079	0,19	238.593	0,48
México	604.392	0,51	52.379	0,07	35.381	0,07
Espanha	595.849	0,50	277.673	0,35	412.986	0,83
Suíça	593.991	0,50	573.880	0,73	103.170	0,21
Japão	577.639	0,49	233.551	0,30	853.633	1,72
Coreia, República da (SUL)	414.312	0,35	317.660	0,40	168.737	0,34
Taiwan (Formosa)	404.799	0,34	864.930	1,09	406.595	0,82
Austria	331.425	0,28	68.002	0,09	0	0,00
Austrália	202.000	0,17	310	0,00	0	0,00
Tailândia	197.562	0,17	75.092	0,10	0	0,00
Guatemala	190.029	0,16	0	0,00	0	0,00
TOTAL	115.030.278	97,28	77.686.668	98,33	41.931.319	84,54
DEMAIS PAÍSES	3.220.034	2,72	1.321.196	1,67	7.667.735	15,46
TOTAL DA ÁREA	118.250.312	100	79.007.864	100	49.599.054	100,00

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

Referências consultadas

MINISTÉRIO DO TRABALHO, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Base de Dados).

MINISTÉRIO DO TRABALHO, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (Base de Dados).

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br.

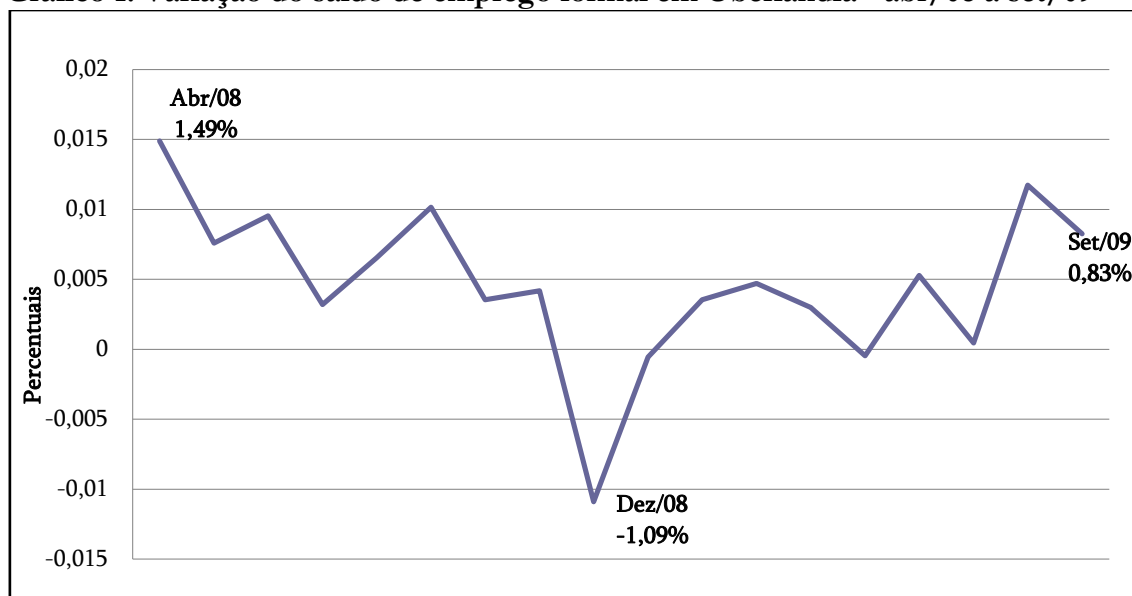
SEFAZ/MG – Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. Disponível em: www.fazenda.mg.gov.br.

FJP- Fundação João Pinheiro. Disponível em: www.fjp.mg.gov.br.

Dinâmica recente do Mercado de Trabalho Formal uberlandense

Carlos José Diniz

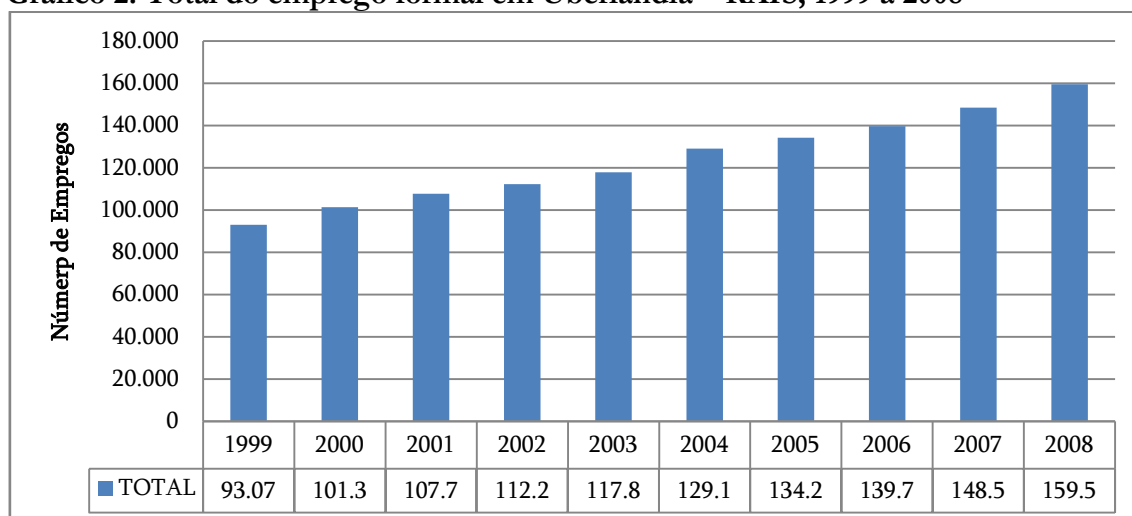
A evolução recente do mercado de trabalho em Uberlândia (0,83% em set/09), especialmente no setor terciário (segmento dos serviços), demonstra a trajetória de retomada mais acentuada da atividade econômica registrada nos últimos meses. Nesse sentido, conforme Gráfico 1, o recuo observado no saldo de emprego formal no segundo semestre de 2008 refletiu, em oposição à recorrente retração na oferta de empregos registrada nos meses que sucederam o agravamento da crise internacional (segundo semestre de 2008), a elevação no número de ocupados. Adicionalmente, ocorreu, no mês, a predominância da criação de empregos com vínculos formais e a continuidade do processo de elevação nos rendimentos médios reais.

Gráfico 1: Variação do saldo de emprego formal em Uberlândia - abr/08 a set/09

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Emprego e Salário, Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho: Caged, setembro de 2008. Elaboração própria.

Contudo, apesar da retração no saldo de empregos formais verificada no mês de dezembro de 2008 (-1,09%), o total de empregos criados em Uberlândia, como pode ser confirmado pelo Gráfico 2, continuou crescendo e fechou o ano com um estoque de 159.576, ou seja, 11.056 postos de trabalho formais a mais do que o verificado em igual período de 2007, quando o estoque era de 148.520.

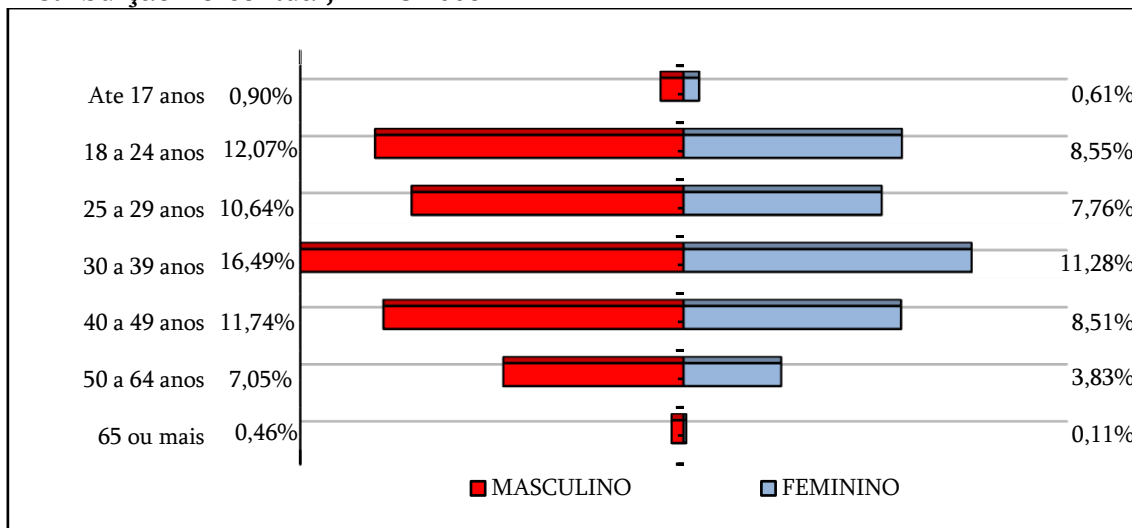
Estes 11.056 novos postos de trabalho formais representaram, em termos anuais, uma taxa de crescimento de 7,44%, ficando inferior apenas aos 11.285 de 2004 (9,58%) e aos 8.302 de 2000 (8,92%).

Gráfico 2: Total do emprego formal em Uberlândia – RAIS, 1999 a 2008

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Emprego e Salário, Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho: RAIS 1999 a 2008. Elaboração própria.

Para entender melhor a evolução do estoque de emprego formal em Uberlândia é importante desagregá-lo segundo as características do perfil desta força de trabalho:

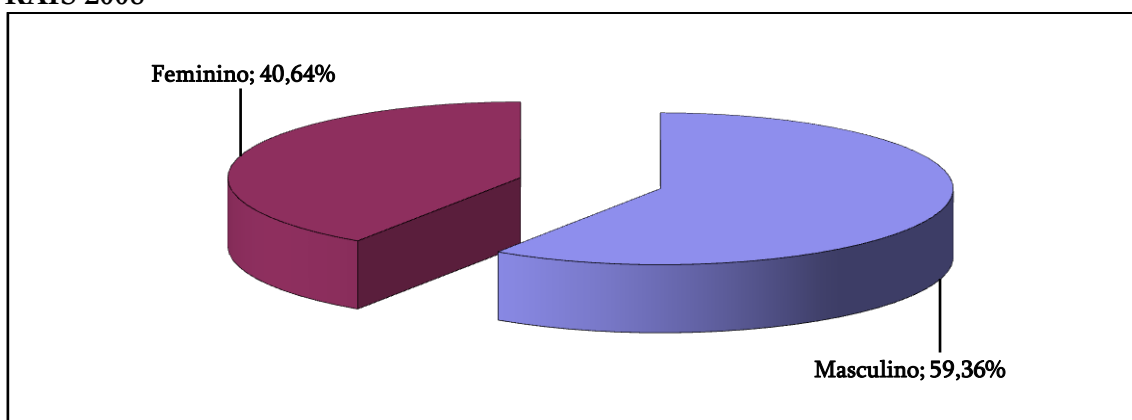
Gráfico 3: Faixa Etária do Empregado Formal por sexo em Uberlândia - Distribuição Percentual, RAIS 2008



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Emprego e Salário, Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho: RAIS 2008. Elaboração própria.

Como pode ser observado no Gráfico 3, em sua estrutura etária percebemos que as maiores faixas de concentração encontram-se naquelas compreendidas entre 30 e 39 anos (27,77%) e 18 a 24 anos (20,62%), representando em seu conjunto 48,39% do total de empregados formais.

Gráfico 4: Emprego Formal por Gênero em Uberlândia - Distribuição Percentual, RAIS 2008



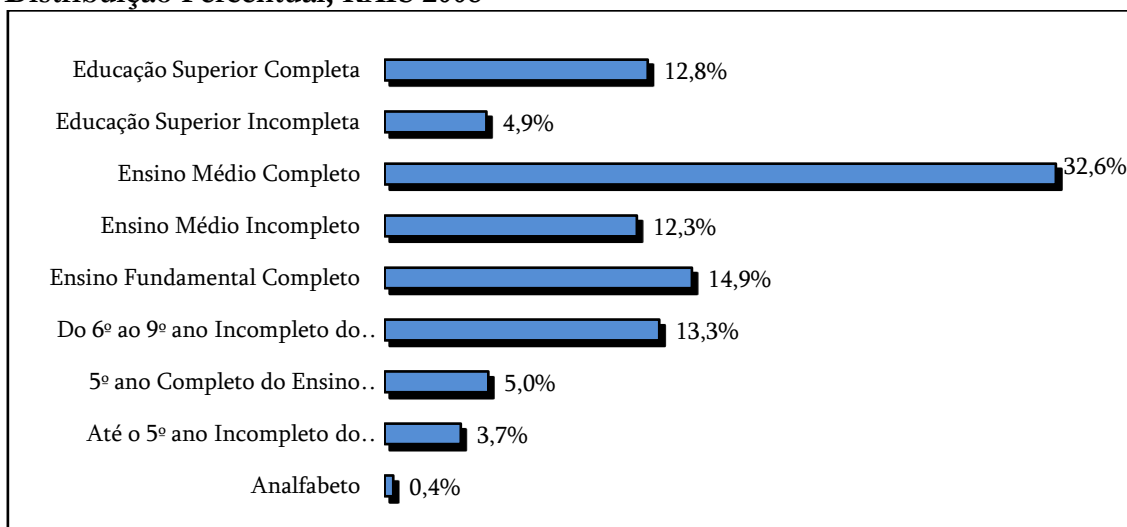
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Emprego e Salário, Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho: RAIS 2008. Elaboração própria.

Na repartição por sexo, o feminino, apesar de um pequeno crescimento, manteve uma taxa de participação no estoque de empregos formal praticamente estável em 2008 (40,64%) vis-à-vis 2007 (40,46%), tendo o masculino uma queda de participação de 0,15 pontos percentuais ao reduzirem de 59,54% para 59,39% no período.

No ano de 2008, todas as faixas de escolaridade apresentaram estabilidade em suas participações, contudo, quando as comparamos com um período de tempo superior a três anos verificamos uma ligeira tendência a redução da participação no total dos analfabetos (de 0,6% para 0,4%) e daqueles com instrução inferior ao ensino fundamental completo (de 38,62% para 37,42%), indicando um deslocamento, nas novas contratações, para aqueles com um maior tempo de escolaridade.

Outra constatação, que reafirma a observação anterior, é a de que, em 2008, mais da metade dos empregados formais em Uberlândia apresentaram um grau de escolaridade superior ao ensino médio incompleto (50,33%), conforme pode ser observado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Grau de Escolaridade do Empregado Formal em Uberlândia - Distribuição Percentual, RAIS 2008



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Emprego e Salário, Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho: RAIS 2008. Elaboração própria.

Emprego e desemprego

A recuperação do emprego formal é percebida, também, pelas estatísticas do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (tabulados no Quadro 1), que identificaram a criação de 3.335 postos de trabalho no terceiro trimestre do ano de 2009 – dos quais 1.357 apenas no mês de setembro, ante 1.261 em todo o trimestre encerrado em junho/09 e 3.146 em igual período de 2008.

Vale mencionar que o resultado referente a setembro configura um crescimento de 2,06% no estoque de emprego formal para o trimestre, um crescimento de 1,28 pontos percentual superior aos 0,78% de crescimento do segundo semestre de 2009, constituindo-se, assim, em indicativo importante de recuperação do mercado de trabalho formal em Uberlândia.

Os novos 5.830 postos de trabalho criados nos nove primeiros meses do ano têm uma importante contribuição do segmento serviços, este ao criar 4.965 novos empregos (83,91% do total) hegemonizou o dinamismo do nosso mercado de trabalho.

Os demais seguimentos, apesar de apresentar índices positivos, foram mais modestos na geração de novos empregos, o segmento da construção civil gerou 274 novos postos (4,63% do total); o do comércio 297 (5,02%), o da indústria 143 (2,42%), e na agropecuária 151 (2,55%).

Quadro 1: Variação do Saldo do Emprego Formal por segmento em Uberlândia - Distribuição Mensal por Segmento, Caged 2008

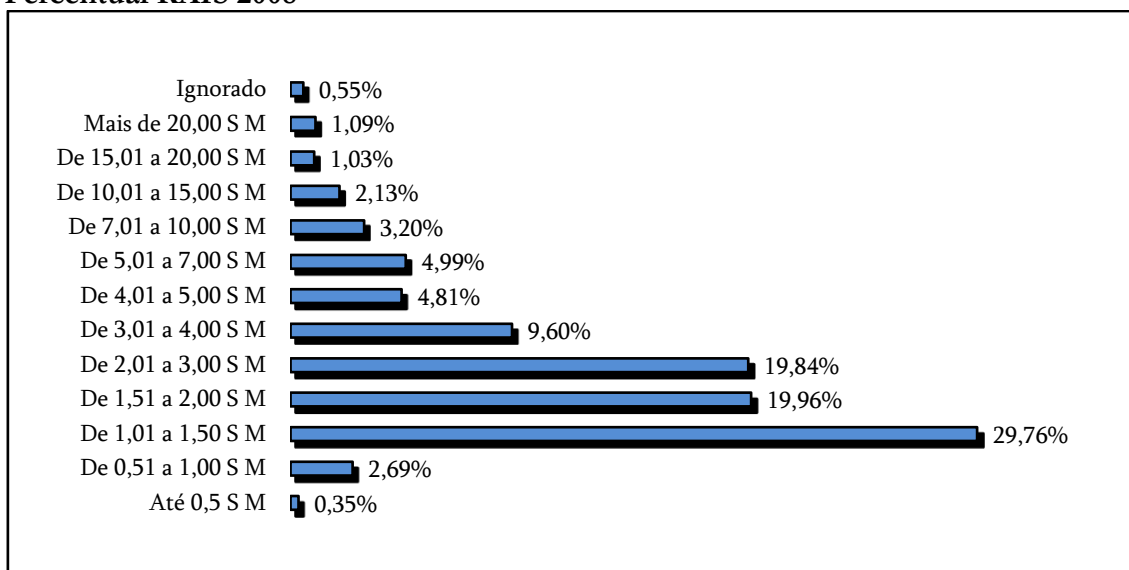
PERÍODO	SEGMENTOS					Estoque Gerado no Mês
	INDÚSTRIA	CONSTR. CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA	
01/2009	(236)	230	(290)	210	(1)	(87)
02/2009	(321)	(100)	(182)	1.182	(12)	567
03/2009	182	(127)	136	601	(38)	754
04/2009	734	119	(258)	(154)	41	482
05/2009	(255)	(130)	6	87	218	(74)
06/2009	(167)	57	178	724	61	853
07/2009	(148)	107	54	60	(1)	72
08/2009	(119)	33	307	1.831	(146)	1.906
09/2009	473	85	346	424	29	1.357
Saldo no período	143	274	297	4.965	151	5.830

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Emprego e Salário, Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho: Caged janeiro a setembro de 2008. Elaboração própria.

Rendimentos

Pelo Gráfico 6, temos uma grande concentração de salários nas faixa compreendidas de 1,01 a 3 salários mínimos (69,56% do total), considerando o salário da época (R\$ 465,00), teríamos que em janeiro de 2009, dos 159.576 empregados formais, 111.001 receberiam menos do que R\$ 1.395,00, valor significativamente inferior aos R\$ 2.012,56 calculados pelo IPC/CEPES como sendo o Salário Mínimo Necessário para uma família constituída de três adultos ou dois adultos e duas crianças atenderem as suas necessidades básicas.

Gráfico 6: Faixa de renda do empregado formal em Uberlândia - Distribuição Percentual RAIS 2008



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Emprego e Salário, Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho: RAIS 2008. Elaboração própria.

Referências consultadas

MINISTÉRIO DO TRABALHO, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Base de Dados).

MINISTÉRIO DO TRABALHO, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (Base de Dados).

Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia

Álvaro Fonseca e Silva Junior¹

André Luiz Teles Rodrigues¹

José Wagner Vieira¹

Carlos José Diniz¹

Este trabalho tem por objetivo apresentar um breve relato do comportamento dos preços praticados no perímetro urbano de nosso município, no período compreendido entre janeiro de 2007 e junho de 2009. A exposição basear-se-á nas variações das taxas mensais do Índice de Preços ao Consumidor da cidade de Uberlândia (IPC), divulgadas pelo Centro de Pesquisas Econômico-Sociais do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (CEPES/IEUFU).

O trabalho está assim organizado: na próxima seção será apresentada, de forma sucinta, como é feito o cálculo mensal do IPC/CEPES; na seção 2 trataremos do índice geral e a seção 3 mostrará como foi o comportamento dos nove grupos que fazem parte do Boletim do IPC/CEPES.

1. Introdução

O Índice de Preços ao Consumidor da cidade de Uberlândia (IPC/CEPES), Estado de Minas Gerais, é elaborado mensalmente desde 1979, com a finalidade de indicar as variações nos preços dos bens e serviços que compõem o orçamento familiar de uma

¹ Economistas do CEPES.

unidade de consumo com renda mensal de um a oito salários mínimos. A partir deste indicador são também calculados e divulgados, mensalmente, a Cesta Básica, o Salário Mínimo Necessário e a Cesta de Consumo Familiar, representando um serviço prestado pela Universidade Federal de Uberlândia. A divulgação se dá aproximadamente 5 (cinco) dias úteis após o término da coleta dos preços.

O Índice de Preços ao Consumidor é elaborado para medir a evolução dos preços de um conjunto de produtos, bens ou serviços no varejo, ou seja, preço final repassado ao consumidor. A metodologia de cálculo é a comparação dos preços médios do mês atual com os daqueles do mês imediatamente anterior. O sistema de cálculo sempre abrange um período total de quatro semanas e as variações são obtidas fazendo-se a divisão dos preços médios das quatro semanas de referência pelos preços médios das quatro semanas anteriores (base).

Os preços obtidos são os efetivamente cobrados ao consumidor para pagamento à vista. A Pesquisa é realizada em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, domicílios e concessionárias de serviços públicos, por uma equipe de cinco coletadores externos e dois internos. Os coletadores externos visitam atualmente 83 estabelecimentos comerciais (332 visitas por mês), distribuídos nos bairros da cidade, enquanto que os internos pesquisam outros 443 pontos de coleta de preços pela internet e por telefone. O início da coleta de preços se inicia no primeiro dia útil do mês e finaliza no último dia útil.

A estrutura de ponderação utilizada para o IPC baseia-se na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). A POF permite conhecer quais são os bens e os serviços utilizados durante um ano pelas famílias residentes nas áreas pesquisadas, bem como a representatividade de cada um desses bens e serviços na despesa global das mesmas. Além disso, possibilita também estruturar esses bens e serviços por grupos de consumo.

A partir de janeiro de 2006, a nova estrutura passou a apresentar 9 Grupos e 17 Subgrupos (nos relatórios anteriores tínhamos 4 Grupos e 11 Subgrupos). Como consequência dos novos critérios utilizados para a definição dessa estrutura, a apresentação do IPC/CEPES no seu nível mais desagregado passará a conter 469 Subitens (produtos e serviços) em substituição aos 244 existentes até dezembro do ano anterior

Quadro 01: Grupos que compõe o IPC/CEPES.

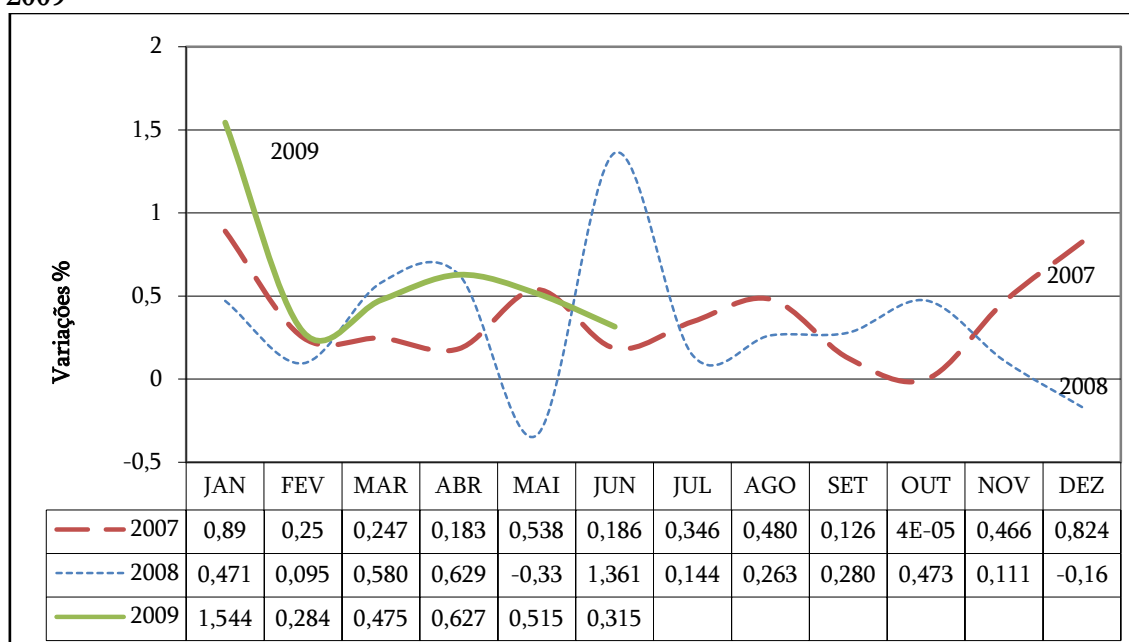
Grupo	Descrição	Peso
1	Alimentação e bebidas	30,49
2	Habitação	19,84
3	Artigos de residência	7,21
4	Vestuário	5,85
5	Transportes	16,9
6	Saúde e cuidados pessoais	8,99
7	Despesas pessoais	6,17
8	Educação	2,62
9	Comunicação	1,91

Fonte: Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia - IPC/CEPES. Elaboração própria.

2. Comportamento geral dos preços no “Painel 2009”.

Embora seja claro que as mudanças de política econômica geral (nacional/global) afetam os preços praticados no comércio varejista de Uberlândia, não há, na literatura local, uma exposição mais detalhada da composição da Inflação, deste período. Neste ínterim, seguindo o procedimento adotado em relatórios de anos anteriores, esta seção do Painel exporá o comportamento da taxa de inflação de cada um destes períodos e apresenta os principais fatores que explicam sua dinâmica.

Gráfico 01: Comparativo entre as Variações Mensais do IPC/CEPES - 2007, 2008 e 2009



Fonte: Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia - IPC/CEPES. Elaboração própria.

De maneira geral, como visualizamos no Gráfico 1, ocorreram nestes trinta meses, quatro momentos em que o IPC/CEPES oscilou significativamente. No ano de 2008 foram três: maio (-0,34%), junho (1,39%) e dezembro (-0,17%). Já em 2009, tivemos o Índice de janeiro (1,54%):

- a variação negativa de maio deveu-se, principalmente, a redução dos preços cobrados pela energia elétrica residencial (-18,95%), um item com peso considerável no cálculo do Índice Final (6,6%) ;
- em junho, antecipando a crise financeira do segundo semestre de 2008, percebe-se várias remarcações defensivas com destaque para o Grupo Alimentação e bebidas (3,59%);
- a deflação de dezembro de 2008, única registrada para este mês durante os 30 anos em que divulgamos o IPC/CEPES, representa bem como a crise afetou o comércio no final de ano. Reduções de preços em itens como Aparelhos eletroeletrônicos (-1,17%) e na *commodity* soja (-3,72%), demonstram bem que as reduções de preços atingiram tanto os artigos importados como os exportáveis;
- em janeiro de 2009 fomos surpreendidos pela atualização dos preços dos Transporte público (13,44%) e das Escolas particulares (6,04%). Como resultado tivemos o IPC/CEPES variando 1,54%, a maior para o período compreendido entre janeiro de 2007 e junho de 2008.

Considerando os preços administrados e os livres como dois grandes agrupamentos na composição do IPC/CEPES, a inflação acumulada atribuída ao primeiro grupo encerrou o período com 16,05%. Já a variação dos preços administrados atingiu 9,27% e a contribuição para o Índice final foi de 8,19 p.p. e de 4,73 p.p., respectivamente, enquanto o acumulado do Índice geral ficou em 12,93%.

Quadro 02: Variações Mensais do IPC/CEPES Acumuladas no período 2007 a 2009.

Índice de Preços ao Consumidor (Geral)	12,93
Grupo 1 - Alimentação	22,29
<i>Subgrupo 1.1 - Alimentação no domicílio</i>	<i>21,39</i>
<i>Subgrupo 1.2 - Alimentação fora do domicílio</i>	<i>26,82</i>
Grupo 2 - Habitação	6,2
<i>Subgrupo 2.1 - Encargos e manutenção</i>	<i>13,34</i>
<i>Subgrupo 2.2 - Combustíveis domésticos e energia elétrica</i>	<i>-1,99</i>
Grupo 3 - Artigos de residência	4,31
<i>Subgrupo 3.1 - Móveis e utensílios</i>	<i>9,5</i>
<i>Subgrupo 3.2 - Aparelhos eletroeletrônicos</i>	<i>-0,72</i>
<i>Subgrupo 3.3 - Consertos e manutenção</i>	<i>23,12</i>
Grupo 4 - Vestuário	2,62
<i>Subgrupo 4.1 - Roupas</i>	<i>1,68</i>
<i>Subgrupo 4.2 - Outros artigos de vestuário</i>	<i>3,95</i>
Grupo 5 - Transportes	11,74
<i>Subgrupo 5.1 - Transportes</i>	<i>11,74</i>
Grupo 6 - Saúde e cuidados pessoais	10,3
<i>Subgrupo 6.1 - Produtos farmacêuticos e óticos</i>	<i>11,62</i>
<i>Subgrupo 6.2 - Serviços de saúde</i>	<i>6,48</i>
<i>Subgrupo 6.3 - Cuidados pessoais</i>	<i>10,43</i>
Grupo 7 - Despesas pessoais	18,84
<i>Subgrupo 7.1 - Serviços pessoais</i>	<i>21,24</i>
<i>Subgrupo 7.2 - Recreação, fumo e filmes</i>	<i>17,32</i>
Grupo 8 - Educação	14,88
<i>Subgrupo 8.1 - Educação</i>	<i>14,88</i>
Grupo 9 - Comunicação	1,08
<i>Subgrupo 9.1 - Comunicação</i>	<i>1,08</i>

Fonte: CEPES/IEUFU. IPC/CEPES. Elaboração própria.

Na demonstração das variações acumuladas por Grupos e Subgrupos (Quadro 2), percebe-se que os Grupos Alimentação e bebidas (22,29%) e Despesas pessoais (8,84%) foram os principais focos de pressão na inflação do período, destacando-se os itens: Carnes (36,58%), Leite e derivados (33,31%) e Alimentação fora do domicílio (26,81%) no Grupo 1. Já o Grupo 7 foi dominado por Fumo (35,72%) e Serviços pessoais (21,23%).

2.1 Comportamento dos preços em 2007

A inflação, medida pelo IPC/CEPES, após encerrar 2006 em 2,85%, acelerou em 2007, em especial a partir do terceiro trimestre, e encerrou o ano com 4,64%. Ao contrário do que ocorreu em 2006, quando o comportamento benigno da inflação em muito foi favorecido pela trajetória excepcionalmente favorável dos preços do Grupo Alimentação e bebidas, a inflação em 2007 foi adversamente afetada pelo choque negativo desfavorável que, em escala global, atingiu os preços das *commodities* alimentares, fazendo com que este

grupo aumentasse em 5,88 pp (acumulados 2,65% em 2006 e 8,53% em 2007). Em contrapartida, ao contrário do que se verificou durante vários anos, em 2007 o comportamento do item Energia elétrica residencial (preço administrado) não pressionou o índice, pois sua variação foi reduzida em 1,54 p.p. (variação de 6,72% ante os 8,26% de 2006).

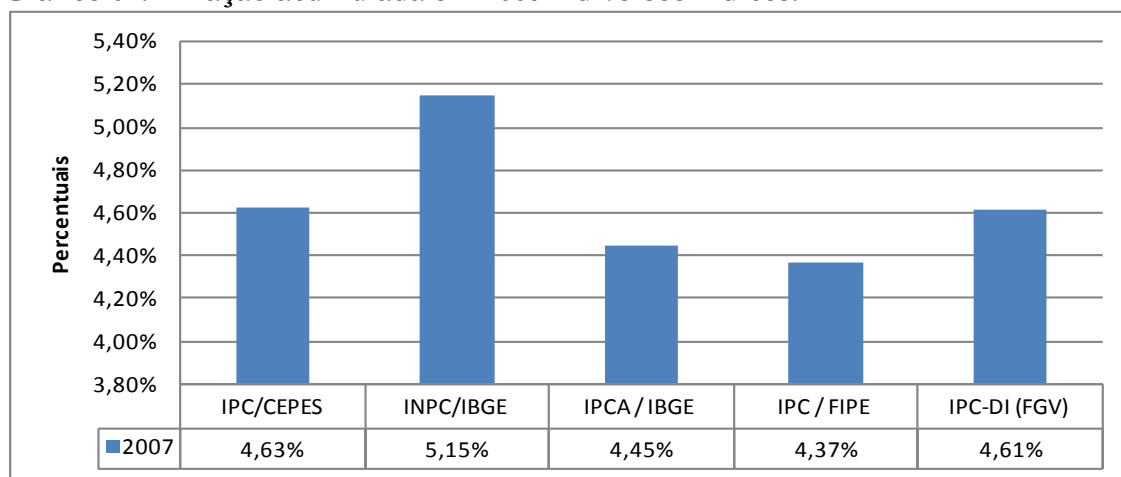
Tabela 01: Participação dos grupos na composição do índice do ano IPC/CEPES – 2007.

Grupo	Variações no ano (%)	Ponderação IPC/Cepes (%)	Composição no Índice (%)	Participação relativa (%)
Alimentação e bebidas	0,89	30,49	0,2710	7,16
Habitação	4,53	19,84	0,8984	23,75
Artigos de residência	1,67	7,21	0,1205	3,19
Vestuário	0,59	5,85	0,0344	0,91
Transportes	8,06	16,90	1,3623	36,02
Saúde e cuidados pessoais	4,61	8,99	0,4146	10,96
Despesas pessoais	8,00	6,17	0,4935	13,05
Educação	7,10	2,62	0,1859	4,92
Comunicação	0,07	1,91	0,0013	0,04
Total		100,00	4,63	100

Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

A despeito da aceleração da inflação em 2007 (aumento de 1,78 p.p.), a dinâmica inflacionária em Uberlândia, conforme Gráfico 2, continuou consistente com as verificadas no plano nacional.

Gráfico 02: Inflação acumulada em 2007 – diversos índices.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE e Fundação Getúlio Vargas – FGV. Elaboração própria.

2.2 Comportamento dos preços em 2008

No ano de 2008, a inflação acumulada cresceu dentro das expectativas até julho e manteve-se relativamente estável desde então, mesmo após redução importante dos preços de matérias-primas. De fato, a inflação em doze meses situou-se em 3,97% em dezembro, ante 5,15% do período compreendido entre julho/07-junho/08. Por sua vez, no acumulado do ano até outubro, a inflação medida pelo IPC/CEPES atingiu 5,37%, ante 3,94% registrados no mesmo período de 2007, incremento de quase dois pontos percentuais. Deve-se destacar que, em Uberlândia, a exemplo do que ocorreu em 2007, quando pela primeira vez desde a implantação do regime de metas para a inflação (1999), os preços administrados, em consequência da redução do valor cobrado pelo Item Energia elétrica residencial (-18,79%), subiram menos que os livres, estes registraram elevação bem superior como os 11,68% no Grupo Alimentação e bebidas, por exemplo.

Tabela 02: Participação dos grupos na composição do índice do ano IPC/CEPES – 2008.

Grupo	Variações no ano (%)	Ponderação IPC/Cepes (%)	Composição no Índice (%)	Participação relativa (%)
Alimentação e bebidas	11,68	30,49	3,5631	65,40
Habitação	-3,52	19,84	-0,6991	12,83
Artigos de residência	1,60	7,21	0,1156	2,12
Vestuário	2,82	5,85	0,1650	3,03
Transportes	1,32	16,90	0,2237	4,11
Saúde e cuidados pessoais	3,26	8,99	0,2930	5,38
Despesas pessoais	5,01	6,17	0,3094	5,68
Educação	2,67	2,62	0,0699	1,28
Comunicação	0,51	1,91	0,0098	0,18
Total		100,00	3,97	100

Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

A presença de um descompasso evidente entre as taxas de crescimento da demanda e da oferta agregada contribuiu de forma importante, especialmente até o terceiro trimestre, para as pressões inflacionárias. A forte especulação e conseqüente alta de preço do petróleo e de outras *commodities*, no primeiro semestre, pressionaram a inflação. Note-se, todavia, que nos últimos meses os preços das *commodities* se acomodaram, essencialmente em decorrência da crise financeira mundial e do respectivo impacto sobre as perspectivas para a atividade econômica global (o preço do barril do petróleo, após atingir recordes históricos, aproximou-se dos US\$40 em dezembro).

Adicionalmente, citem-se os efeitos defasados das ações de política monetária implementadas neste ano.

Por outro lado, a forte depreciação do real, no segundo semestre do ano, representou fator de risco para a trajetória da inflação no curto prazo. A aceleração dos

índices de preços no atacado registrada em 2008 fez ressurgir o temor do retorno da inflação, desencadeando no varejo remarcações defensivas de preços o acumulado em doze meses que estava em 3,93% em maio subiu 1,44 pp em seis meses (em outubro o acumulado foi de 5,37%)

O efeito líquido de todos os fatores acima citados para o ano de 2008, assim como sua dinâmica atípica em relação aos últimos cinco anos, não teria melhor desfecho que a deflação de preços divulgada pelo Boletim do CEPES/IEUFU em dezembro (-0,17%) e, como citado anteriormente, a única deflação para este mês nos 30 anos em que calculamos o IPC/CEPES.

2.3 Comportamento dos preços no primeiro semestre de 2009 e tendência para o segundo

Após atingir 1,54% em janeiro de 2009, a inflação acumulada em doze meses medida pela variação do IPC/CEPES em Uberlândia vem recuando, embora continue situada acima dos 4,5%. De fato, após encerrar o ano passado em 3,97% e de ter atingido 6,06% em maio de 2009 (maior taxa verificada no período em análise) a inflação deslocou-se para 4,97% em junho. Comparando a taxa acumulada pelo IPC/CEPES até junho de 2009 (4,97%) com a do mesmo período em 2007 (5,15%), percebemos que ela é, portanto, 0,18 p.p. inferior.

Inicialmente, essa dinâmica foi influenciada pelo recuo dos preços das *commodities* observado no segundo semestre de 2008 e, posteriormente, pela desaceleração da economia doméstica verificada a partir do último trimestre do ano passado, como consequência do agravamento da crise nos mercados financeiros internacionais.

Até o momento, é plausível afirmar que os efeitos decorrentes desses dois fatores mais que compensaram pressões sobre os preços, oriundas da depreciação cambial ocorrida a partir de agosto do ano passado.

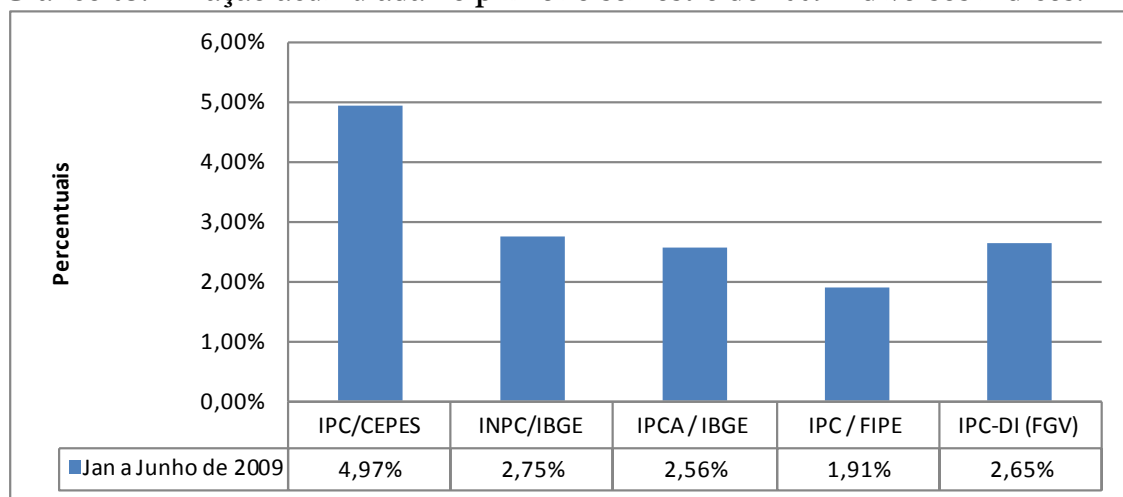
Tabela 03: Participação dos grupos na composição do índice do ano IPC/CEPES – Primeiro semestre de 2009.

Grupo	Variações no ano (%)	Ponderação IPC/Cepes (%)	Composição no Índice (%)	Participação relativa (%)
Alimentação e bebidas	8,53	30,49	2,6007	0,55
Habitação	5,31	19,84	1,0546	0,22
Artigos de residência	0,98	7,21	0,0705	0,01
Vestuário	-0,78	5,85	-0,0454	0,01
Transportes	2,06	16,90	0,3480	0,07
Saúde e cuidados pessoais	2,11	8,99	0,1895	0,04
Despesas pessoais	4,79	6,17	0,2954	0,06
Educação	4,47	2,62	0,1170	0,02
Comunicação	0,49	1,91	0,0094	0,00
Total		100,00	4,64	100

Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Não obstante, mais recentemente, os preços das *commodities* têm mostrado sinais de recuperação, ao mesmo tempo em que a taxa de câmbio entrou em trajetória de valorização, após superar o patamar de R\$2,50/US\$ reais por dólar em dezembro/07.

Gráfico 03: Inflação acumulada no primeiro semestre de 2009 – diversos índices.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE e Fundação Getúlio Vargas – FGV. Elaboração própria.

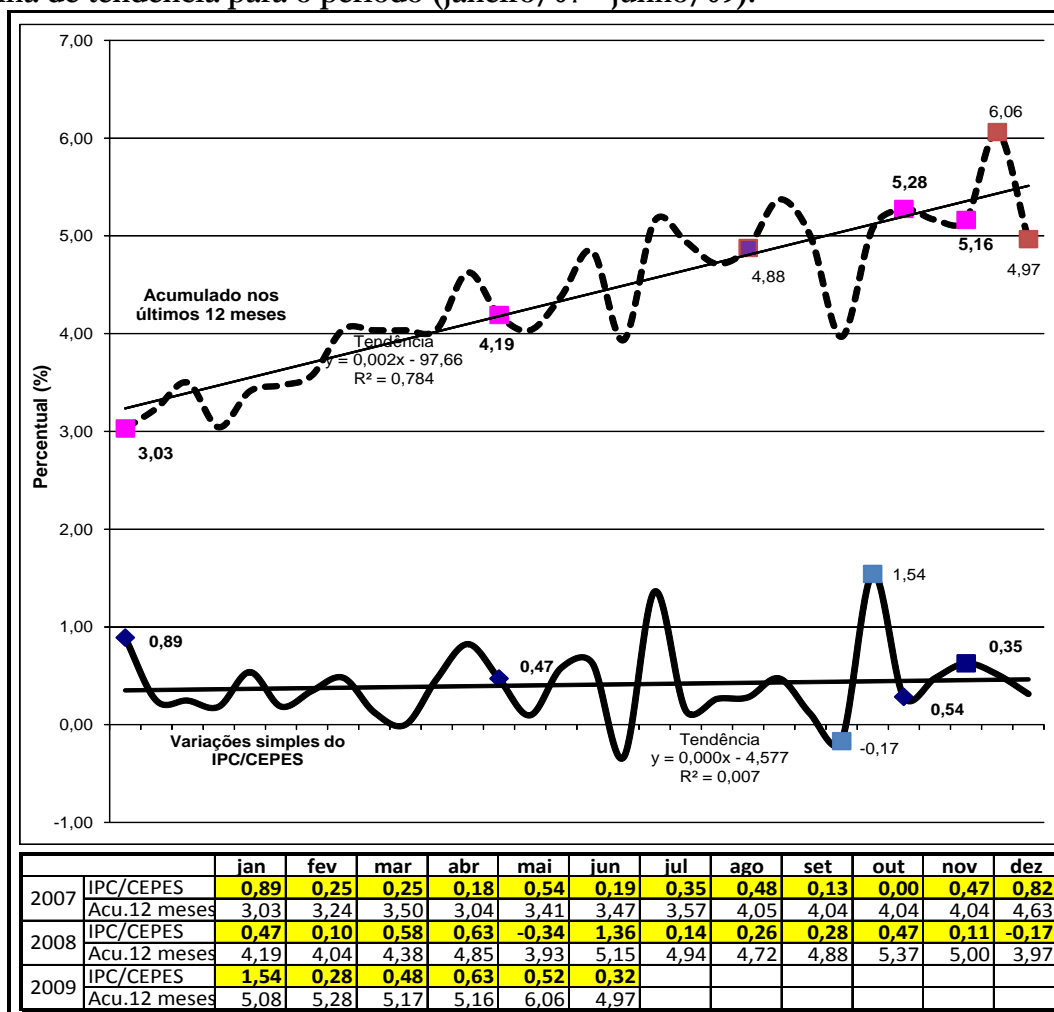
A trajetória decrescente da inflação acumulada em 12 meses, mesmo no cenário de pressões, sazonais e altistas, registrado nos primeiros meses de 2009, associado ao comportamento dos preços dos serviços (Grupo Educação 7,10% de aumento) e de alguns itens monitorados como Transporte público (a tarifa cobrada no Transporte público municipal foi reajustada em 13,44% em janeiro de 2009), refletiu o comportamento relativamente favorável dos preços nos últimos três meses, fundamentalmente, do esgotamento das pressões sazonais e a continuidade do recuo dos preços dos alimentos *in*

natura e semi-elaborados como: Frutas (-8,12%), Carnes (-8,48%) e Cereais, leguminosas e oleaginosas (-13,90%).

Ressalte-se, adicionalmente, que os 4,97% de inflação acumulada no primeiro semestre de 2009 é, conforme verificado no Gráfico 3, em média, 2,5 p.p. superior quando comparado a outros índices nacionais, elevando, no período, o custo de vida na cidade de Uberlândia.

As perspectivas para os próximos meses incorporam a continuidade, possivelmente em ritmo mais acelerado, da tendência do IPC/CEPES para um acumulado anual próximo a 5% com variações mensais entre 0,2% e 0,7% (Gráfico 4). Devem ser considerados, também, os eventuais impactos do reaquecimento da demanda em Uberlândia em um cenário de recuperação da economia brasileira ao longo do segundo semestre do ano, bem como possíveis impactos da elevação dos preços dos alimentos, neste caso as pressões de alta da inflação prevalecerão.

Gráfico 04: Evolução da variação mensal e o acumulado dos últimos doze meses e, linha de tendência para o período (janeiro/07 - junho/09).



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3. Comentários por Grupo, Subgrupo e Item.

3.1 Grupo Alimentação e Bebidas

Quadro 3: Grupo Alimentação e bebidas – participação ponderada dos subgrupos e itens na composição do IPC/CEPES.

DESCRIÇÃO	Ponderação
Grupo 1 - Alimentação	30,49
Subgrupo 1.1 - Alimentação no domicílio	25,78
<i>Item 1.1.1 - Cereais, leguminosas e oleaginosas</i>	<i>2,49</i>
<i>Item 1.1.2 - Farinhas, féculas e massas</i>	<i>1,36</i>
<i>Item 1.1.3 - Tubérculos, raízes e legumes</i>	<i>0,91</i>
<i>Item 1.1.4 - Açúcares e derivados</i>	<i>1,29</i>
<i>Item 1.1.5 - Hortaliças e verduras</i>	<i>0,20</i>
<i>Item 1.1.6 - Frutas</i>	<i>0,81</i>
<i>Item 1.1.7 - Carnes</i>	<i>3,82</i>
<i>Item 1.1.8 - Pescado</i>	<i>0,38</i>
<i>Item 1.1.9 - Carnes, peixes industrializados</i>	<i>1,13</i>
<i>Item 1.1.10 - Aves e ovos</i>	<i>2,23</i>
<i>Item 1.1.11 - Leite e derivados</i>	<i>3,34</i>
<i>Item 1.1.12 - Panificados</i>	<i>3,47</i>
<i>Item 1.1.13 - Óleos e gorduras</i>	<i>1,00</i>
<i>Item 1.1.14 - Bebidas e infusões</i>	<i>2,21</i>
<i>Item 1.1.15 - Enlatados e conservas</i>	<i>0,23</i>
<i>Item 1.1.16 - Sal e condimentos</i>	<i>0,59</i>
<i>Item 1.1.17 - Alimentos prontos</i>	<i>0,32</i>
Subgrupo 1.2 - Alimentação fora do domicílio	4,72
<i>Item 1.2.1 - Alimentação fora do domicílio</i>	<i>4,72</i>

Fonte: CEPES/IEUFU. IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.1.1 Análise do Grupo Alimentação e Bebidas para o ano de 2007

No ano de 2007 o Grupo Alimentação e bebidas sofreu uma variação de 8,53%, superior em 5,88 p.p. da taxa de 2,65% registrada em 2006. Com este resultado, a participação relativa do grupo na composição do índice do ano ficou em 54,98%.

Neste ano, o Grupo apresentou deflações nos meses de maio (-0,37%) e outubro (-0,14%), os outros dez meses foram marcados pelo aumento de preços, ficando o acumulado do segundo semestre de 2007 em 7,13%, significativamente maior que os 1,31% verificado nos primeiro semestre.

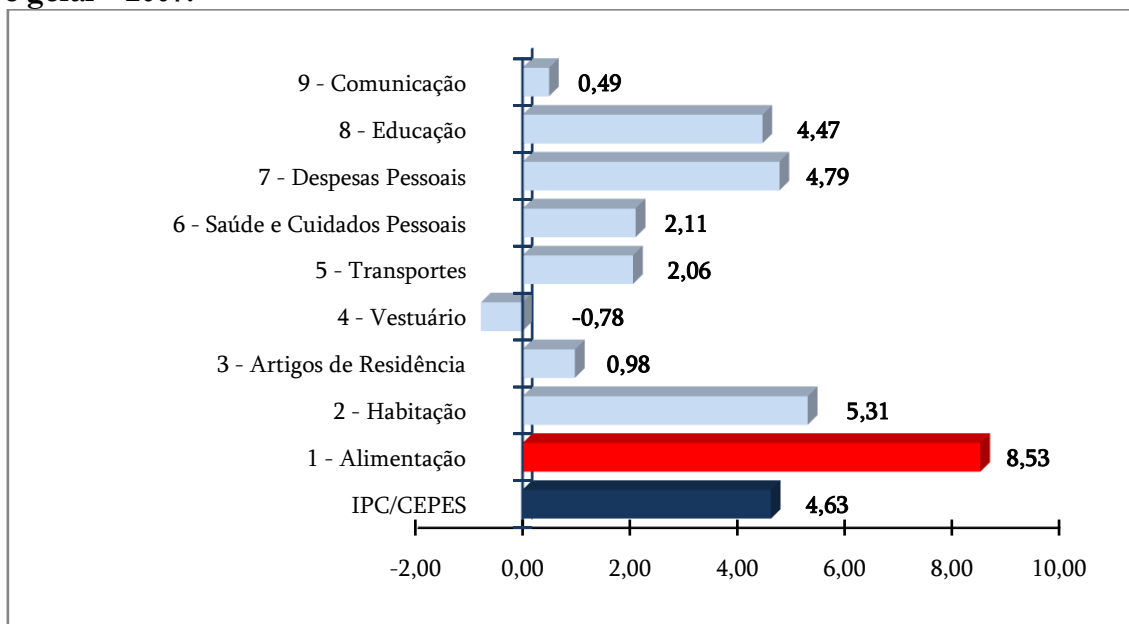
Mesmo apresentando variação abaixo do esperado para o período, o Grupo foi responsável por 54,98% do índice do ano (4,64%), contribuindo com 2,6 pontos percentuais, o que demonstra seu peso para o índice final do IPC/CEPES (30,49%).

Os preços dos alimentos que mais reduziram no ano foram Tubérculos, raízes e legumes (-8,25%); Açúcares e derivados (-11,11%); Hortalças e verduras (-2,81%); e Frutas (-12,37%).

Os produtos: Cereais, leguminosas e oleaginosas (16,86%); Farinhas, féculas e massas (6,62%); Carnes, peixes industrializados (12,29%); Aves e ovos (10,19%); Leite e derivados (15,03%); Panificados (5,04%); Óleos e gorduras (16,14%) foram os principais responsáveis pela alta dos preços do Grupo Alimentação e bebidas no período.

A alta de 8,53% no preço dos alimentos, em 2007, refletiu-se no valor pago para comer fora de casa. Os uberlandenses tiveram que desembolsar 8,65% a mais no período para estas refeições, variação responsável por 1,34 p.p. e 15,72% de participação relativa no Grupo Alimentação e bebidas.

Gráfico 05: IPC/CEPES: Grupo 1 – Alimentação. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2007.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.1.2 Análise do Grupo Alimentação e Bebidas para o ano de 2008

No ano de 2008 o Grupo Alimentação e bebidas sofreu uma variação de **11,68%**, superior em 3,15 p.p. da taxa de 8,53% registrada em 2007. Com este resultado, a participação relativa do grupo na composição do índice do ano ficou em 65,40%.

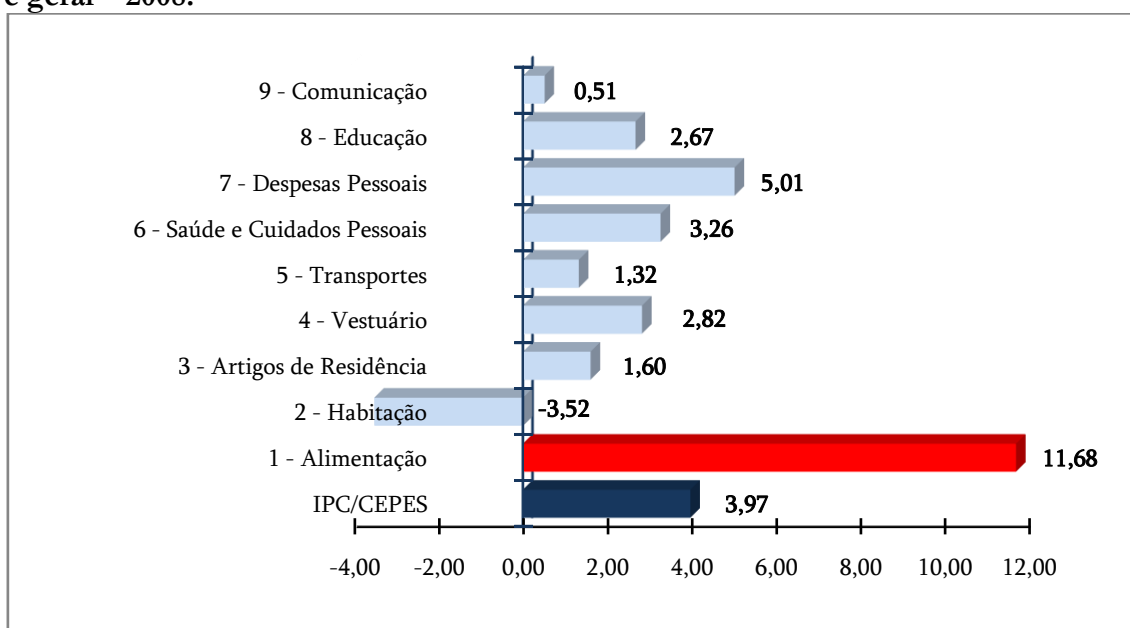
Neste ano, o Grupo apresentou deflações nos meses de novembro (-0,10%) e dezembro (-0,94%), os outros dez meses foram marcados pelo aumento de preços, ficando o acumulado do segundo semestre de 2007 em 1,33%, significativamente menor que os 10,22% verificado nos primeiro semestre.

Mesmo apresentando variação abaixo do esperado para o segundo semestre e em particular para os dois últimos meses do ano, o Grupo foi responsável por 65,40% do índice do ano (3,97%), contribuindo com 3,56 pontos percentuais, o que demonstra seu peso para o índice final do IPC/CEPES (30,49%).

Em 2008 não tivemos, no acumulado anual, nenhuma variação negativa, sendo que os Itens: Carnes (27,25%); Hortaliças e verduras (19,73%); Cereais, leguminosas e oleaginosas (16,87%); Panificados (14,53%); Frutas (13,91%); Carnes, peixes industrializados (12,14%); Aves e ovos (11,77%); Sal e condimentos (11,15%); Farinhas, féculas e massas (7,56%); Enlatados e conservas (7,08%); Tubérculos, raízes e legumes (4,15%); Óleos e gorduras (4,05%) foram os principais responsáveis pela alta dos preços do Grupo Alimentação e bebidas no período.

A alta de 11,68% no preço dos alimentos, em 2007, refletiu-se no valor pago para comer fora de casa. Os uberlandenses tiveram que desembolsar 12,82% a mais no período para estas refeições, variação responsável por 1,98 p.p. e 17,01%% de participação relativa no Grupo Alimentação e bebidas.

Gráfico 06: IPC/CEPES: Grupo 1 – Alimentação. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2008.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.1.3 Análise do Grupo Alimentação e Bebidas para os primeiros 6 meses do ano de 2009

No primeiro semestre de 2009 o Grupo Alimentação e bebidas sofreu uma variação de **0,89%**, inferior em 9,33 p.p. da taxa de 10,22% registrada nos primeiros seis meses de 2008. Com este resultado, a participação relativa do grupo na composição do índice do ano ficou em 7,16%.

O Grupo Alimentação e bebidas, que havia apresentado deflações nos meses de janeiro (-0,24%), março (-0,36%) e abril (-0,26%), voltou a registrar índices positivo nos meses de maio (0,37%) e junho (0,82%), ficando o acumulado deste período em 0,89%, significativamente menor que os 10,90% verificado nos primeiro sete meses de 2008.

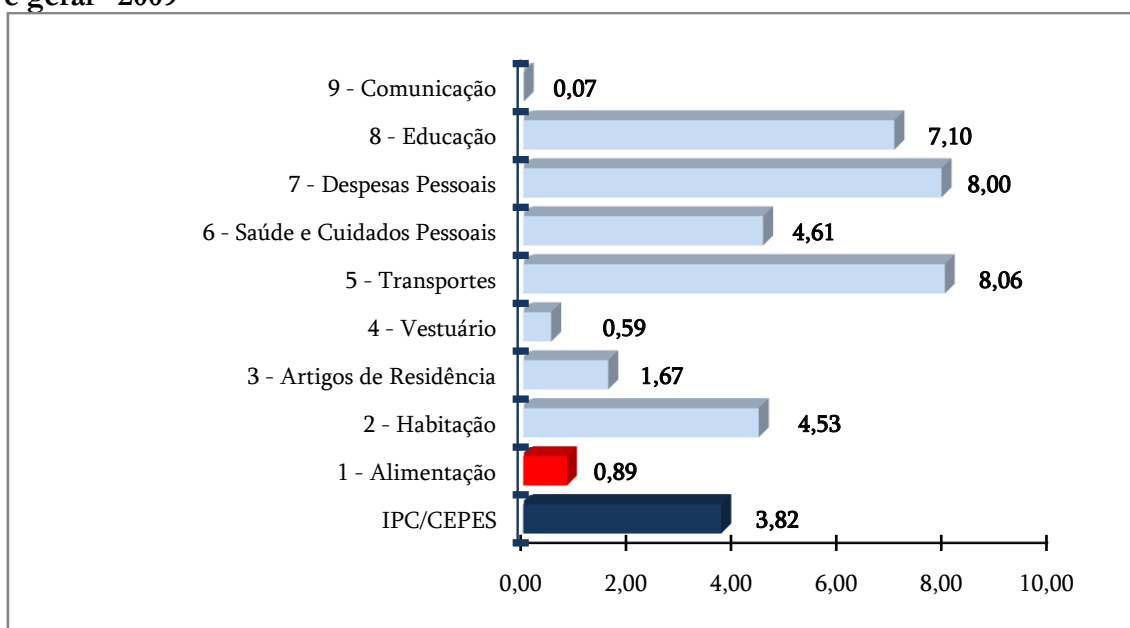
Mesmo apresentando variação abaixo do esperado, o Grupo foi responsável por 7,16% do índice do semestre (3,82%), contribuindo com 0,27 pontos percentuais, o que demonstra seu peso para o índice final do IPC/CEPES.

Os preços dos alimentos que mais reduziram no semestre foram Limão (-16,44%); Batata-inglesa (-11,84%); Tomate (-9,56%); Cebola (-9,44%); Inhame (-9,02%); Mexirica/tangerina (-8,53%); Abacaxi (-7,08%); Couve-flor (-6,93%); Jiló (-6,89%); Mel de abelha (-6,61%); Beterraba (-6,15%); Bife rolé (-5,70%); Abacate (-5,59%); Cenoura (-5,29%); Cheiro-verde (-5,11%); Repolho (-5,03%); e Pepino (-4,83%).

Os produtos: Morango (26,40%); Melancia (22,45%); Banana-da-terra (14,29%); Banana -nanica (11,05%); Alho (8,95%); Peixe-dourado (7,58%); Coração e outras vísceras (7,47%); Suco de frutas (6,69%); Queijo parmesão (5,42%); Outras bebidas alcoólicas (5,14%); Queijo cremoso (5,10%); Côco-da-baía (5,04%) e Sal refinado (4,97%) foram os principais responsáveis pela alta dos preços do Grupo Alimentação e bebidas no período.

A alta de 0,89% no preço dos alimentos, em 2007, refletiu-se no valor pago para comer fora de casa. Os uberlandenses tiveram que desembolsar 3,45% a mais no período para estas refeições, variação responsável por 0,53 p.p. e 60,98% de participação relativa no Grupo Alimentação e bebidas.

Gráfico 07: IPC/CEPES: Grupo 1 – Alimentação. Acumulados anuais – por grupos e geral –2009



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.2 Grupo Habitação

Quadro 4: Grupo Habitação – participação ponderada dos subgrupos e itens na composição do IPC/CEPES.

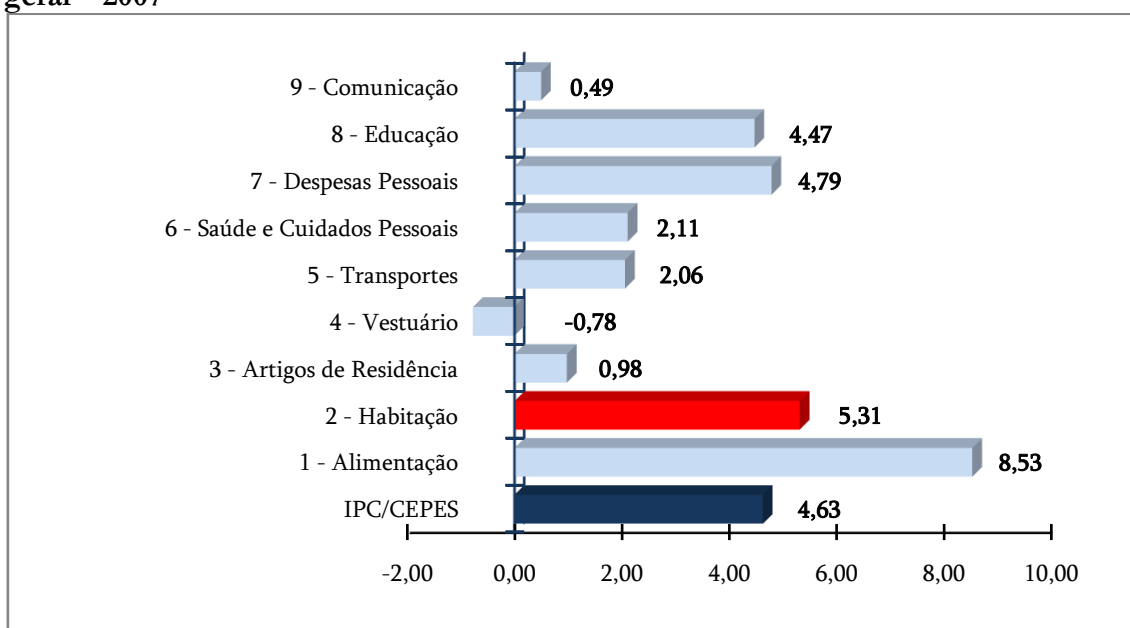
DESCRIÇÃO	PONDERAÇÃO
Grupo 2 - Habitação	19,84
Subgrupo 2.1 - Encargos e manutenção	10,44
<i>Item 2.1.1 - Aluguel e taxas</i>	<i>8,48</i>
<i>Item 2.1.2 - Reparos</i>	<i>0,55</i>
<i>Item 2.1.3 - Artigos de limpeza</i>	<i>1,40</i>
Subgrupo 2.2 - Combust. domésticos e energia elétrica	9,41
<i>Item 2.2.1 - Combustíveis (domésticos)</i>	<i>2,82</i>
<i>Item 2.2.2 - Energia elétrica residencial</i>	<i>6,58</i>

Fonte: CEPES/IEUFU. IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.2.1 Análise do Grupo Habitação para o ano de 2007

O grupo 2 – Habitação, do IPC/CEPES, normalmente, fecha o movimento anual em alta, como aponta o Gráfico demonstrativo do ano de 2007, onde apenas é superado pelo grupo alimentação. Seus subgrupos abrigam itens pesos pesados como: Aluguel e taxas (ponderação no IPC 8,48%); Energia elétrica (ponderação 6,58%) e Gás de cozinha (ponderação 2,82%), que além de representarem gastos elevados (ou, na melhor das hipóteses, bastante consideráveis) no orçamento doméstico, normalmente não apresentam redução em seus preços, salvo casos extraordinários e esporádicos. Sendo assim a tendência do grupo é sempre fechar o movimento acumulado anual em alta.

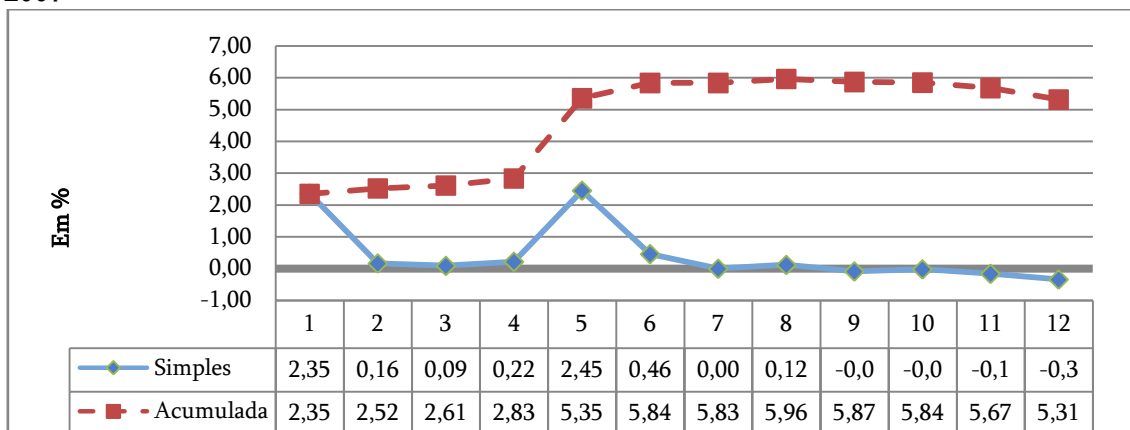
Gráfico 08: IPC/CEPES: Grupo 2 – Habitação. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2007



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Como já afirmado anteriormente, no ano de 2007, o Grupo 2 apresentou este comportamento “tradicional” de fechamento do índice acumulado em “alta”. Nas variações simples, podemos destacar dois picos de alta em janeiro e maio, devidos a reajustes em aluguéis e energia elétrica, respectivamente. Mais a frente a partir de setembro e persistindo até dezembro, temos uma sequência de índices levemente negativos, devido a flutuações nos preços de Serviços de reparos e Gás de cozinha. Ver Gráfico 09, a seguir:

Gráfico 09: IPC/CEPES: Grupo 2 – Habitação. Variações Simples e Acumulada - 2007

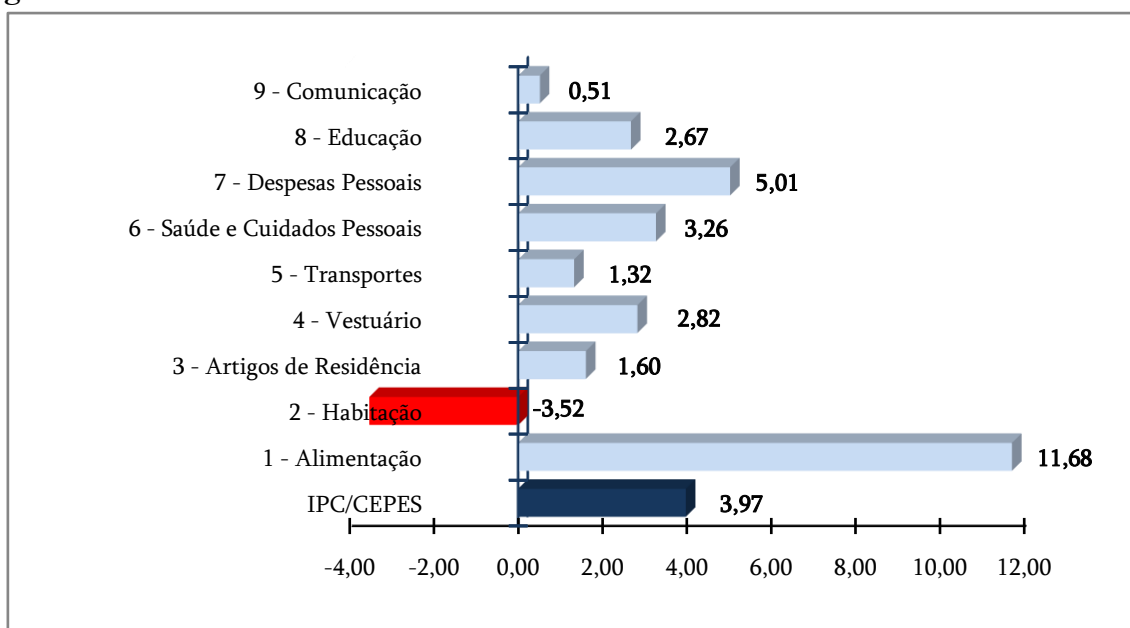


Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.2.2 Análise do Grupo Habitação para o ano de 2008

No ano de 2008, contrariando a tendência natural de alta, o Grupo 2 fechou o ano com uma deflação média acumulada de -3,52%, como ilustra o Gráfico a seguir.

Gráfico 10: IPC/CEPES: Grupo 2 – Habitação. Acumulados anuais – por grupos e geral - 2008

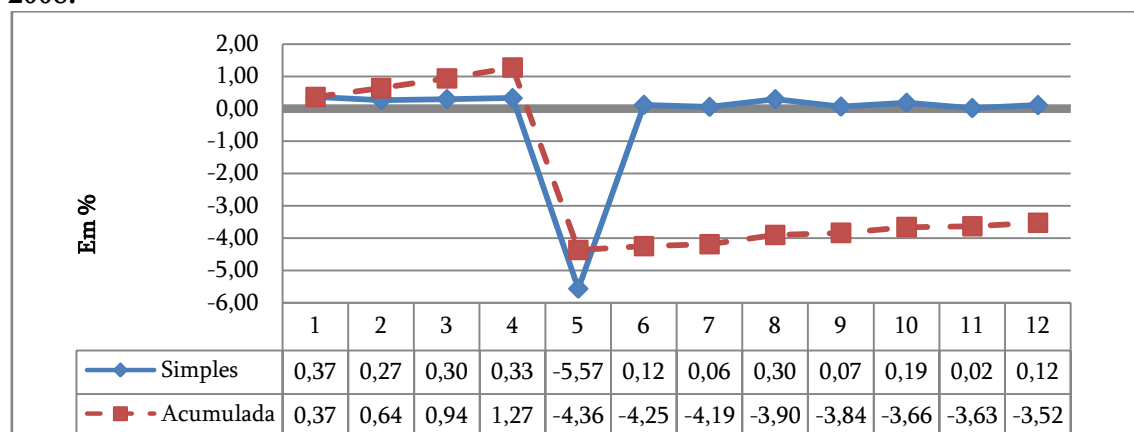


Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Esse comportamento de baixa foi motivado pela redução da tarifa do serviço de energia elétrica imposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL à CEMIG e pode ser claramente observado no gráfico abaixo, com impacto principal no mês de maio. Alguns indicadores mostraram essa redução distribuída em dois meses. Isso é devido a forma de coleta utilizada por cada um das instituições. No caso do CEPES foi adotada a incidência no mês de pagamento do serviço.

Depois as variações simples retomam seu comportamento tradicional e a variação acumulada recomeça a subir lentamente, mas termina o ano em questão com um índice negativo de -3,52%. Isto é mostrado com clareza no Gráfico 11 a seguir.

Gráfico 11: IPC/CEPES: Grupo 2 – Habitação. Variações Simples e Acumulada – 2008.

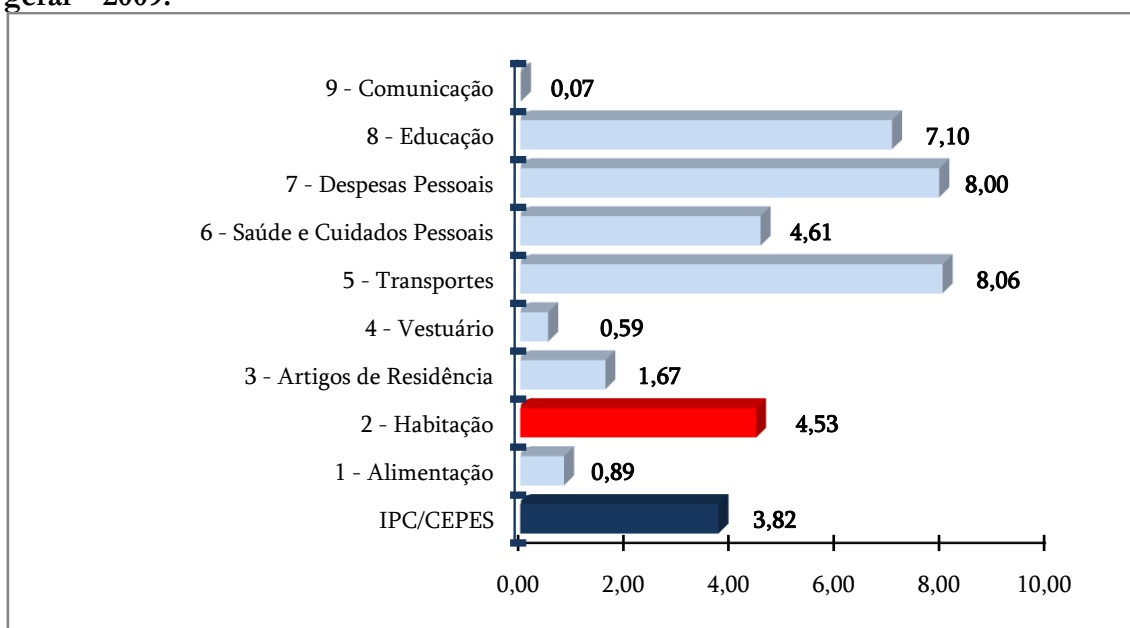


Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.2.3 Análise do Grupo Habitação para os primeiros 6 meses do ano de 2009.

No movimento relativo a 2009, abordado aqui até o mês de junho, o Grupo 2 retoma seu comportamento normal sem apresentar maiores destaques, tanto para as variações do grupo quanto dos subgrupos e itens.

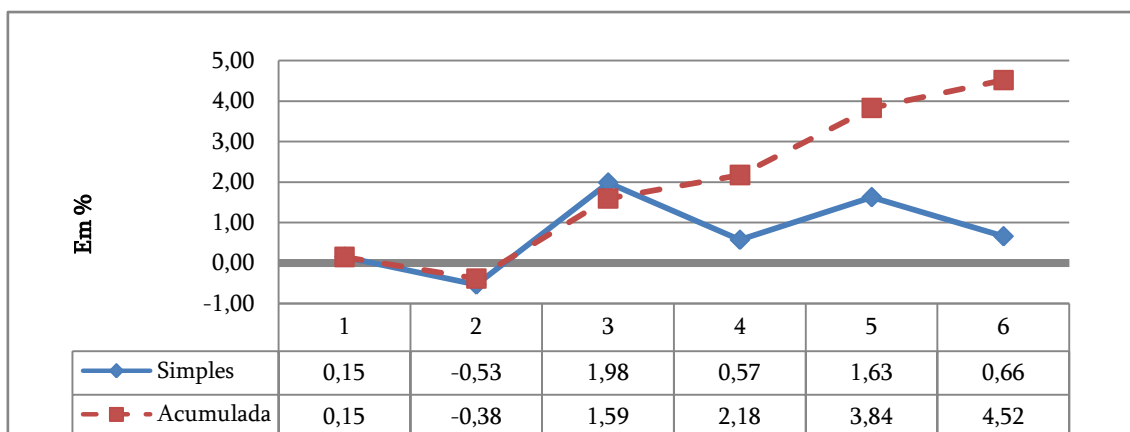
Gráfico 12: IPC/CEPES: Grupo 2 – Habitação. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2009.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

O Gráfico a seguir descreve o comportamento da variação acumulada do Grupo e de seus dois Subgrupos ao longo do período de janeiro/2007 a junho/2009 (30 meses), abrangido neste painel.

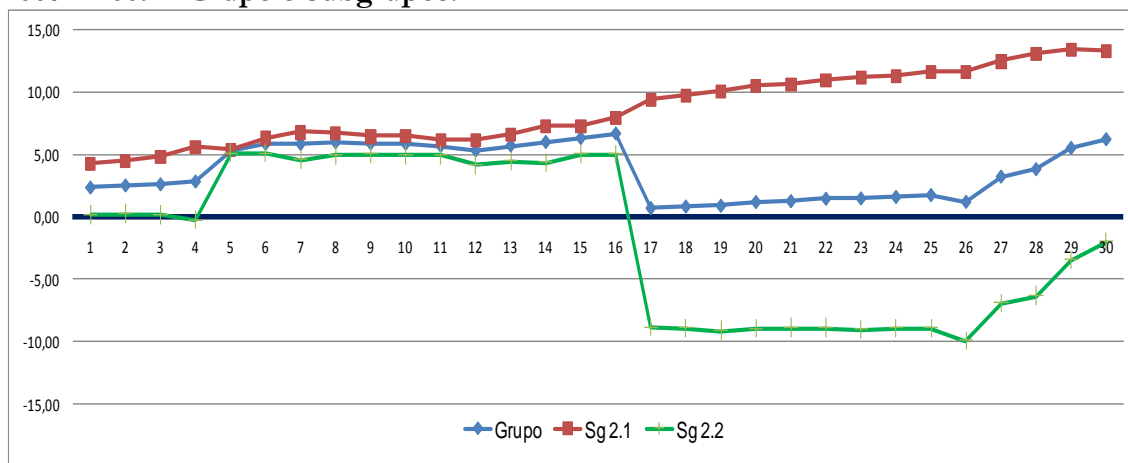
Gráfico 13: IPC/CEPES: Grupo 2 – Habitação. Variações Simples e Acumuladas – 2009.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

A seguir, no Gráfico 14, podemos notar que as fortes oscilações sofridas pelo Subgrupo 2.2 acabam por determinar o comportamento do acumulado do grupo. Apesar disso o Subgrupo 2.1, com suas variações predominantemente positivas e graduais, mantém o índice acumulado do Grupo positivo devido ao seu maior peso na composição do IPC.

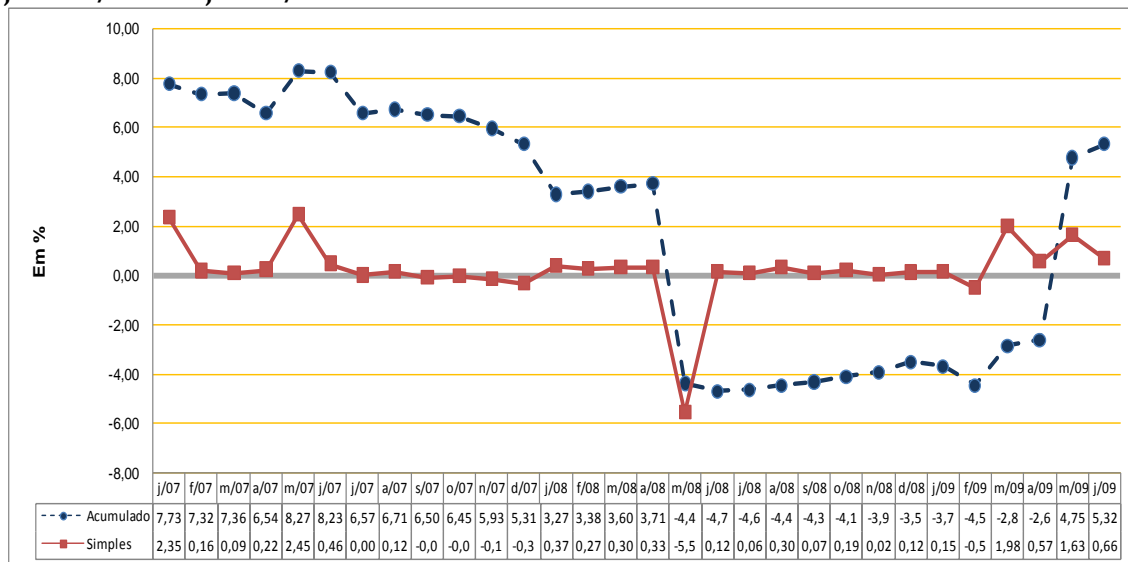
Gráfico 14: IPC/CEPES: Grupo 2 – Habitação. Variações acumuladas no período 2007 – 2009 – Grupo e Subgrupos.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Finalizando a exposição do Grupo 2, temos o Gráfico demonstrativo das variações acumuladas para doze meses que aponta a tendência do grupo para todo o período abrangido neste painel. Vale salientar que se subtrairmos a redução das taxas de energia em 2008 (um caso isolado) a curva das variações acumuladas teria majoritariamente um comportamento positivo progressivo.

Gráfico 15: Evolução da variação mensal e acumulada dos últimos doze meses – janeiro/2007 a junho/2009



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.3 Grupo Artigos de Residência

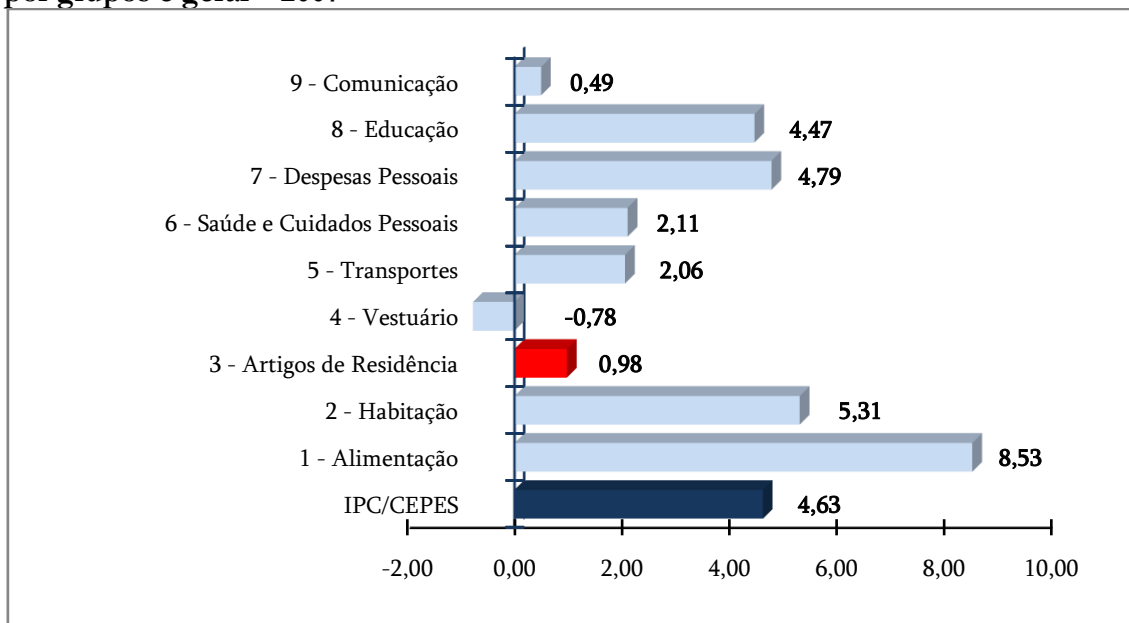
Quadro 5: Grupo Artigos de Residência – participação ponderada dos subgrupos e itens na composição do IPC/CEPES.

DESCRIÇÃO	PONDERAÇÃO
Grupo 3 - Artigos de Residência	7,21
Subgrupo 3.1 - Móveis e utensílios	2,74
<i>Item 3.1.1 - Mobiliário</i>	<i>1,84</i>
<i>Item 3.1.2 - Utensílios e enfeites</i>	<i>0,61</i>
<i>Item 3.1.3 - Cama, mesa e banho</i>	<i>0,29</i>
Subgrupo 3.2 - Aparelhos eletroeletrônicos	4,10
<i>Item 3.2.1 - Eletrodomésticos e equipamentos</i>	<i>2,22</i>
<i>Item 3.2.2 - TV, som e informática</i>	<i>1,87</i>
Subgrupo 3.3 - Consertos e manutenção	0,38
<i>Item 3.3.1 - Consertos e manutenção</i>	<i>0,38</i>

Fonte: CEPES/IEUFU. IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.3.1 Análise do Grupo Artigos de Residência para o ano de 2007

Gráfico 16: IPC/CEPES: Grupo 3 – Artigos de Residência. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2007



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

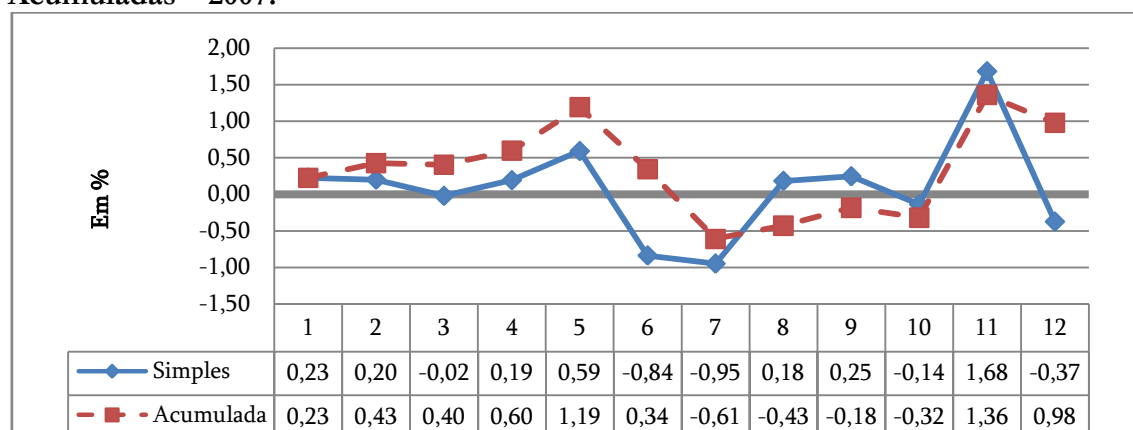
O Grupo 3 – Artigos de residência, é outro que tradicionalmente fecha o movimento anual acumulado em alta, apesar de apresentar sempre uma oscilação generalizada, notadamente, no subgrupo 3.2 – Aparelhos eletrodomésticos, onde a “substituição forçada” causa uma rotação muito grande de produtos o que dificulta até mesmo o processo de coleta.

A substituição forçada, ou obsolescência forçada (ou ainda planejada), é o processo pelo qual a indústria procura forçar o consumidor a trocar um determinado bem por outro similar com alguma alteração tecnológica, ainda que não fundamental ou mesmo realmente necessária. Isso é generalizado no mercado de produtos digitais, muitos dos quais estão contidos no subgrupo 3.2. O citado processo acaba deixando no mercado um mesmo produto com diferenças de preço bastante significativas de um ponto de venda para outro, dependendo do sistema de reposição de estoques de cada um. Isso causa uma oscilação freqüente no preço desses bens.

Os subgrupos restantes: 3.1 - Móveis e utensílios e 3.3 - Consertos e manutenção, tem tendência predominantemente positiva e com pequenas variações. As variações negativas são esparsas e também pequenas.

O Gráfico 17, a seguir, ilustra de forma bastante clara a oscilação de preços existente no grupo. Vale salientar que apesar da oscilação constante, as variações tanto positivas como negativas quase alcançam a casa de 1 ponto, tanto positivo quanto negativo.

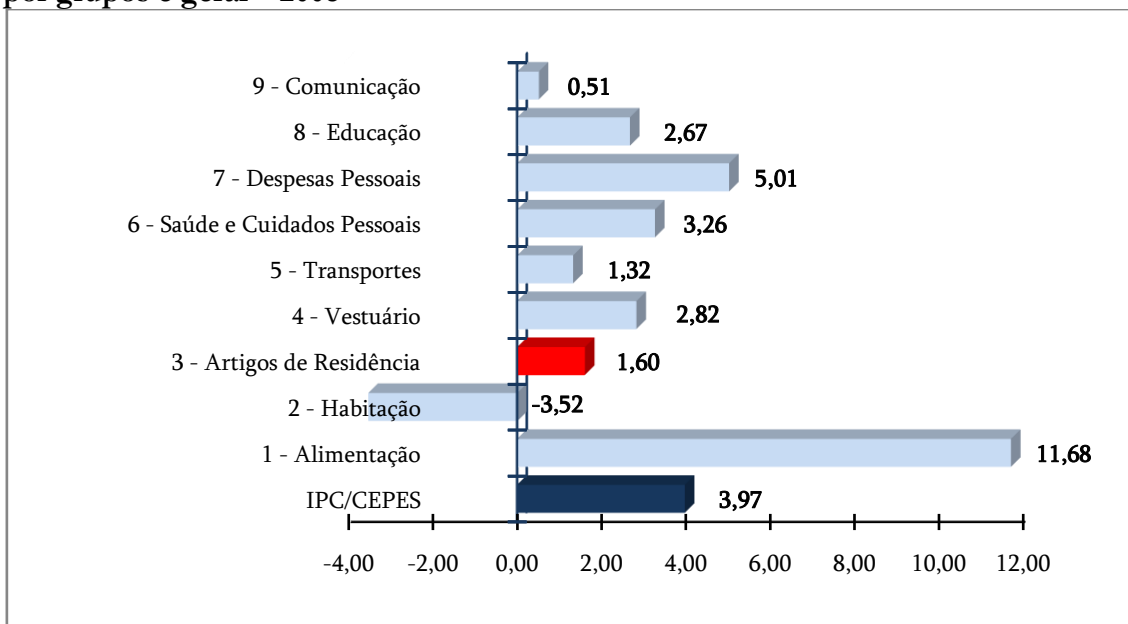
Gráfico 17: IPC/CEPES: Grupo 3 – Artigos de Residência. Variações Simples e Acumuladas – 2007.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.3.2 Análise do Grupo Artigos de Residência para o ano de 2008

Gráfico 18: IPC/CEPES: Grupo 3 – Artigos de Residência. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2008

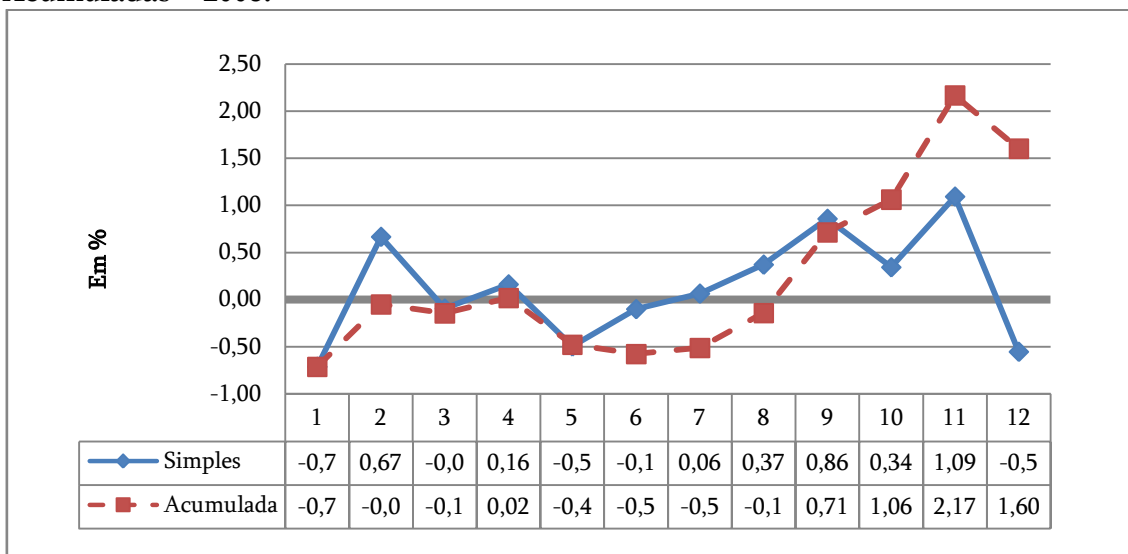


Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

O ano de 2008 não apresentou nenhuma alteração significativa, como demonstram os gráficos 18 e 19 a seguir, tanto na variação simples quanto na acumulada anual.

Observando ambas as curvas, nota-se que um comportamento bastante semelhante, tanto no “desenho” quanto no valor das variações, ao ocorrido no ano de 2007.

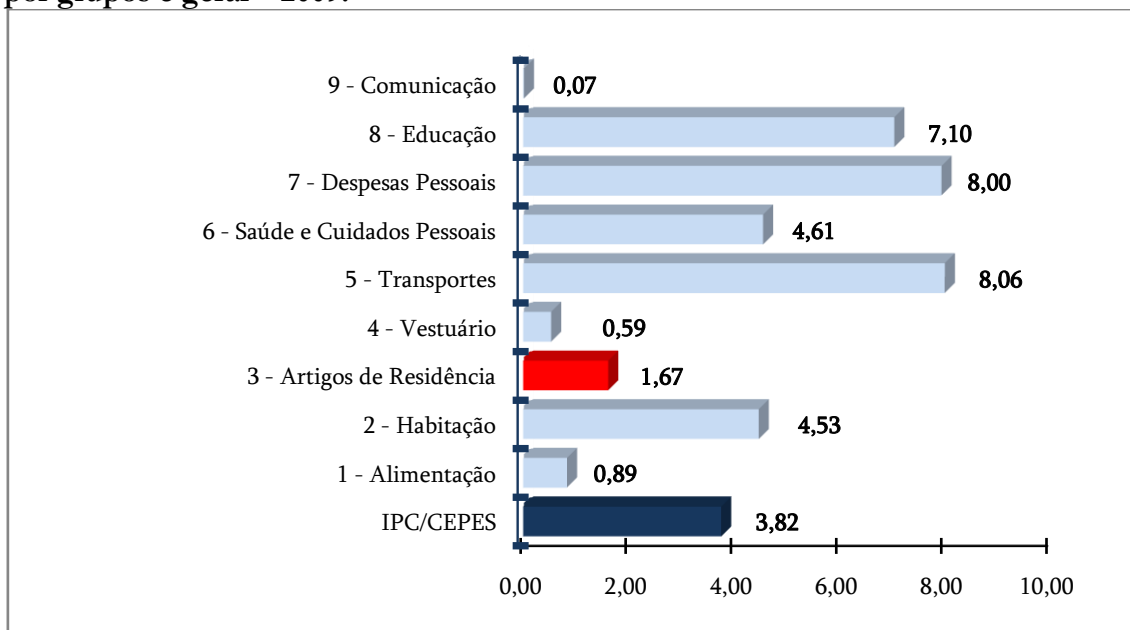
Gráfico 19: IPC/CEPES: Grupo 3 – Artigos de Residência. Variações Simples e Acumuladas – 2008.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.3.3 Análise do Grupo Artigos de Residência para os primeiros 6 meses do ano de 2009

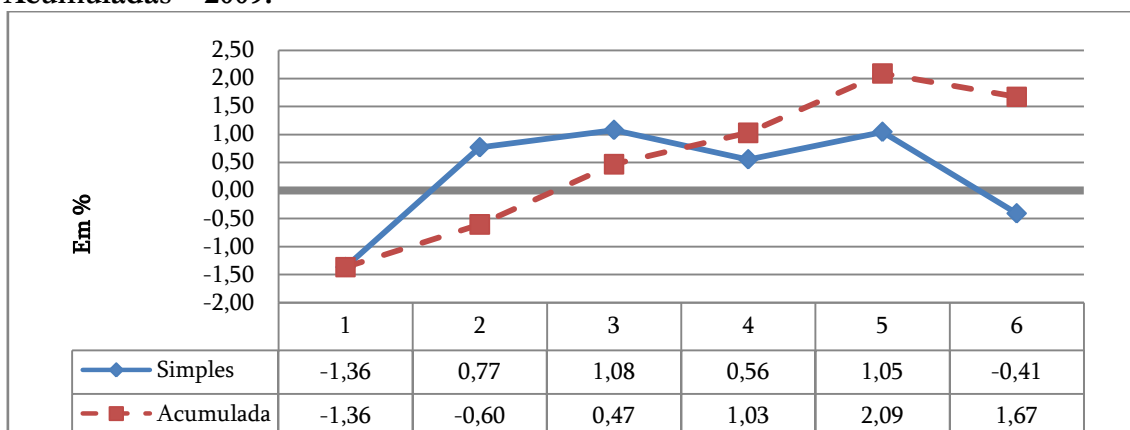
Gráfico 20: IPC/CEPES: Grupo 3 – Artigos de Residência. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2009.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Apesar de abrir o ano em queda, o Grupo 3 se recuperou nos quatro meses subsequentes, que elevaram o índice acumulado até a casa dos 2% e, com uma nova queda em junho, fechou a primeira metade do ano com alta acumulada de 1,67%. Com a manutenção do IPI reduzido da “linha branca” para os meses seguintes podemos esperar uma estabilidade no grupo.

Gráfico 21: IPC/CEPES: Grupo 3 – Artigos de Residência. Variações Simples e Acumuladas – 2009.

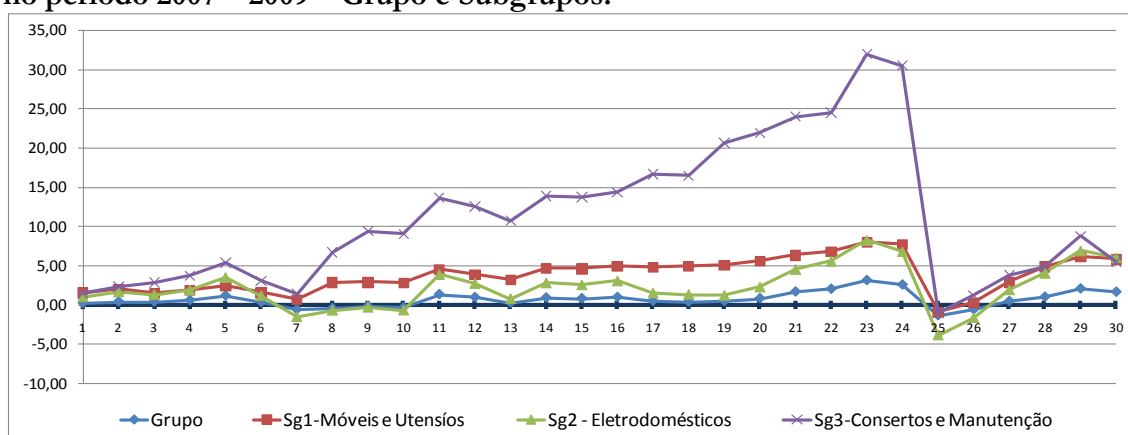


Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.3.4 Evolução da variação acumulada do Grupo Artigos de Residência nos últimos 12 meses

Ao observarmos o Gráfico 22 das variações acumuladas do grupo e subgrupos para o período de 30 meses, notamos que o Subgrupo 3 – Consertos e Manutenção tem um comportamento bastante diferente dos seus pares, com variações bem maiores. Mesmo assim, seu baixo peso (0,38% no IPC/CEPES) não permite que influencie categoricamente o acumulado do grupo que é ditado pelos outros dois: Subgrupo 1 – Móveis e Utensílios (2,74%) e Subgrupo 2 – Aparelhos eletrodomésticos (4,10%).

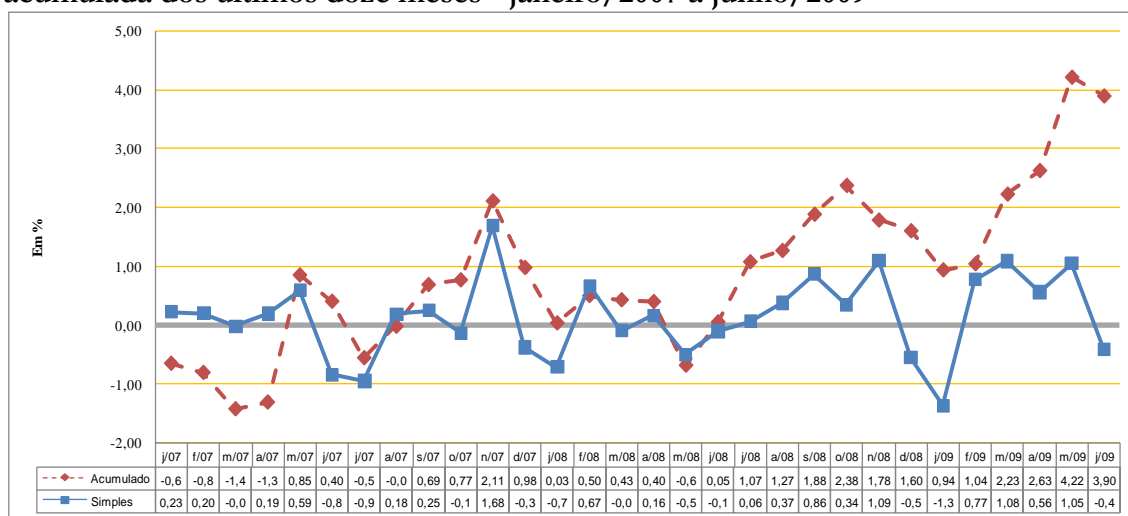
Gráfico 22: IPC/CEPES: Grupo 3 – Artigos de Residência. Variações acumuladas no período 2007 – 2009 – Grupo e Subgrupos.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

A variação acumulada em doze meses, Gráfico 23, mostra a cada mês a variação acumulada do mês em questão com a dos onze anteriores a ele. Essa evolução permite se visualizar a tendência do grupo ao longo do tempo

Gráfico 23: Grupo 3 – Artigos de Residência Evolução da variação mensal e acumulada dos últimos doze meses - janeiro/2007 a junho/2009



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.4 Grupo Vestuário

Quadro 6: Grupo Vestuário: Participação ponderada dos subgrupos e itens na composição do IPC/CEPES

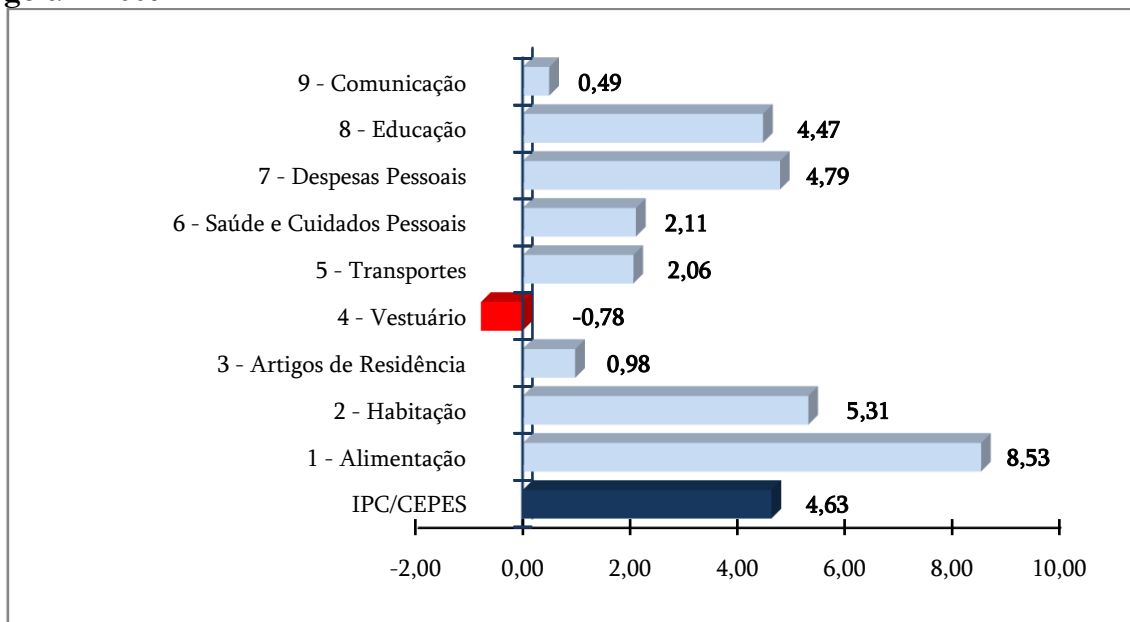
DESCRIÇÃO	PONDERAÇÃO
Grupo 4 - Vestuário	5,85
Subgrupo 4.1 - Roupas	3,49
<i>Item 4.1.1 - Roupas masculina</i>	<i>1,21</i>
<i>Item 4.1.2 - Roupas feminina</i>	<i>1,37</i>
<i>Item 4.1.3 - Roupas infantil</i>	<i>0,91</i>
Subgrupo 4.2 – Outros artigos de vestuário	2,36
<i>Item 4.2.1 - Calçados e acessórios</i>	<i>1,77</i>
<i>Item 4.2.2 - Jóias e bijuterias</i>	<i>0,32</i>
<i>Item 4.2.3 - Tecidos e armarinho</i>	<i>0,27</i>

Fonte: CEPES/IEUFU. IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.4.1 Análise do Grupo Vestuário para o ano de 2007

O Grupo Vestuário apresentou, no ano de 2007, variação de -0,78%, sendo o único grupo que apresentou variação negativa, como pode ser observado no Gráfico a seguir. Esta variação é resultante de decréscimos ocorridos nos preços médios do subgrupo: Outros artigos de vestuário (-2,12%), em contrapartida, o outro subgrupo Roupas, que apresentou uma variação positiva de 0,13%.

Gráfico 24: IPC/CEPES: Grupo 4 – Vestuário. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2007



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Detalhando o subgrupo Roupas verifica-se que o item que apresentou variação positiva foi Roupa feminina (1,42%), enquanto Roupa masculina (-0,41%) e Roupa infantil (-1,13%) apresentaram variações negativas no ano de 2007.

Quanto ao subgrupo Outros Artigos de Vestuário, dos seus três itens, dois apresentaram variações de preços negativas: Calçados e acessórios (-2,91%) e Tecidos e armarinho (-0,22%). O item Jóias e bijuterias apresentou uma variação positiva de 0,58%.

Quanto aos produtos que fazem parte do grupo Vestuário, os que mais encareceram foram: Bolsa e carteira feminina (79,18%); Tênis (61,33%); Bolsa e carteira masculina (37,39%); Macacão infantil (30,79%); Sapato masculino (30,37%); Relógio de pulso (26,08%); Short e bermuda infantil (20,33%); Cueca infantil (28,26%); Calça comprida masculina (13,98%); Paletó e blazer (13,95%); Calça comprida infantil (12,31%); Sapato feminino (9,31%); Fralda (7,77%); Armarinho (7,77%); Sandália / chinelo masculino (7,75%); Roupa de dormir feminina (7,72%); Meia masculina (7,56%); Calça comprida feminina (7,39%) e Camiseta feminina (6,72%).

Por outro lado os que mais baratearam foram: Conjunto esportivo infantil (-27,93%); Uniforme (-18,11%); Conjunto esportivo masculino (-17,71); Acortinado (-15,24%); Conjunto de short e camiseta infantil (-12,37%); Camisa infantil (-11,97%); Vestido (-8,10%); Conjunto de saia e blusa infantil (-6,33%); Saia (-4,35%); Sandália / chinelo infantil (-1,61%); Lingerie (-1,40%); Tecido (-1,37%) e Terno (-0,48%).

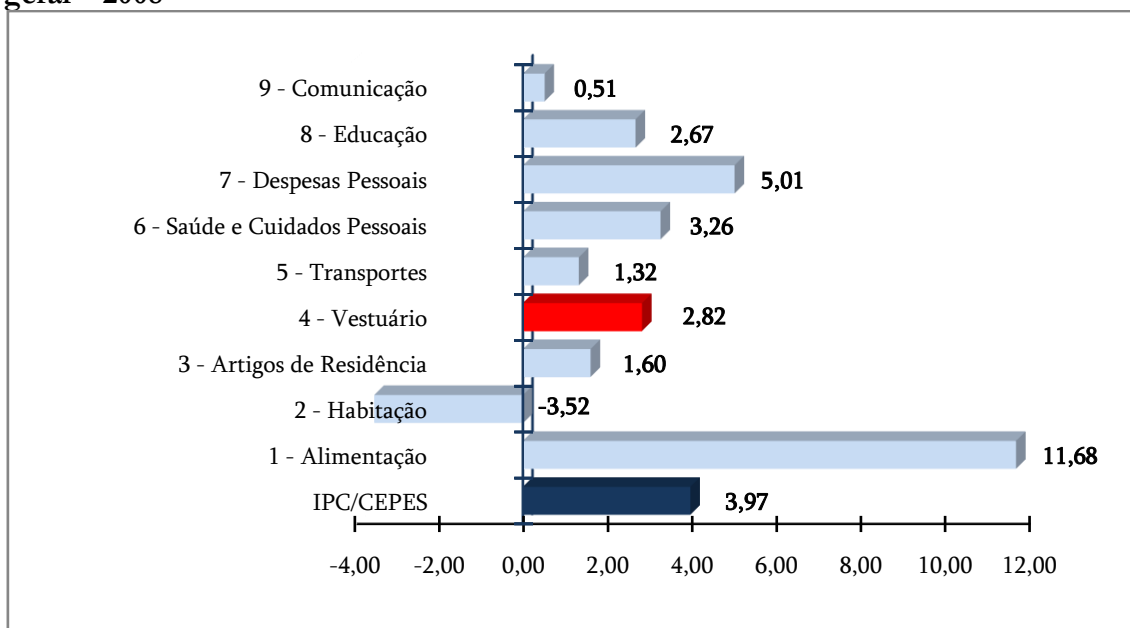
3.4.2 Análise do Grupo Vestuário para o ano de 2008

Em 2008, o Grupo Vestuário apresentou uma variação de preços positiva de 2,82%, como pode ser observado no Gráfico a seguir. Esta variação é resultante de acréscimos ocorridos nos preços médios dos seus dois sub-grupos: Roupas (1,52%), e Outros artigos de vestuário (4,75%).

No subgrupo Roupas verifica-se que os itens que apresentaram variações positivas foram: Roupa masculina (1,75%) e Roupa feminina (2,33%) e em contra partida o item Roupa infantil apresentou variação negativa de -0,10%, no ano de 2008.

Quanto ao subgrupo Outros Artigos de Vestuário todos os seus três itens apresentaram variações de preços positivas: Calçados e acessórios (5,92%), Jóias e bijuterias (1,80%) e Tecidos e armarinho (0,70%).

Gráfico 25: IPC/CEPES: Grupo 4 – Vestuário. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2008



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Dentre os produtos que fazem parte do grupo Vestuário, destacam-se os que mais se encareceram: Agasalho masculino (195,04%); Agasalho feminino (60,49%); Aluguel de roupa masculina (58,53%); Meia masculina (26,88%); Camisa infantil (26,64%); Saia (24,02%); Sandália / chinelo infantil (21,82%); Sandália / chinelo masculino (20,04%); Sapato infantil (19,51%); Cueca (17,24%); Jóias (16,85%); Sandália / chinelo feminino (16,19%); Vestido infantil (15,79%); Calça comprida masculina (15,56%); Tênis (15,21%); Vestido (13,30%); Roupa de dormir feminina (15,38%); Fralda (13,49%); Macacão infantil (12,30%); e Acortinado (17,98%).

Os produtos que mais baratearam foram: Sapato feminino (-61,75%); Conjunto de short e/camiseta infantil (-60,03%); Bolsa e carteira feminina (-52,62%); Conjunto esportivo masculino (-49,11%); Camisa infantil (-49,05%); Calça comprida infantil (-45,98%); Blusa (-43,43%); Bolsa e carteira masculina (-34,68%); Short e bermuda infantil (-27,83%); Paletó e blazer (-23,81%); Agasalho infantil (-21,85%); Agasalho infantil (-21,85%); Short e bermuda masculina (-17,84%); Camiseta feminina (-14,49%); Cueca infantil (-9,15%); Terno (-8,72%); Sapato masculino (-8,24%); Roupa de banho feminina (-7,85%); Relógio de pulso (-7,60%); Tecido (-2,26%); Camiseta masculina (-0,93%) e Bermuda e short feminino (-0,24%).

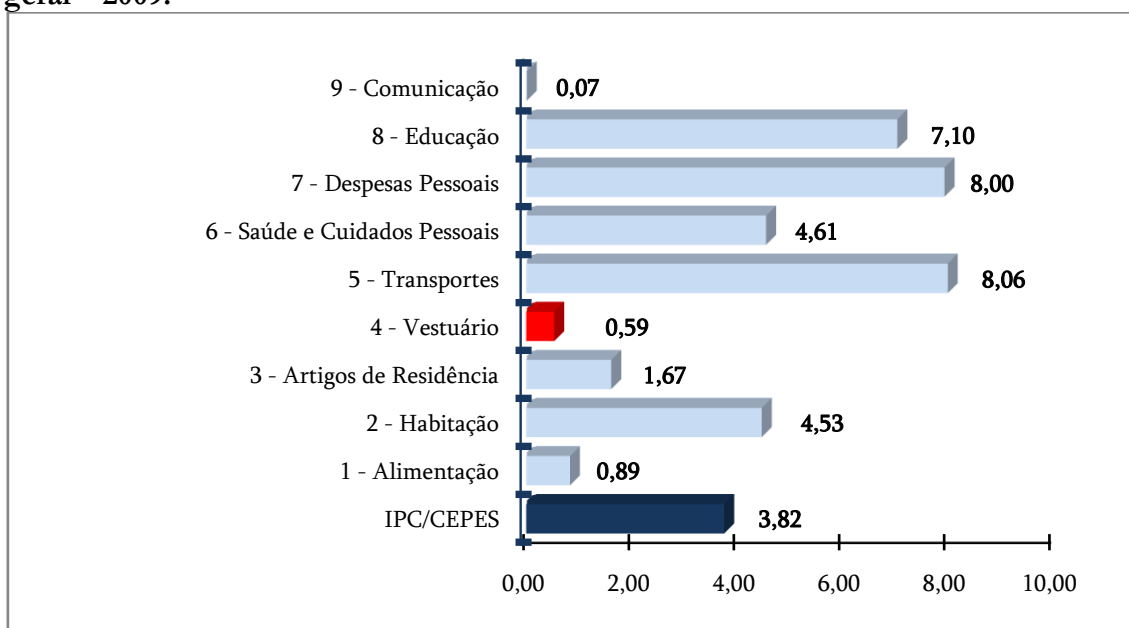
3.4.3 Análise do Grupo Vestuário para os primeiros 6 meses do ano de 2009

Nos primeiros 6 meses do presente ano, o Grupo Vestuário apresentou uma variação de preços positiva de 0,59%, como pode ser observado no Gráfico 26 a seguir. Esta variação é resultante de acréscimos ocorridos nos preços médios dos seus dois subgrupos: Roupas (0,03%), e Outros artigos de vestuário (1,39%).

No subgrupo Roupas o item que apresentou variação positiva foi Roupa feminina (0,23%), enquanto os outros dois subgrupos apresentaram variações de preços negativas, que são: Roupa masculina (-0,04%) e Roupa infantil (-0,17%).

Quanto ao subgrupo Outros Artigos de Vestuário dois de seus três itens apresentaram variações de preços positivas que foram: Calçados e acessórios (1,82%) e Tecidos e armarinho (1,04%). O terceiro item deste grupo, Jóias e bijuterias apresentou uma variação negativa neste período de -0,32%.

Gráfico 26: IPC/CEPES: Grupo 4 – Vestuário. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2009.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Quanto aos produtos que fazem parte do grupo Vestuário, destacam-se os que mais encareceram: Saia (433,33%); Sapato feminino (282,80%); Blusa (269,09%); Cueca (149,64%); Tênis (118,86%); Calça comprida masculina (87,29%); Bolsa e carteira feminina (76,65%); Lingerie (70,79%); Bolsa e carteira masculina (76,29%); Camisa masculina (67,20%); Vestido (49,12%); Relógio de pulso (43,43%); Meia masculina (38,46%); Sapato masculino (27,67%); Agasalho infantil (25,58%); Lingerie infantil (12,52%); Conjunto de

Short e camiseta infantil (12,05%); Aluguel de roupa masculina (10,12%); Paletó e blazer (8,45%) e Sandália / chinelo infantil (5,37%).

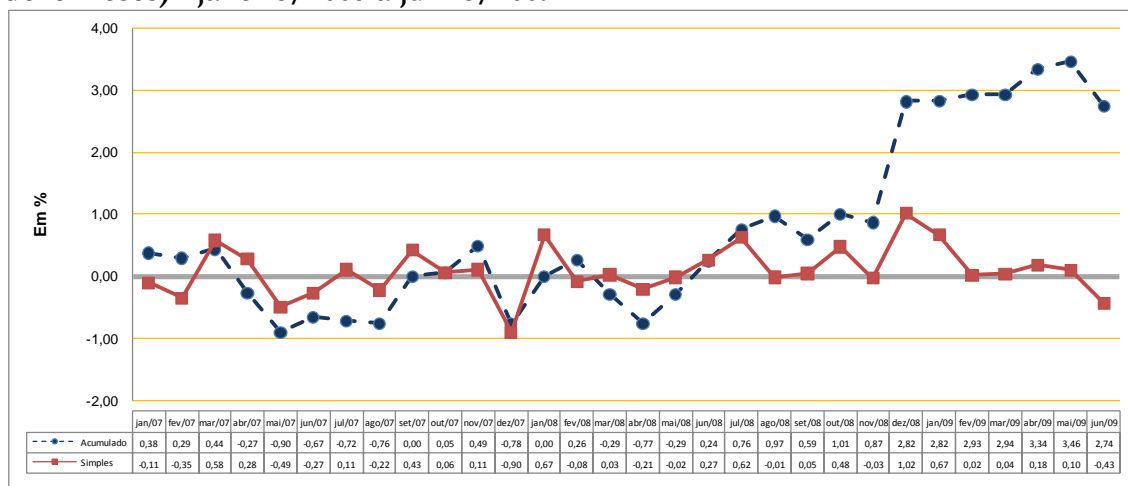
Os que mais baratearam foram: Acortinado (-36,96%); Conjunto esportivo masculino (-22,49%); Calça comprida feminina (-21,20%); Jóia (-16,54%); Agasalho masculino (-12,28%); Cueca infantil (-11,14%); Vestido Infantil (-10,54%); Macacão infantil (-5,48%); Fralda (-4,91%); Calça comprida infantil (-4,87%); Roupa de dormir feminina (-4,14%); Sandália / chinelo masculino (-2,95%); Sapato infantil (-1,05%); Tecido (-0,60%).

3.4.4 Evolução da variação acumulada nos últimos 12 meses

Por meio da análise do Gráfico da Evolução da variação acumulada dos últimos doze meses do Grupo Vestuário, pode-se verificar que, a partir do impacto da crise econômica mundial na economia brasileira a partir do segundo semestre do ano passado, houve uma remarcação de preços preventiva por parte dos comerciantes locais, fazendo com que a curva da variação acumulada se desloca do patamar que se encontrava no período de jan/2007 a out/2008.

A partir de maio/2009 deve haver uma redução no nível de preços, não só para Uberlândia, mas também para todo o Brasil, como vem sinalizando os atuais Índices de Preços.

Gráfico 27: Grupo Vestuário: Evolução da variação mensal e acumulada (últimos doze meses) - janeiro/2007 a junho/2009



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.5 Grupo Transportes

Quadro 7: Grupo Transportes: Participação ponderada dos subgrupos e itens na composição do IPC/CEPES

DESCRIÇÃO	PONDERAÇÃO
Grupo 5 - Transportes	16,90
Subgrupo 5.1 - Transportes	16,90
<i>Item 5.1.1 - Transporte público</i>	<i>11,02</i>
<i>Item 5.1.2 - Veículo próprio</i>	<i>3,57</i>
<i>Item 5.1.3 - Combustíveis (veículos)</i>	<i>2,31</i>

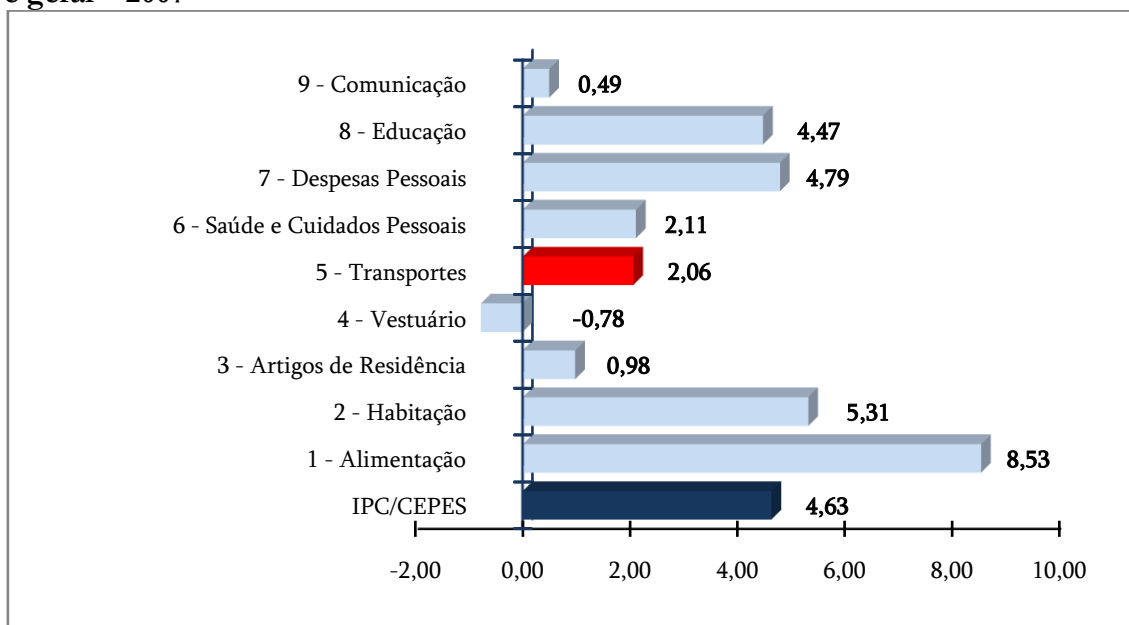
Fonte: CEPES/IEUFU. IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.5.1 Análise do Grupo Transportes para o ano de 2007

O Grupo Transporte apresentou, no ano de 2007, variação positiva de 2,06%, como pode ser observado no Gráfico a seguir. Esta variação é resultante de acréscimos ocorridos nos preços médios dos três itens que compõem o grupo transporte, sendo o destaque o item Combustíveis (veículos).

Detalhando o grupo Transporte verifica-se que o item que apresentou a maior variação positiva foi Combustíveis (veículos) (4,01%), seguido de Veículo próprio (2,33%) e Transporte público (1,49%).

Gráfico 28: IPC/CEPES: Grupo 5 – Transportes. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2007



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Quanto aos produtos que fazem parte do grupo Transporte, destacam-se os que mais encareceram: Acessórios e peças de automóveis (96,86%); Pintura de veículo

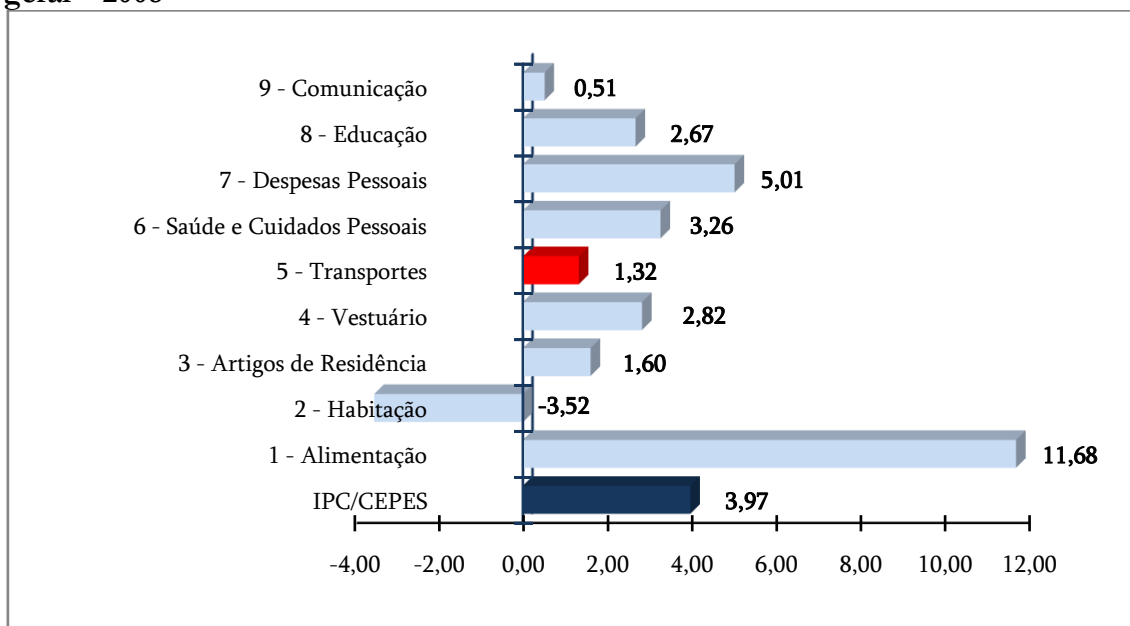
(19,10%); Automóvel usado (15,50%); Concerto de automóveis (15,44%); Camioneta (12,16%); Emplacamento e licença (7,18%); Óleo (4,35%); Automóvel novo (4,24%); Lubrificação e lavagem (4,18%) e Gasolina (0,10%).

Os produtos que mais se baratearam foram: Avião (-44,25%); Seguro voluntário de veículo (-29,37%); Som para veículo (-17,52%); Ônibus intermunicipal (-10,31%); Ônibus interestadual (-6,54%); Álcool (-6,50%); Pneu e câmara de ar (-4,36%); Óleo Diesel (-0,47%) e Motocicleta (-0,29%).

3.5.2 Análise do Grupo Transportes para o ano de 2008

No ano de 2008, o Grupo Transporte apresentou uma variação positiva de 1,32%, como pode ser observado no Gráfico a seguir. Esta variação é resultante de acréscimos ocorrido nos preços médios dos três itens que compõem o grupo transporte, sendo o destaque o item Veículo próprio (2,00%), seguido de Transporte público (1,16%) e Combustíveis (veículo) (0,22%).

Gráfico 29: IPC/CEPES: Grupo 4 – Vestuário. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2008



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Quanto aos produtos que fazem parte do grupo Transporte, destacam-se os que mais encareceram: Automóvel usado (111,48%); Acessório e peças de automóveis (86,00%); Óleo (19,30%); Conserto de automóveis (17,34%); Óleo diesel (14,31%); Ônibus interestadual (13,60%); Camioneta (13,00%); Avião (11,04%); Seguro voluntário de veículo (10,31%); Pneu e câmara de ar (9,27%); Transporte escolar (8,49%); Ônibus intermunicipal

(4,87%); Motocicleta (4,72%); Álcool (3,74%); Som para veículo (3,09%); Automóvel novo (2,42%); Gasolina (2,01%) e Estacionamento (0,47%).

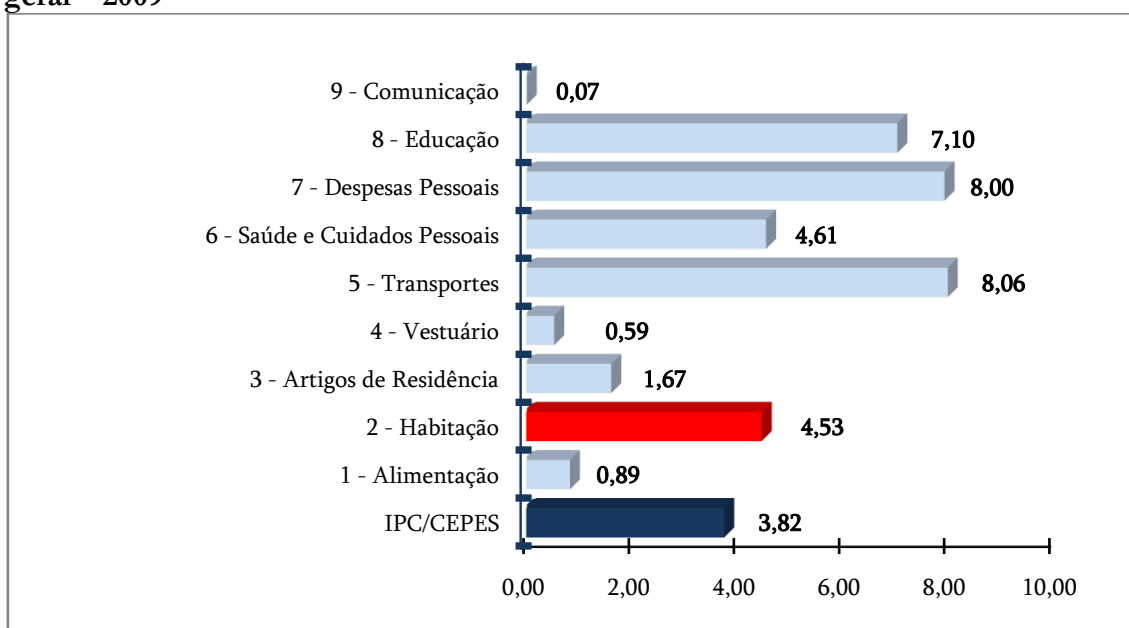
Os produtos que mais se baratearam foram: Pintura de veículo (-36,02%); e Lubrificação e lavagem (-17,56%).

3.5.3 Análise do Grupo Transportes para os primeiros 6 meses do ano de 2009

Nos primeiros seis meses do presente ano, o Grupo Transporte apresentou uma variação positiva de 8,06%, como pode ser observado no Gráfico a seguir. Esta variação é resultante de acréscimos ocorridos nos preços médios dos três itens que compõem o grupo transporte, sendo o destaque o item Transporte público, pois no primeiro mês do ano houve um reajuste nas tarifas do transporte público (15,79%), depois de haver passado dois anos sem alterações de preços.

Além do item Transporte público (14,22%), também registrou variação positiva o item Veículo próprio (1,33%), enquanto o terceiro item do grupo, combustíveis (veículo), apresentou variação negativa de -9,89%.

Gráfico 30: IPC/CEPES: Grupo 4 – Vestuário. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2009



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Quanto aos produtos que fazem parte do grupo Transporte, destacam-se os que mais encareceram: Transporte escolar (36,86%); Avião (17,35%); Lubrificação e lavagem (15,85%); Ônibus interestadual (14,61%); Seguro voluntário de veículo (12,38%);

Emplacamento e licença (10,99%); Conserto de automóveis (5,74%); Automóvel usado (2,68%); Ônibus intermunicipal (2,01%); Pneu e câmara de ar (1,32%) e Óleo (0,75%).

Os produtos que mais baratearam foram: Estacionamento (-25,16%); Pintura de veículo (-24,95%); Motocicleta (-21,10%); Automóvel novo (-12,75%); Som para veículo (-12,68%); Álcool (-11,89%); Camioneta (-8,76%); Gasolina (-7,83%); Acessório e peças de automóveis (-6,21%); Óleo diesel (-1,45%).

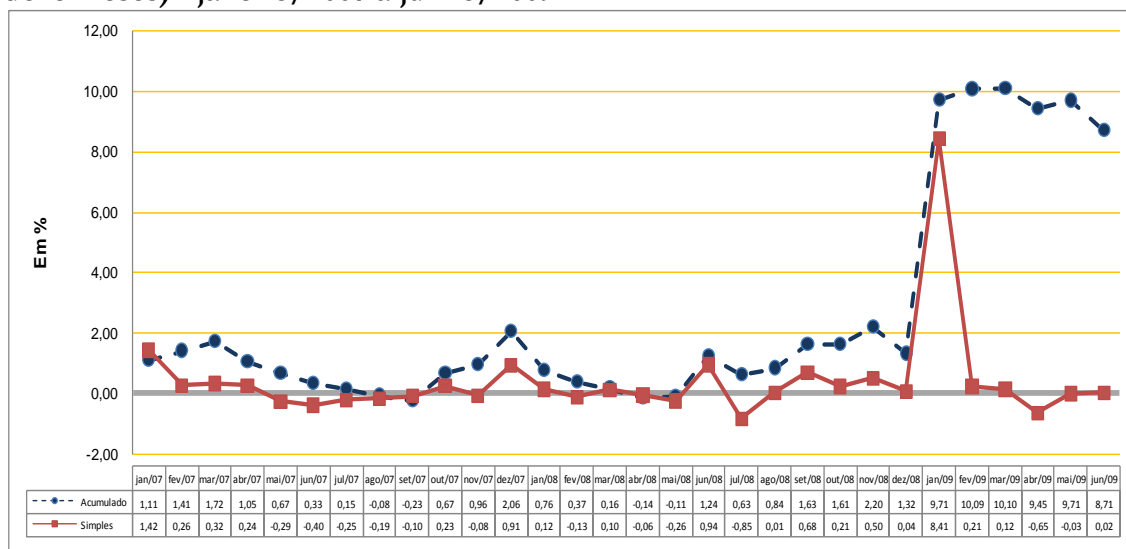
3.5.4 Evolução da variação acumulada do Grupo Transportes nos últimos 12 meses

Analisando o Gráfico da evolução da variação acumulada (doze meses), ao longo dos últimos 30 meses, para o Grupo Transporte, pode-se verificar que a partir do mês de janeiro de 2009, o Transporte público apresentou um reajuste nas tarifas de 15,79%, depois de haver passado dois anos sem alterações de preços.

Anteriormente, a variação acumulada nos últimos 12 meses estava oscilando em torno de 1,50%, no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2008. Com a elevação das tarifas públicas, em janeiro de 2009, esta variação passa a oscilar em torno dos 10%.

A partir de maio/2009 deve haver uma redução no nível de preços, não só para Uberlândia, mas também para todo o Brasil, como vem sinalizando os atuais Índices de Preços.

Gráfico 31: Grupo Transportes: Evolução da variação mensal e acumulada (últimos doze meses) - janeiro/2007 a junho/2009



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.6 Grupo Saúde e Cuidados Pessoais

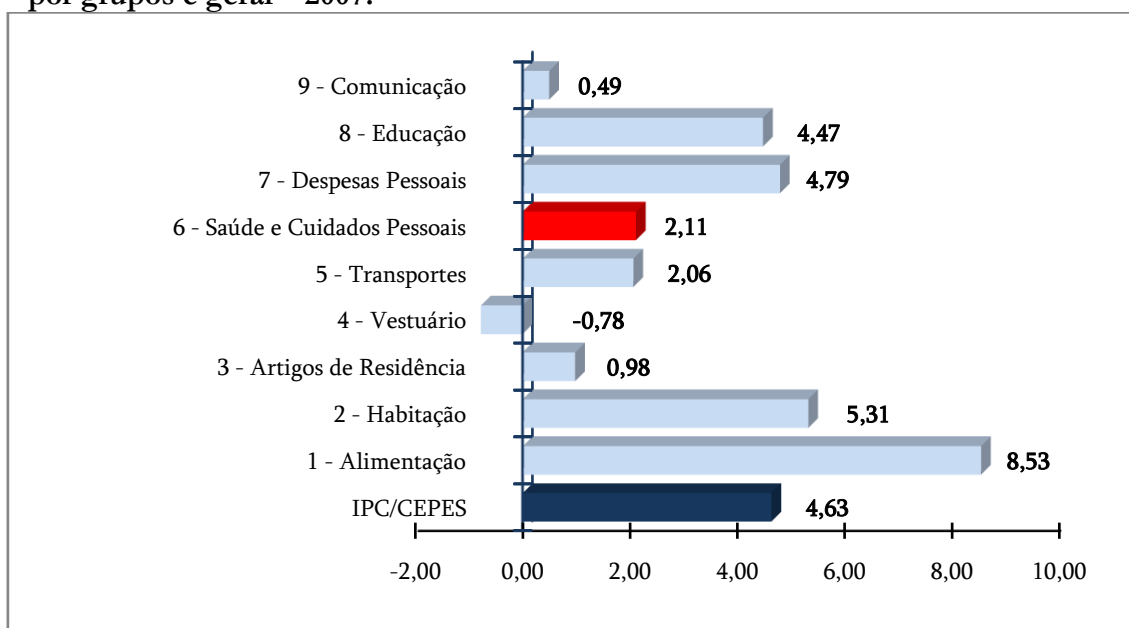
Quadro 8: Grupo Saúde e Cuidados Pessoais: Participação ponderada dos subgrupos e itens na composição do IPC/CEPES

DESCRIÇÃO	PONDERAÇÃO
Grupo 6 - Saúde e Cuidados Pessoais	8,99
Subgrupo 6.1 - Produtos farmacêuticos e Óticos	4,51
<i>Item 6.1.1 - Produtos farmacêuticos</i>	<i>4,30</i>
<i>Item 6.1.2 - Óculos e lentes</i>	<i>0,21</i>
Subgrupo 6.2 - Serviços de saúde	1,85
<i>Item 6.2.1 - Serviços médicos e dentários</i>	<i>0,65</i>
<i>Item 6.2.2 - Serviços laboratoriais e hospitalares</i>	<i>0,17</i>
<i>Item 6.2.3 - Plano de saúde</i>	<i>1,03</i>
Subgrupo 6.3 - Cuidados pessoais	2,63
<i>Item 6.3.1 - Higiene pessoal</i>	<i>2,63</i>

Fonte: CEPES/IEUFU. IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.6.1 Análise do Grupo Saúde e Cuidados Pessoais para o ano de 2007

Gráfico 32: IPC/CEPES: Grupo 6 – Saúde e Cuidados Pessoais. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2007.

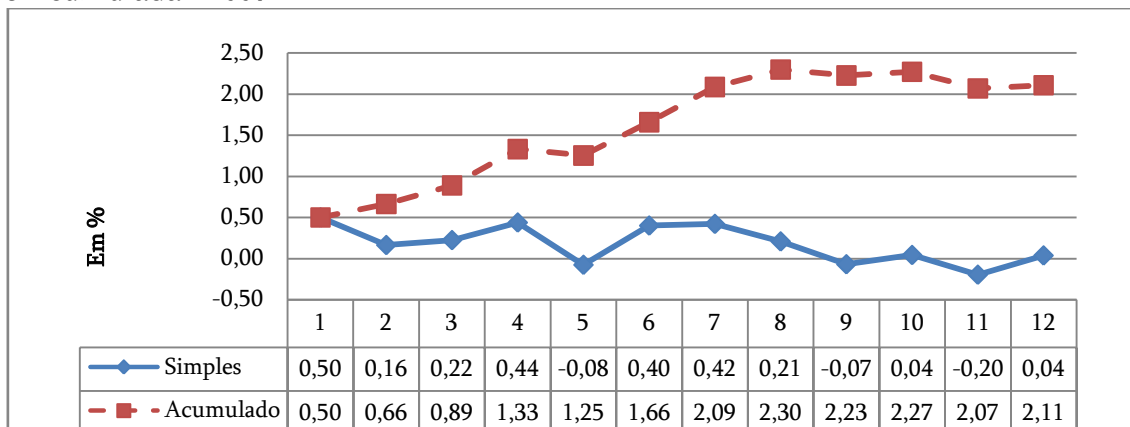


Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Para o ano de 2007 o Grupo 6 – Saúde e Cuidados pessoais apresentou uma variação acumulada média de 2,11%, continuando sua trajetória normal de sempre fechar o acumulado anual em alta. Mais que isso, na verdade, todos seus três subgrupos também fecharam o ano com o mesmo comportamento, com destaque para o Subgrupo 6.3 - Cuidados pessoais que marcou 3,79%. O mesmo aconteceu também no tocante aos itens, com exceção do Item 6.2.3 – Planos de Saúde que fechou o ano com uma variação

acumulada negativa de -1,11%. O Gráfico 33 a seguir exemplifica melhor o comportamento do Grupo ao longo do ano.

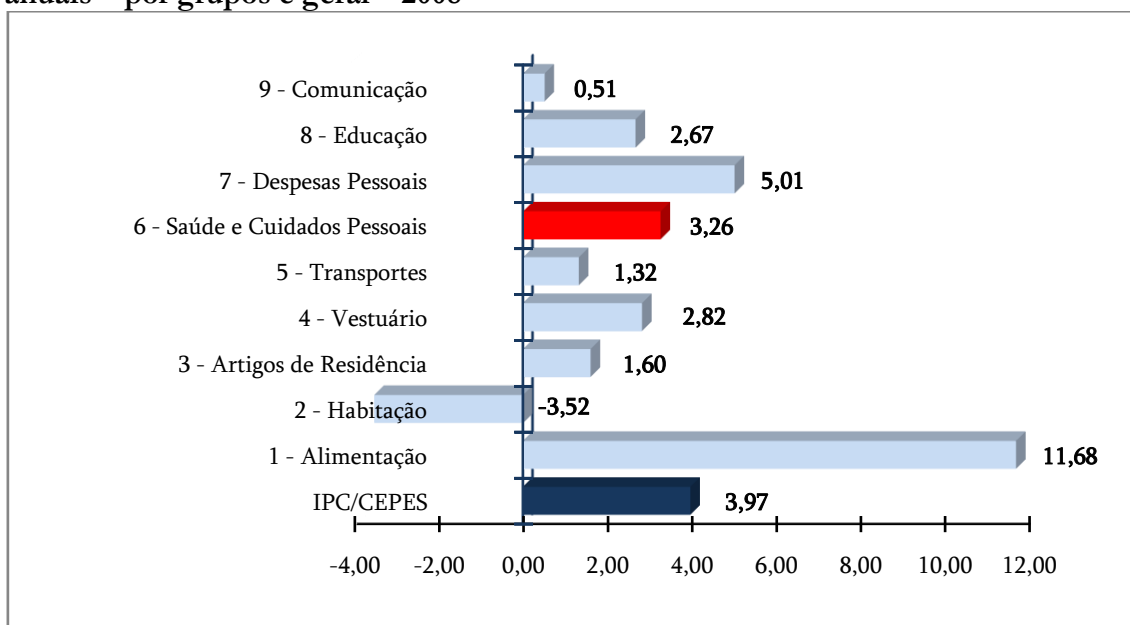
Gráfico 33: IPC/CEPES: Grupo 6 – Saúde e Cuidados Pessoais. Variações Simples e Acumulada - 2007



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.6.2 Análise do Grupo Saúde e Cuidados Pessoais para o ano de 2008.

Gráfico 34: IPC/CEPES - Grupo 6 – Saúde e Cuidados Pessoais Acumulados anuais – por grupos e geral – 2008

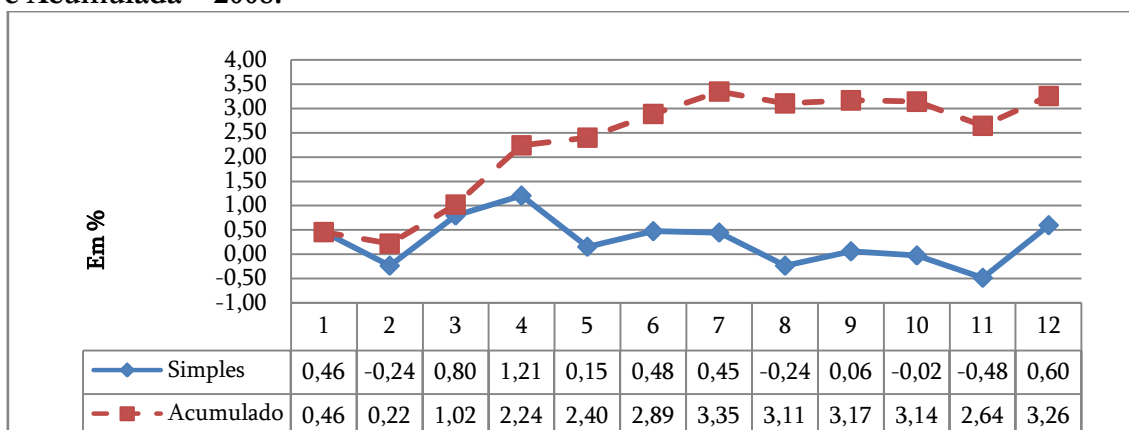


Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

No ano de 2008 o Grupo não só se manteve em alta como também apresentou aceleração, fechando o ano com a variação acumulada de 3,26%. Todos os subgrupos e itens também apresentaram o mesmo comportamento. O item plano de saúde que havia fechado 2007 em baixa acumulada de -1,11% e atravessado os onze primeiros meses de

2008 sem apresentar nenhuma variação, sofreu um reajuste de 5,48% no mês de dezembro e fechou o ano com este percentual. Na verdade este item não apresentava variação alguma desde junho de 2007.

Gráfico 35: IPC/CEPES: Grupo 6 – Saúde e Cuidados Pessoais. Variações Simples e Acumulada – 2008.

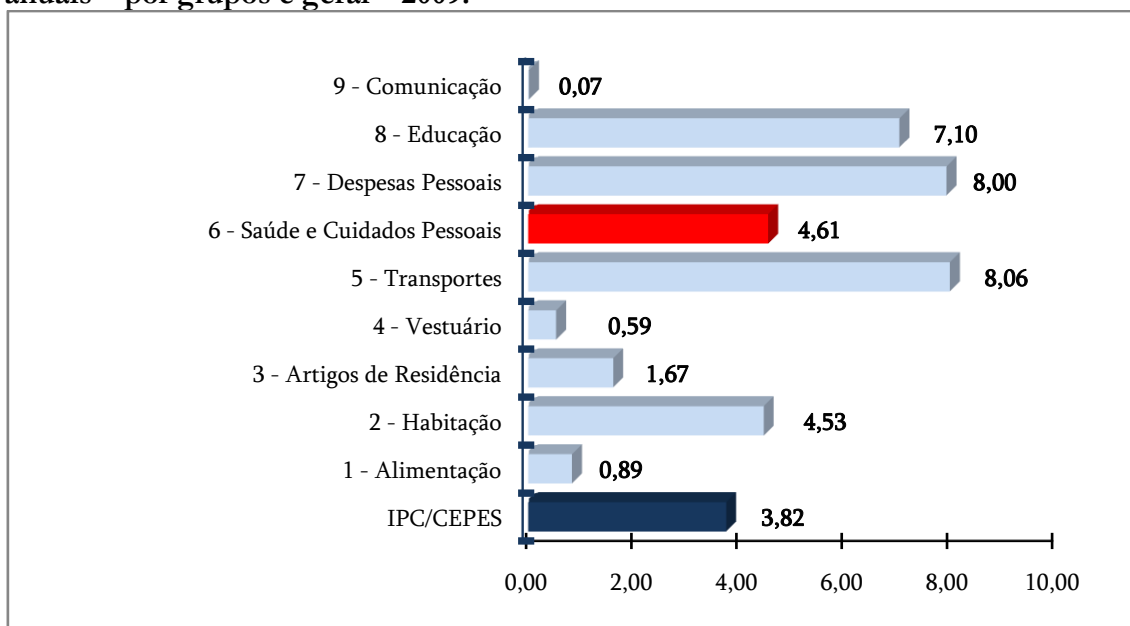


Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.6.3 Análise do Grupo Saúde e Cuidados Pessoais para os primeiros 6 meses do ano de 2009

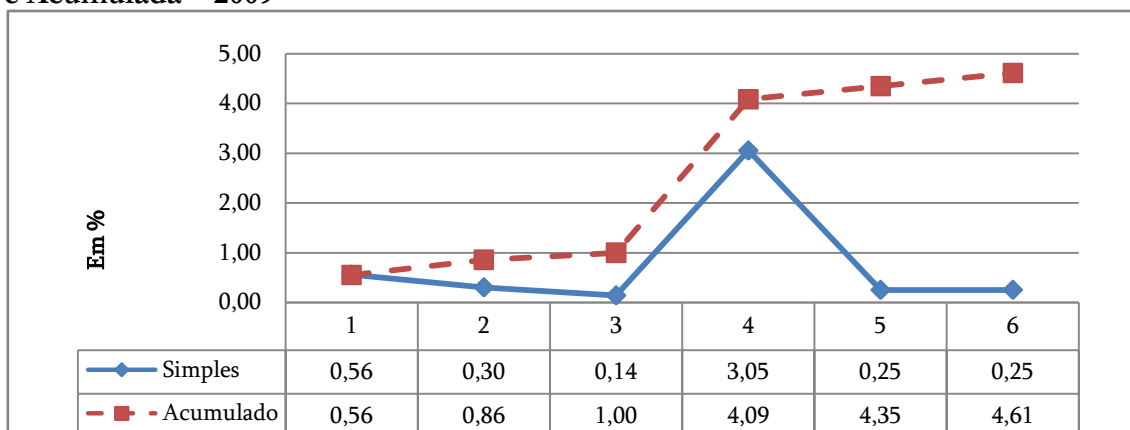
Os primeiros seis meses de 2009 trouxeram uma aceleração ainda maior para o Grupo 6 que chegou a junho/2009 com uma alta acumulada de 4,61%. Essa aceleração foi causada em sua maior parte por um reajuste médio nos preços do item 6.1.1 – Produtos farmacêuticos (mais especificamente um reajuste em Medicamentos) que subiu 5,24%. Devido ao seu grande peso, (ponderação de 4,30% no IPC/CEPES), qualquer variação que ele apresente é significativa. O item 6.1.2 – Óculos e Lentes, apesar de ter menor peso, apresentou uma forte variação de 12,05% no período e também contribuiu para a alta acumulada do Subgrupo 6.1 e conseqüentemente do Grupo 6. O Subgrupo 6.3 – Cuidados Pessoais, que tem ponderação de 2,63% no IPC/CEPES, foi outro a apresentar variação significativa, marcando 4,60%. Sendo assim não se poderia esperar outro comportamento para o Grupo 6.

Gráfico 36: IPC/CEPES: Grupo 6 – Saúde e Cuidados Pessoais. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2009.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Gráfico 37: IPC/CEPES: Grupo 6 – Saúde e Cuidados Pessoais. Variações Simples e Acumulada – 2009



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

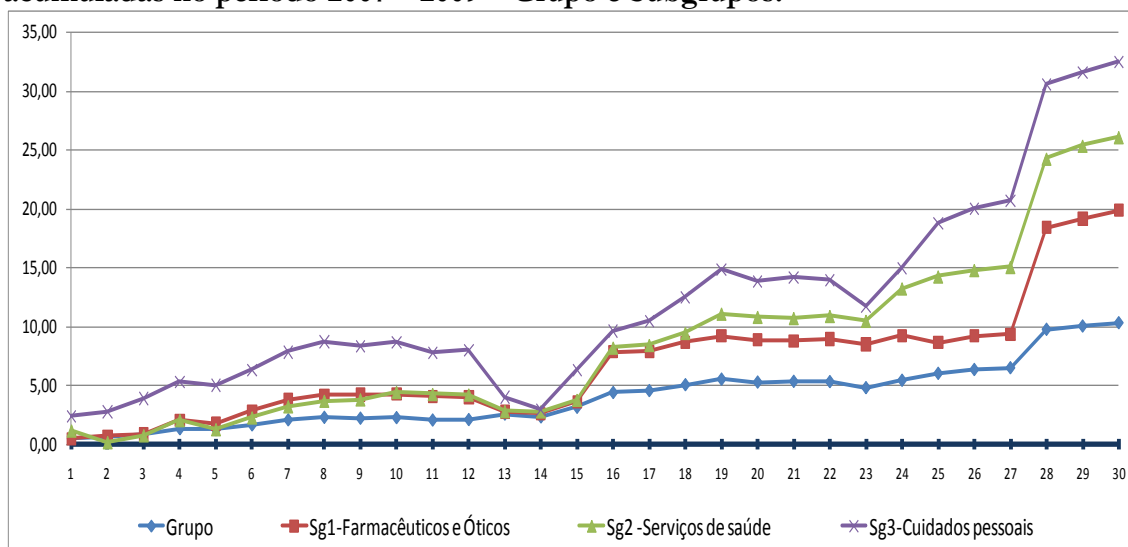
3.6.4 Evolução da variação acumulada do Grupo Saúde e Cuidados Pessoais nos últimos 12 meses

Dentre os subgrupos do Grupo 6, o de maior peso é o Subgrupo 1 - Produtos farmacêuticos e óticos (4,51% do IPC/CEPES), que dita o comportamento do grupo, seguido pelo Grupo 6.3 – Cuidados pessoais (2,53%) e Grupo 6.2 – Serviços de saúde (1,85%).

Ainda que fosse outra a configuração, não haveria muita modificação na curva acumulada do grupo, já que o comportamento dos três subgrupos foi muito semelhante

nos momentos de alta e de baixa, que diferiram apenas nos valores, mantendo igualdade na tendência, mesmo porque são grupos de comportamento bastante parecido. O Gráfico 38 que mostra a evolução das curvas da variação acumulada para os 30 meses compreendidos entre janeiro de 2007 e junho de 2009, exemplifica isso com bastante clareza

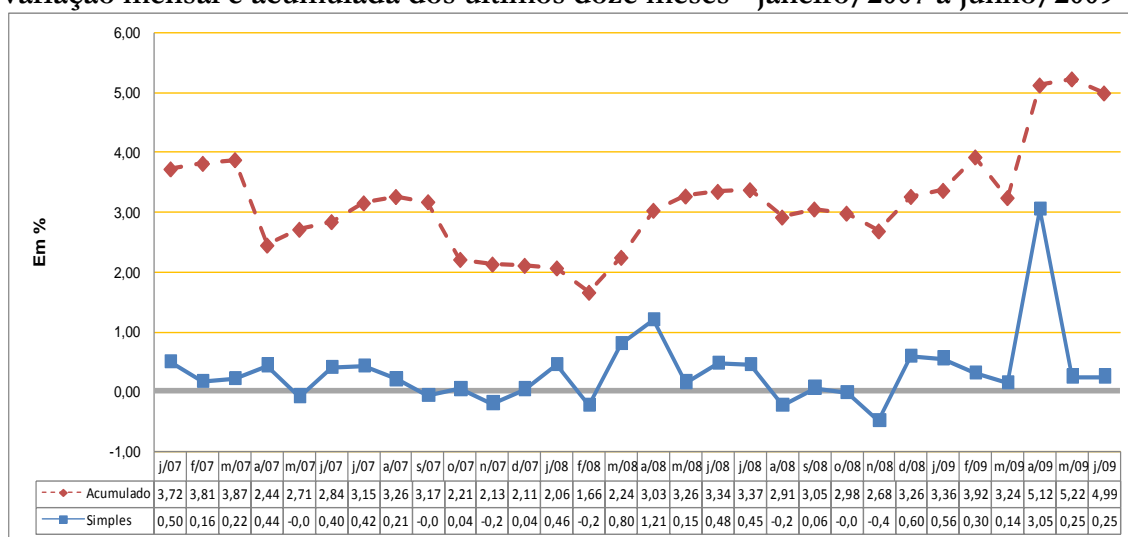
Gráfico 38: IPC/CEPES: Grupo 6 – Saúde e cuidados pessoais. Variações acumuladas no período 2007 – 2009 – Grupo e Subgrupos.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Fechando o Grupo 6, trazemos o Gráfico demonstrativo das variações acumuladas em doze meses para o período compreendido entre janeiro 2007 e junho 2009, que demonstra a tendência do Grupo.

Gráfico 39: IPC/CEPES: Grupo 6 – Saúde e Cuidados Pessoais. Evolução da variação mensal e acumulada dos últimos doze meses - janeiro/2007 a junho/2009



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.7 Grupo Despesas Pessoais

Quadro 9: Grupo Despesas Pessoais: Participação ponderada dos subgrupos e itens na composição do IPC/CEPES.

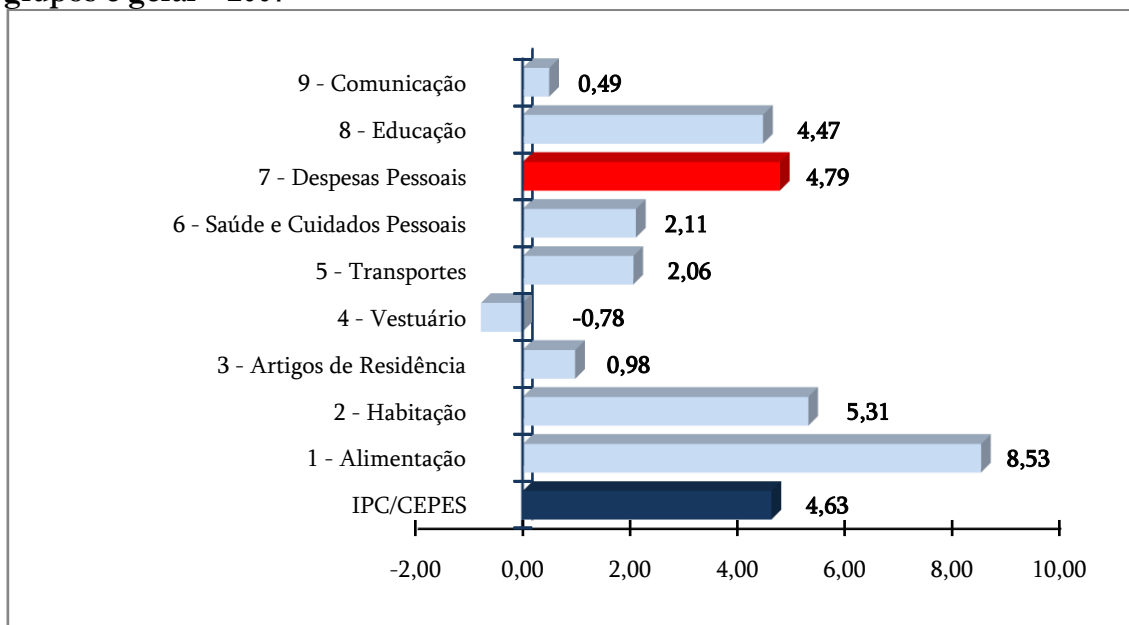
DESCRIÇÃO	PONDERAÇÃO
Grupo 7 - Despesas Pessoais	6,17
Subgrupo 7.1 - Serviços pessoais	2,23
<i>Item 7.1.1 - Serviços pessoais</i>	<i>2,23</i>
Subgrupo 7.2 - Recreação, fumo e filmes	3,94
<i>Item 7.2.1 - Recreação</i>	<i>2,08</i>
<i>Item 7.2.2 - Fumo</i>	<i>1,67</i>
<i>Item 7.2.3 - Fotografia e filmagem</i>	<i>0,19</i>

Fonte: CEPES/IEUFU. IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.7.1 Análise do Grupo Despesas Pessoais para o ano de 2007

O Grupo 7 – Despesas Pessoais é, tradicionalmente, um dos grupos de maior variação acumulada anual entre os nove grupos que compõem o IPC/CEPES, chegando mesmo em determinados anos, a alcançar a maior. Neste ano de 2007 o Grupo fechou com a terceira, sendo superado pelos grupos da alimentação e habitação, maior e segunda maior, respectivamente.

Gráfico 40: IPC/CEPES: Grupo 7 – Despesas pessoais. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2007

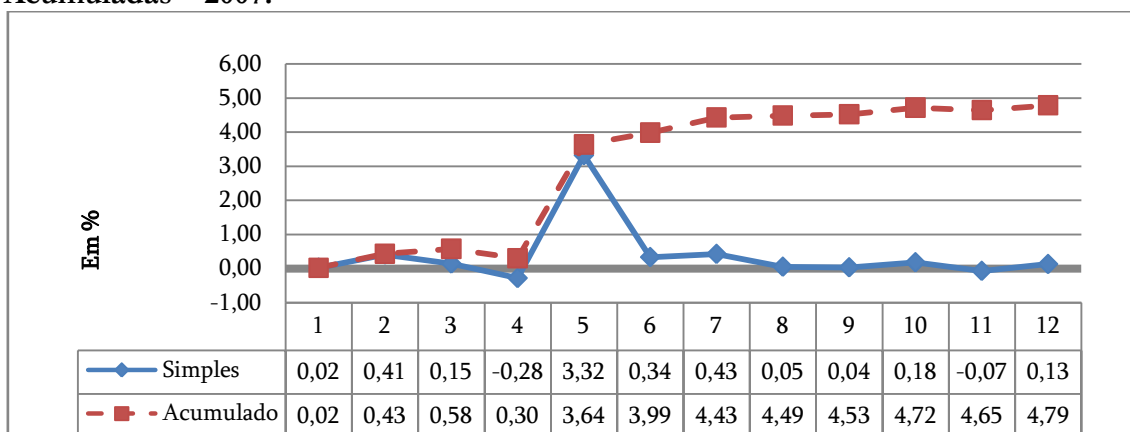


Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

As variações ocorreram dentro do esperado para o grupo, a exceção do mês de maio, onde o reajuste nos preços dos cigarros, especificamente, elevou a variação do Subgrupo 7.2 - Recreação, fumo e filmes para 3,87%. Somou-se a ela outra variação

também um tanto fora do padrão do Subgrupo 7.1 - Serviços pessoais de 2,36%. Com estes resultados a variação do Grupo, naquele mês, atingiu 3,32 pontos percentuais, um salto considerável, como pode ser observado no Gráfico 41. A partir de junho, as variações retomaram seu ritmo normal, levemente positivas, com possibilidade de uma eventual deflação, também próxima a zero.

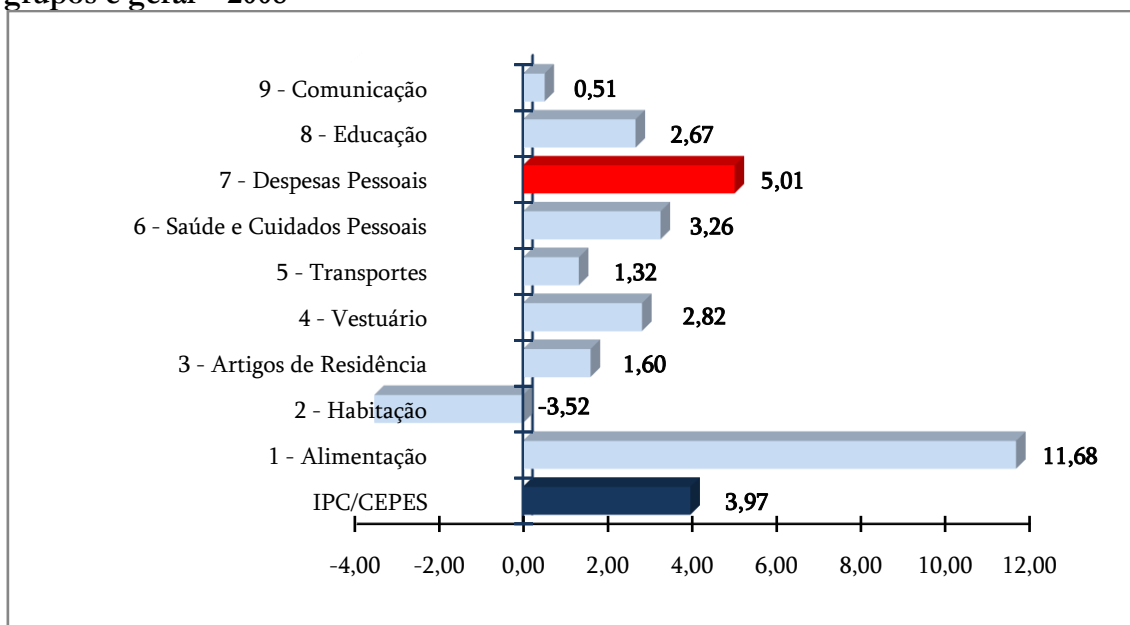
Gráfico 41: IPC/CEPES: Grupo 7 – Despesas Pessoais. Variações Simples e Acumuladas – 2007.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.7.2 Análise do Grupo Despesas Pessoais para o ano de 2008

Gráfico 42: IPC/CEPES: Grupo 7 – Despesas pessoais. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2008

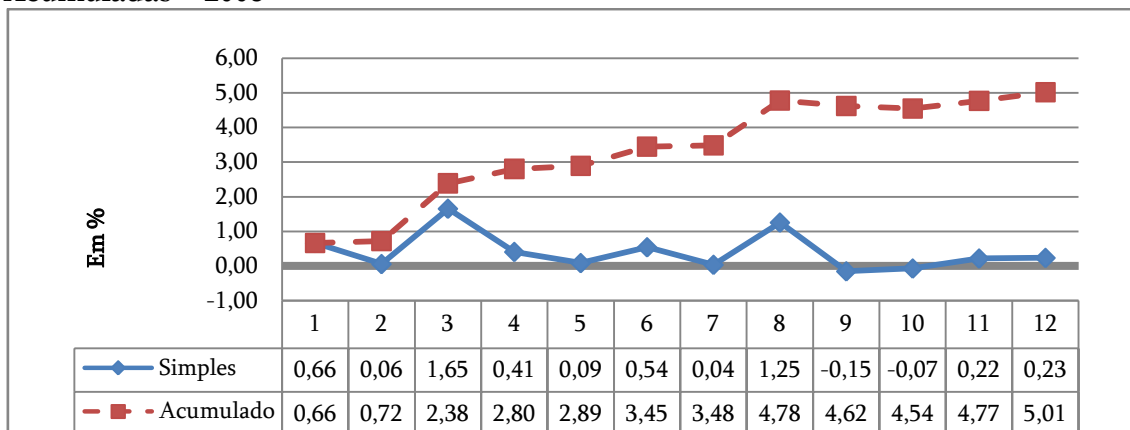


Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Marcando a segunda maior variação acumulada no ano (5,01%), o Grupo teve um comportamento bastante homogêneo com variações predominantemente positivas,

exceção feita aos meses de setembro e outubro que apresentaram percentuais ligeiramente negativos, influenciados pelo item recreação que recuou em -0,70% e -0,39%, para os dois meses citados, respectivamente. Este comportamento sem “surpresas” pode ser bem observado no Gráfico 43 a seguir.

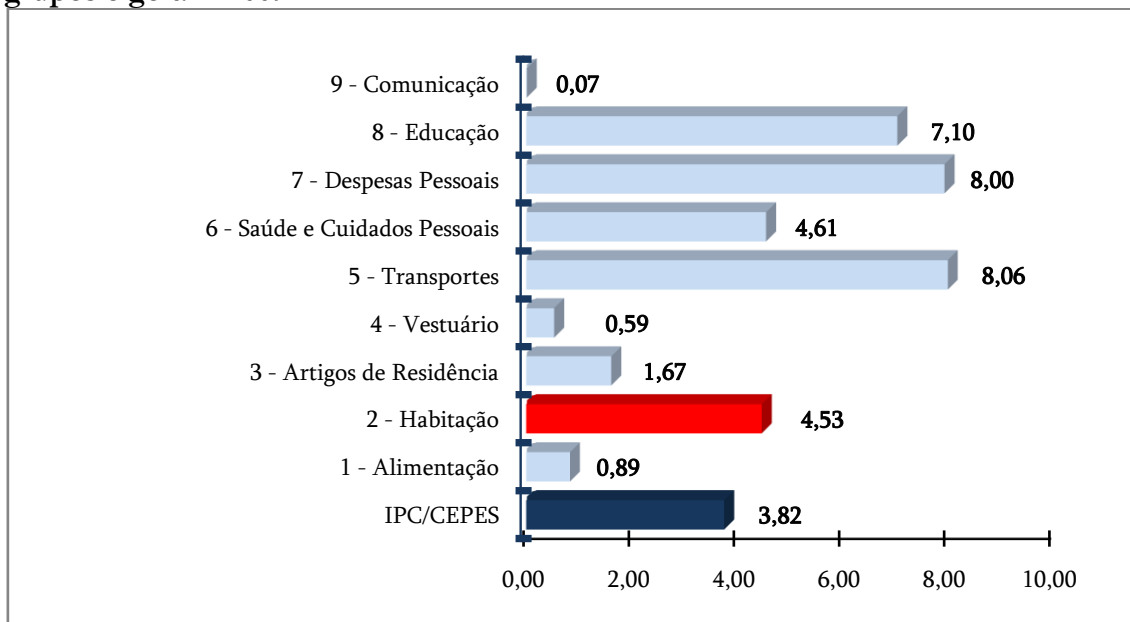
Gráfico 43: IPC/CEPES: Grupo 7 – Despesas Pessoais. Variações Simples e Acumuladas – 2008



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.7.3 Análise do Grupo Despesas Pessoais para os primeiros 6 meses do ano de 2009

Gráfico 44: IPC/CEPES: Grupo 7 – Despesas pessoais. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2009

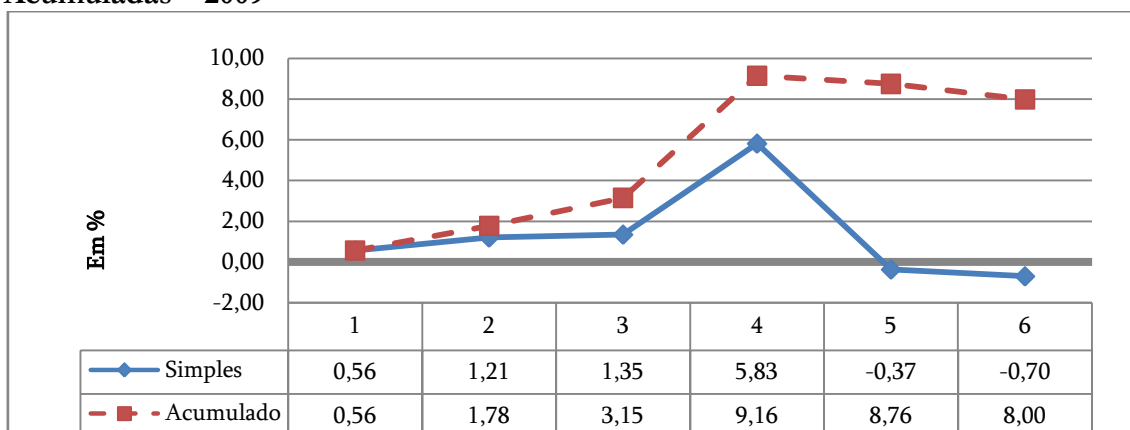


Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Os primeiros três meses de 2009 repetiram o comportamento do ano anterior com variações positivas sem maiores destaques. No mês de abril, um reajuste no preço de

cigarros levou o Item 7.2.2 - Fumo a marcar o percentual de 20,09%, o que acarretou para o Subgrupo 7.2 - Recreação, fumo e filmes, uma variação de 8,79% e, finalmente, para o grupo, uma variação média de 5,83%. Após isso uma correção de alguns reajustes feitos erroneamente nos preços dos cigarros, causou duas variações negativas para os meses de maio e junho, mas, nesse caso, dentro de níveis mais baixos.

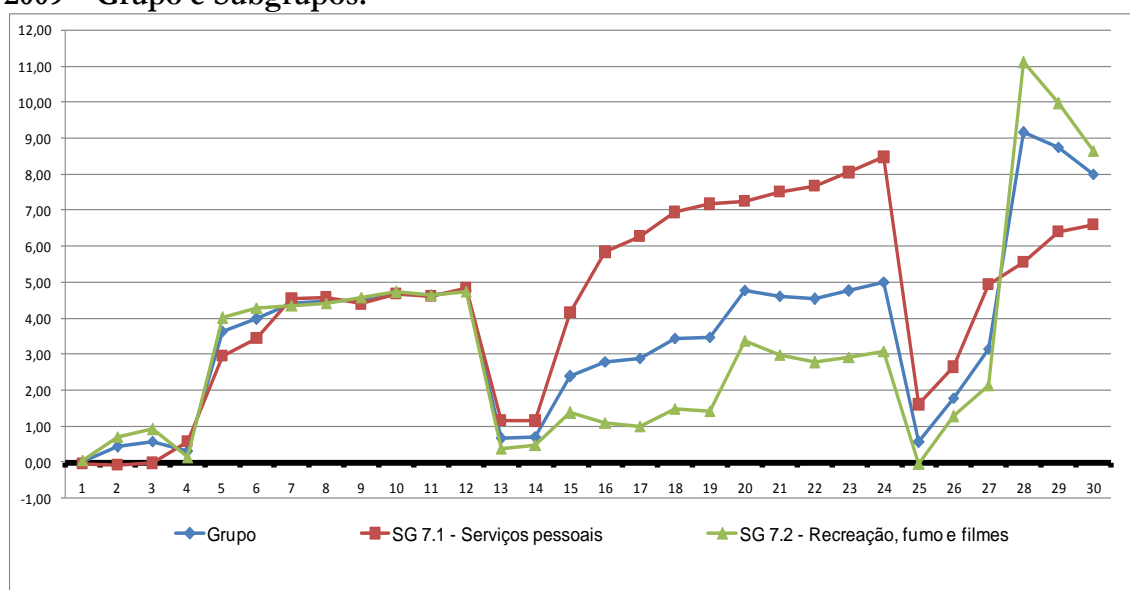
Gráfico 45: IPC/CEPES: Grupo 7 – Despesas Pessoais. Variações Simples e Acumuladas – 2009



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

No Gráfico dos índices acumulados para o período de 30 meses do Grupo e seus subgrupos notamos que a exemplo do Grupo 6, o Grupo 7 também têm subgrupos que apresentam comportamento bastante parecido, chegando, em certos momentos a terem variações idênticas.

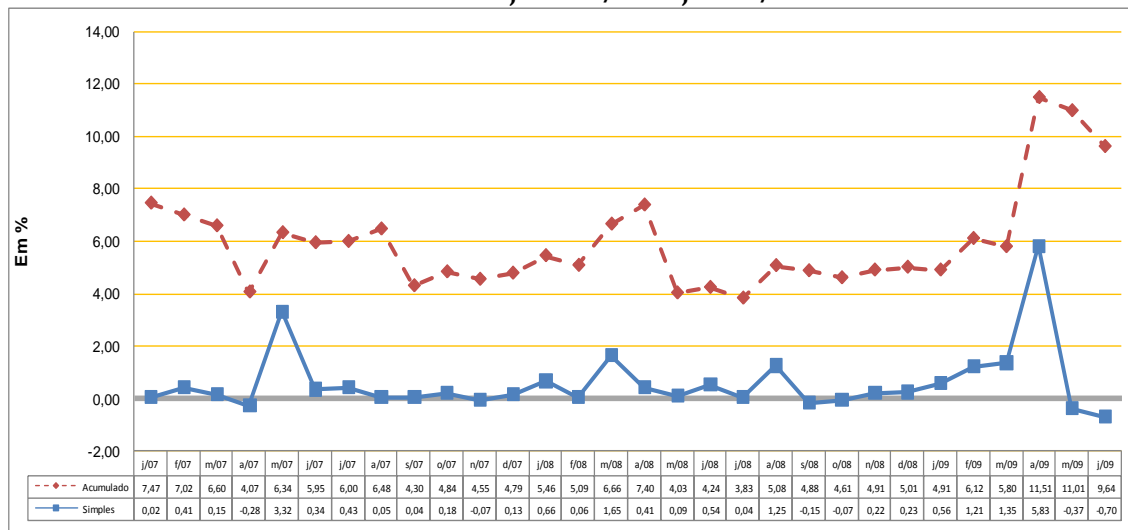
Gráfico 46: Grupo 7 – Despesas Pessoais. Variações acumuladas no período 2007 – 2009 – Grupo e Subgrupos.



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

Fechando o Grupo 7, trazemos o Gráfico demonstrativo das variações acumuladas em doze meses para o período compreendido entre janeiro 2007 e junho 2009, que demonstra a tendência do Grupo.

Gráfico 47: Grupo 7 – Despesas Pessoais. Evolução da variação mensal e acumulada dos últimos doze meses - janeiro/07 a junho/09



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.8 Grupo Educação

Quadro 10: Grupo Educação: Participação ponderada dos subgrupos e itens na composição do IPC/CEPES.

DESCRIÇÃO	Ponderação
Grupo 8 - Educação	2,62
Subgrupo 8.1 - Educação	2,62
<i>Item 8.1.1 - Cursos</i>	<i>1,94</i>
<i>Item 8.1.2 - Leitura</i>	<i>0,40</i>
<i>Item 8.1.3 - Papelaria</i>	<i>0,27</i>

Fonte: CEPES/IEUFU. IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.8.1 Análise do Grupo Educação para o ano de 2007

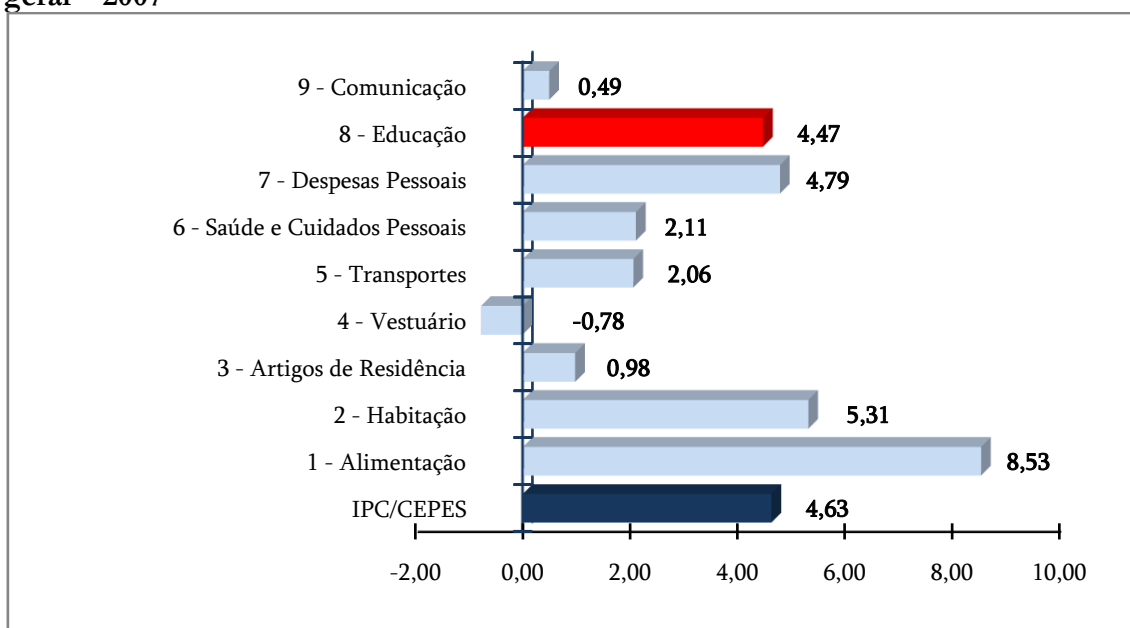
O Grupo Educação apresentou, no ano de 2007, variação positiva de 4,47%, como pode ser observado no Gráfico a seguir. Esta variação é resultante de acréscimos ocorridos nos preços médios de dois dos três itens que compõem o grupo Educação, sendo o destaque o item Cursos.

Detalhando o grupo Educação verifica-se que o item que apresentou a maior variação positiva foi Cursos (5,97%), seguido de Veículo próprio (0,76%). O terceiro item do grupo Papelaria apresentou variação acumulada negativa de 0,80%.

Quanto aos produtos que fazem parte do grupo Educação, destacam-se os que mais encareceram: Livro didático (8,50%); Cursos diversos (5,04%); Revista não técnica (3,99%); Livro e revista técnica (3,40%); Jornal diário (2,62%); Curso segundo grau (1,22%); Caderno escolar (1,15%) e Curso primeiro grau (0,32%).

Os produtos que mais baratearam foram: Assinatura de jornal (-20,15%); Artigo de papelaria (-6,88%); Fotocópia (-4,14%); Creche (-2,44%); Livro não didático (-0,73%) e Curso terceiro grau (-0,22%).

Gráfico 48: IPC/CEPES: Grupo 8 – Educação. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2007



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.8.2 Análise do Grupo Educação para o ano de 2008

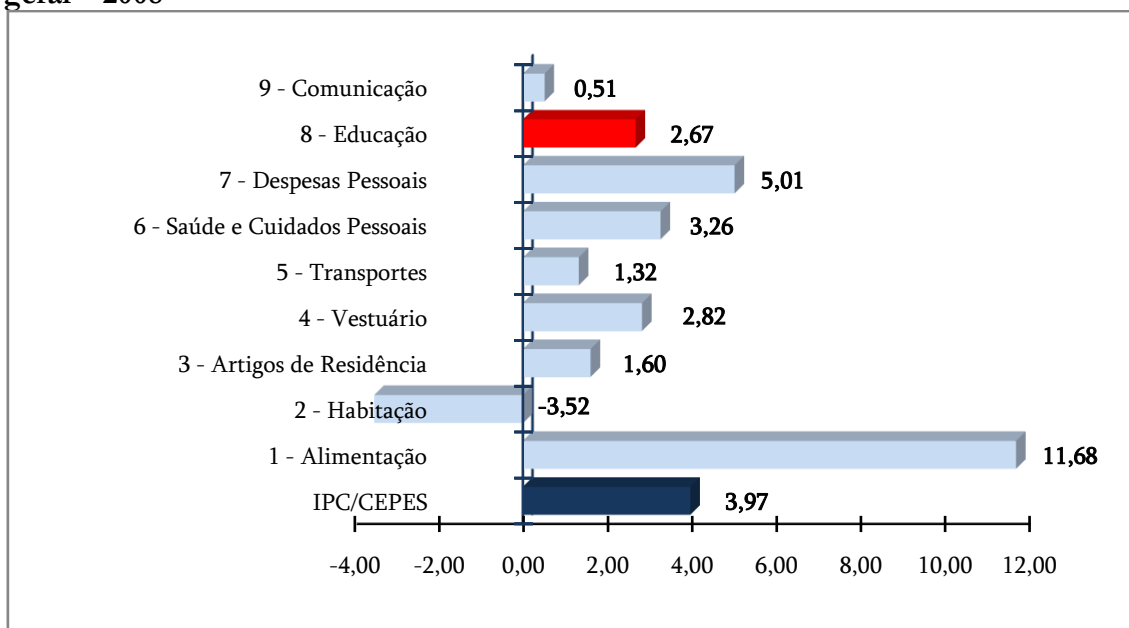
No ano de 2008, o Grupo Educação apresentou uma variação positiva de 2,67%, como pode ser observado no Gráfico a seguir. Esta variação é resultante de acréscimos ocorridos nos preços médios dos três itens que compõem o Grupo Educação, sendo o destaque o item Cursos.

No grupo Educação, o item que apresentou a maior variação positiva foi Cursos (3,19%), seguido de Papelaria (2,31%) e Leitura (0,03%).

Quanto aos produtos, destacam-se os que mais encareceram: Caderno escolar (109,05%); Livro didático (12,45%); Livro e revista técnica (5,72%); Assinatura de jornal (4,68%); Curso primeiro grau (1,64%) e Revista não técnica (1,46%).

Os que mais baratearam foram: Artigo de papelaria (-21,04%); Fotocópia (-15,03%); Cursos diversos (-6,46%); Curso terceiro grau (-1,06%) e Livro não didático (-0,34%).

Gráfico 49: IPC/CEPES: Grupo 7 – Educação. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2008



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.8.3 Análise do Grupo Educação para os primeiros 6 meses do ano de 2009

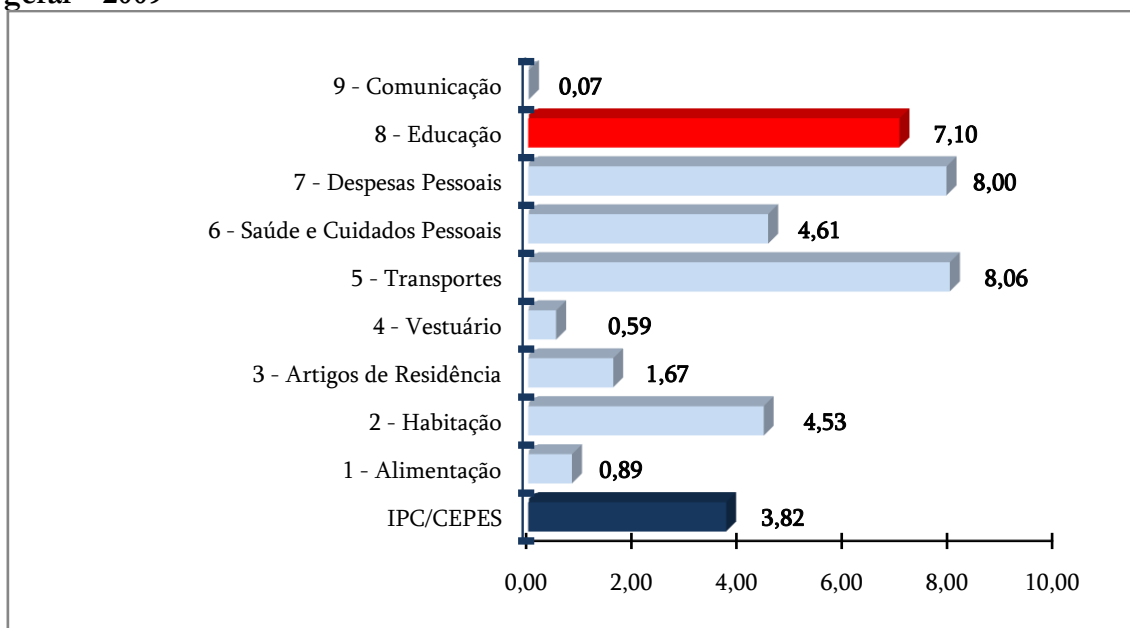
Nos primeiros seis meses do presente ano, o Grupo Educação apresentou uma variação positiva de 7,10%, como pode ser observado no Gráfico a seguir. Esta variação é resultante de acréscimos ocorridos nos preços médios dos três itens que compõem o grupo Educação, sendo o destaque o item Papelaria (8,72%), pois, no mês de janeiro, existe a majoração nos preços dos materiais escolares, pois é justamente o período em que a família uberlandense (a que possui filhos em idade escolar) mais consome este tipo de produto.

Além do item Papelaria, registraram também variações positivas os itens Cursos (7,95%) e Leitura (1,88%).

Quanto aos produtos que fazem parte do grupo Educação, destacam-se os que mais encareceram: Artigo de papelaria (111,30%); Fotocópia (9,26%); Assinatura de jornal (7,61%); Creche (4,69%); Livro não didático (4,67%); Revista não técnica (3,18%); Cursos diversos (1,92%) e Curso primeiro grau (0,19%).

Os produtos que mais baratearam foram: Livro e revista técnica (-36,28%); Caderno escolar (-15,56%); Livro didático (-10,29%) e Curso terceiro grau (-3,72%).

Gráfico 50: IPC/CEPES: Grupo 7 – Educação. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2009



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

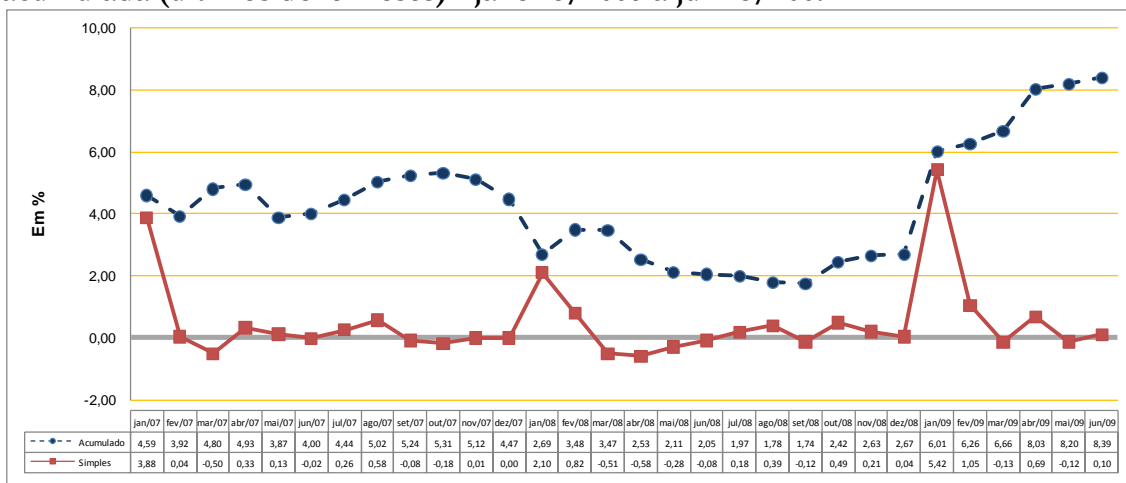
3.8.4 Evolução da variação acumulada do Grupo Educação nos últimos 12 meses

Analisando o Gráfico da evolução da variação acumulada do Grupo Educação, pode-se verificar que em todo início de ano, a curva da variação acumulada apresenta um deslocamento para cima, pois nesta época ocorrem os reajustes de preços no item cursos, que inclui as escolas e no item Papelaria, que inclui material escolar.

Diferentemente do que ocorre em outros grupos, no grupo Educação a curva da variação acumulada fica num patamar superior à curva da variação mensal.

Outro ponto de destaque no Gráfico é a elevação dos preços ocorridos nos preços no mês de janeiro de cada ano. Em 2007, o índice deste grupo foi de 3,88%. Em janeiro de 2008, foi de 2,10%, e em janeiro de 2009, de 5,42%. Esta majoração de preços reflete bem os aumentos abusivos que ocorrem principalmente no item Papelaria.

Gráfico 51: IPC/CEPES: Grupo 7 – Educação. Evolução da variação mensal e acumulada (últimos doze meses) - janeiro/2007 a junho/2009



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.9 Grupo Comunicação

Quadro 11: Grupo Comunicação: Participação ponderada dos subgrupos e itens na composição do IPC/CEPES

DESCRIÇÃO	Ponderação
Grupo 9 - Comunicação	1,91
Subgrupo 9.1 - Comunicação	1,91
<i>Item 9.1.1 - Comunicação</i>	<i>1,91</i>

Fonte: CEPES/IEUFU. IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.9.1 Análise do Grupo Comunicação para o ano de 2007

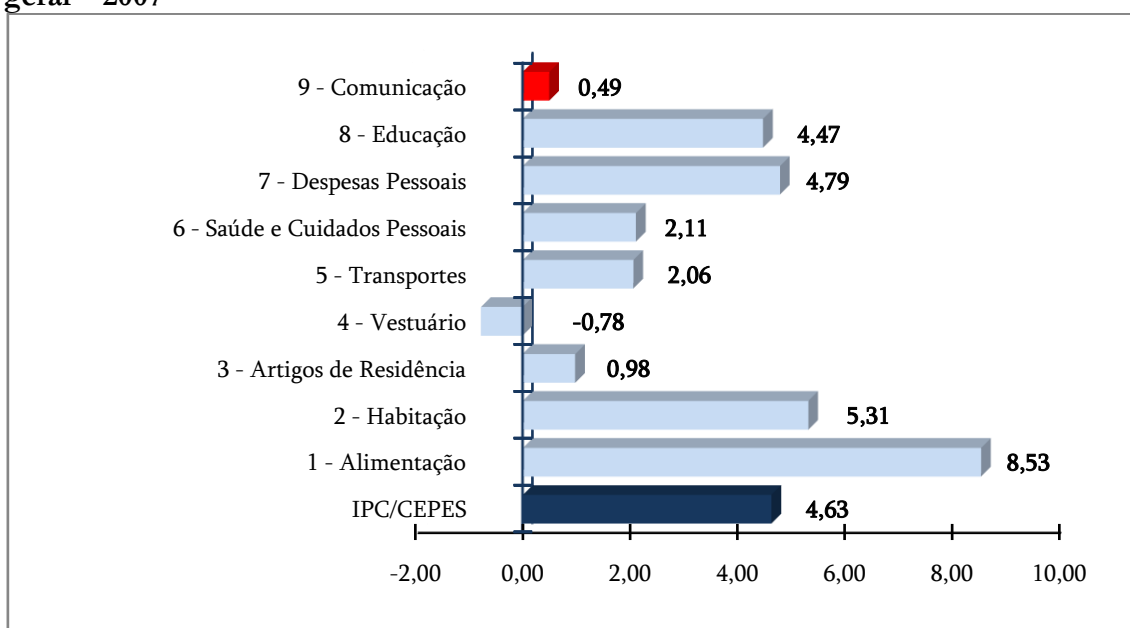
O Grupo Comunicação apresentou, no ano de 2007, variação positiva de 0,49%, como pode ser observado no Gráfico a seguir. O grupo Comunicação foi o grupo que apresentou a menor variação positiva neste ano, perdendo apenas para o Grupo Vestuário que apresentou uma variação negativa no ano.

Comparando a variação acumulada de 2007, em relação à de 2006, verifica-se que esta foi maior em 0,60 pontos percentuais, pois o acumulado, para o ano de 2006, foi de -0,11%.

No Grupo Comunicação os produtos que mais encareceram foram: Telefone público (4,30%) e Postagem de cartas – EBCT (4,17%).

Os produtos que mais baratearam foram: Aparelho telefônico (-27,17%); TV a cabo (-9,32%) e Telefone fixo (-0,06%).

Gráfico 52: IPC/CEPES: Grupo 7 – Educação. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2007



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.9.2 Análise do Grupo Comunicação para o ano de 2008

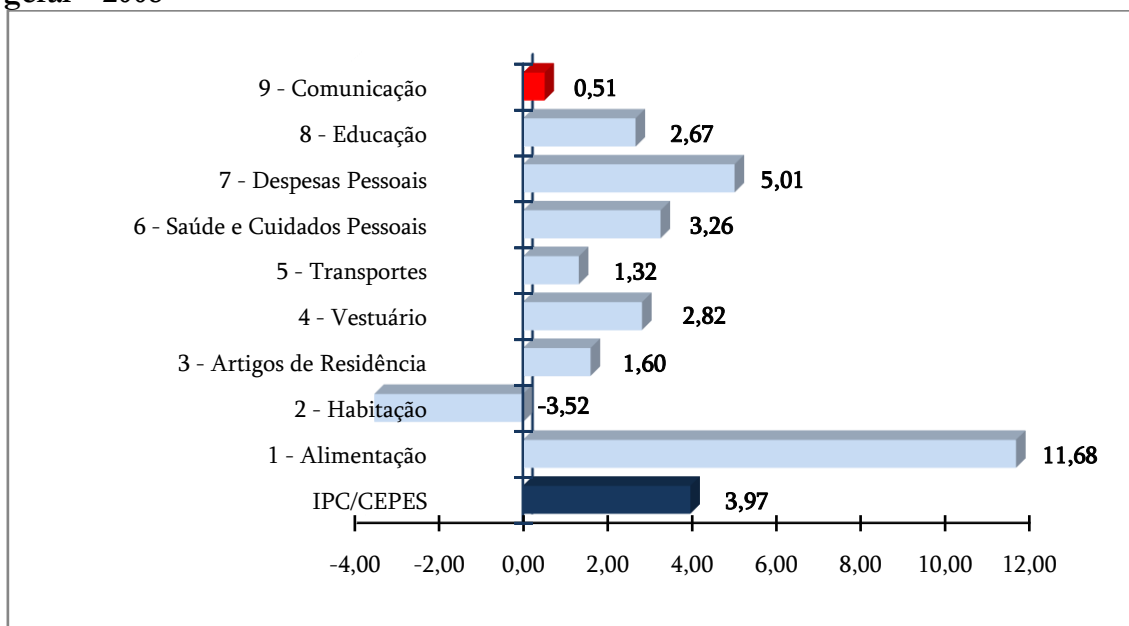
No ano de 2008, o Grupo Comunicação apresentou uma variação positiva de 0,51%, como pode ser observado no Gráfico a seguir. O grupo Comunicação foi o grupo que apresentou a menor variação positiva neste ano, perdendo apenas para o grupo habitação que apresentou uma variação negativa no ano.

Comparando a variação acumulada de 2008, em relação à de 2007, verifica-se que esta foi maior em 0,02 pontos percentuais, pois o acumulado, para o ano de 2007, foi de 0,49%.

No grupo Comunicação, os produtos que os que mais encareceram foram: Telefone fixo (105,57%); Aparelho telefônico (30,52%); TV a cabo (4,57%) e Postagem de cartas – EBCT (1,13%).

Por outro lado os que mais baratearam foram: Telefone público (-1,03%) e Telefone celular (-0,06%).

Gráfico 53: IPC/CEPES: Grupo 7 – Educação. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2008



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.9.3 Análise do Grupo Comunicação para os primeiros 6 meses do ano de 2009

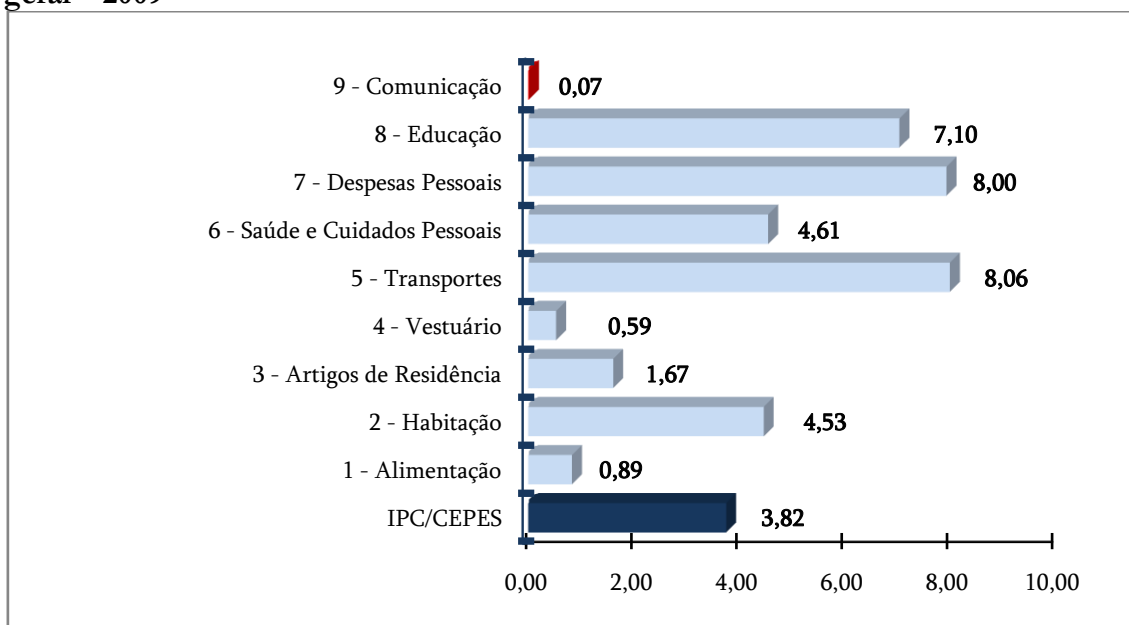
Nos primeiros seis meses do presente ano, o Grupo Comunicação apresentou uma variação positiva de 0,07%, como pode ser observado no Gráfico a seguir. O grupo Comunicação foi o grupo que apresentou a menor variação positiva nestes primeiros seis meses do ano.

Comparando a variação acumulada dos primeiros meses de 2009, em relação à de 2008, verifica-se que esta foi exatamente igual.

Dentre os produtos que fazem parte deste grupo, os que mais encareceram foram: Telefone celular (17,95%) e Telefone público (0,39%).

Os que mais baratearam foram: Aparelho telefônico (-24,34%); TV a cabo (-15,70%) e Telefone fixo (-0,06%).

Gráfico 54: IPC/CEPES: Grupo 7 – Educação. Acumulados anuais – por grupos e geral – 2009



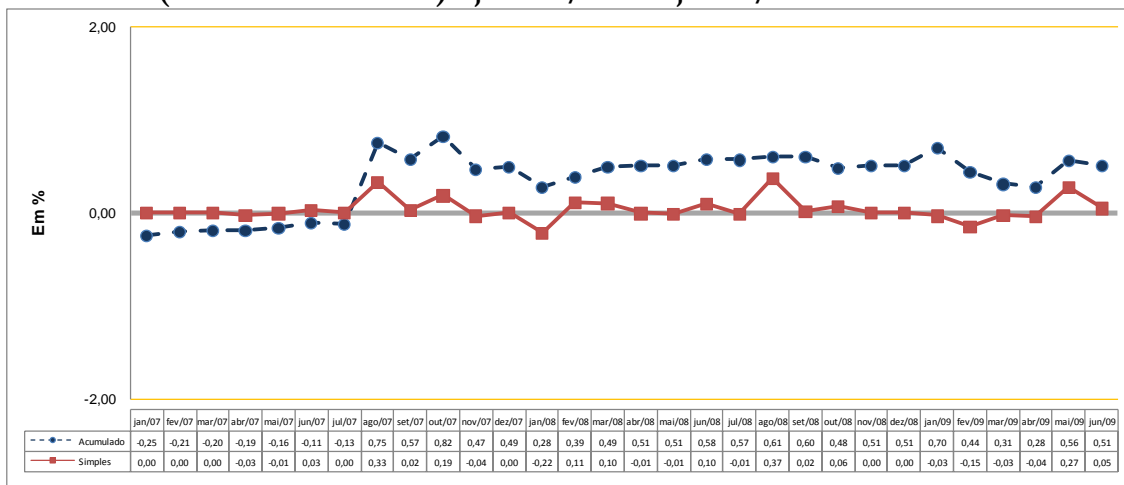
Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

3.9.4 Evolução da variação acumulada do Grupo Comunicação nos últimos 12 meses

Analisando o Gráfico da evolução da variação acumulada do Grupo Comunicação, pode-se verificar que as curvas apresentam comportamento quase linear, com poucas variações ao longo destes 30 meses. Isto porque os preços apresentam um comportamento bastante homogêneo.

Diferentemente do que ocorre em outros grupos, no grupo Comunicação a curva da variação acumulada fica praticamente no mesmo patamar da curva da variação mensal.

Gráfico 55: IPC/CEPES: Grupo 7 – Educação. Evolução da variação mensal e acumulada (últimos doze meses) - janeiro/2007 a junho/2009



Fonte: CEPES/IEUFU, Base de dados IPC/CEPES. Elaboração própria.

A educação em Uberlândia: uma análise de sua abrangência e qualidade

André Luiz Pires Muniz¹

Durval Perin²

1. Introdução

A educação, sem dúvida, é um dos aspectos mais importantes quando se trata de estudar a questão do desenvolvimento econômico. É amplamente reconhecido que uma educação de qualidade a que todos possam ter acesso é um requisito fundamental para se promover o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade. Este consenso de que a educação é fundamental para qualquer processo de desenvolvimento mais amplo e sustentável está retratado inclusive na sua incorporação como uma dimensão essencial no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Neste sentido, este trabalho tem o objetivo de descrever as características gerais da educação no município de Uberlândia-MG e avaliar o seu grau de abrangência e qualidade. Acredita-se que tais informações fornecerão subsídios importantes para verificar as deficiências e os pontos que necessitam de especial atenção por parte das autoridades municipais no estabelecimento de políticas públicas voltadas para a área.

Para tanto, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: na próxima seção descreve-se a evolução e a quantidade de cursos, números de escolas, professores e alunos do ensino básico e superior. Na seção seguinte, apresenta-se a metodologia e a análise dos

¹ Aluno do doutorado em Economia pelo IE/UFU e professor do Centro de Ensino Superior de Catalão.

² Economista do CEPES.

dados do IQE (Índice de Qualidade Estrutural da Educação Básica), índice criado para sintetizar as condições de qualidade da educação do município.

Para a realização deste trabalho, utilizou-se de dados disponíveis nos Censos Escolares de 2004 a 2008 e outras informações disponíveis no site do Ministério da Educação assim como informações disponíveis no website do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De maneira geral, os dados permitiram constatar que muito ainda deve ser feito em termos de políticas públicas para promover a qualidade da educação na cidade de Uberlândia, principalmente no que tange a questão da acessibilidade a portadores de necessidades especiais e em infra-estrutura educacional. Notou-se também que esta ocorrendo uma elevação na relação de alunos/professores o que indica que a qualidade da educação esta piorando. Neste sentido, torna-se de fundamental importância promover novas contratações de professores.

2. Características gerais da educação de Uberlândia

Esta seção é dividida em duas partes. A primeira procura caracterizar o ensino básico enquanto a segunda o ensino superior presencial.

2.1. Características gerais do ensino básico de Uberlândia

Conforme demonstram as tabulações dos microdados dos Censos Escolares divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) nos anos 2004 a 2008, o sistema de ensino básico de Uberlândia apresentou as seguintes características:

a) Na rede municipal houve uma diminuição do número de alunos matriculados no período 2004-2008 na ordem de 2,88% (a quantidade de alunos que era de 53.228 em 2004 passou para 51.694 em 2008). Em 2004, havia 108 escolas, e em 2007 esse número aumentou para 123, incluindo a zona rural e urbana. O número de professores, por sua vez, na rede municipal de ensino reduziu 2,15% (o número de professores em 2004 era de 3.064 e em 2007 este número se reduziu para 2.998).

b) A rede estadual apresentou um pequeno crescimento no número de escolas no período de 2004 a 2007. Havia 67 escolas em 2004, e em 2007 esse número aumentou para 71. O número de alunos, assim como na rede municipal, também teve uma redução de

7,34%, passando de 65.493 alunos em 2004, para 60.686 em 2008³. O número de professores também se reduziu no período 2004-2007 de 2.729 para 2.210, apresentando uma diminuição de aproximadamente 19,02%.

c) A rede federal para o ensino básico não apresentou alteração no número de escolas no período de 2004 a 2007, mantendo-se, portanto com 3 escolas. Houve, contudo, um decréscimo no número de alunos matriculados nesta rede de ensino de 5,72% nos anos de 2004 a 2008 (em 2004 eram 1.994 alunos matriculados enquanto que em 2008 esse número reduziu-se para 1.880 – também considerando os alunos envolvidos na Educação de Jovens e Adultos). Nesta rede de ensino, o número de professores, diferente do que ocorreu na rede municipal e estadual, sofreu um pequeno crescimento. Em 2004 eram 139 professores e em 2007 este número se elevou para 152 (crescimento de 9,35%).

d) A rede particular de ensino teve um crescimento no número de escolas passando de 144 unidades em 2004, para 149 em 2007. O número de alunos matriculados também cresceu em 5,44%. Enquanto em 2004, 23.032 estavam matriculados, em 2008 esse número se ampliou para 24.285. O número de professores, contudo, não acompanhou tal crescimento. Em 2004 eram 1.715 professores nesta rede de ensino, enquanto que em 2007 este número reduziu-se para 1.341, ou seja, uma redução 21,81% no corpo docente da rede particular de ensino.

A Tabela 1 sintetiza a participação de cada rede de ensino no total de alunos, escolas e professores no período de 2004 a 2007.

Tabela 1: Composição da participação percentual do número de alunos, escolas e professores de 2004 a 2007 por rede de ensino básico.

Variáveis	Ano	Rede de Ensino Básico				
		Municipal	Estadual	Federal	Particular	Total
Alunos	2004	26,1%	30,1%	12,7%	31,1%	100,0%
	2005	26,9%	29,7%	12,8%	30,6%	100,0%
	2006	26,7%	28,5%	13,4%	31,5%	100,0%
	2007	26,7%	27,5%	13,5%	32,3%	100,0%
Escolas	2004	32,9%	20,4%	1,2%	45,4%	100,0%
	2005	31,3%	19,4%	1,4%	47,9%	100,0%
	2006	33,3%	18,9%	1,4%	46,4%	100,0%
	2007	34,7%	20,1%	1,4%	43,8%	100,0%
Professores	2004	32,2%	28,7%	12,8%	26,4%	100,0%
	2005	32,5%	27,3%	13,5%	26,8%	100,0%
	2006	31,2%	27,2%	13,8%	27,8%	100,0%
	2007	35,0%	25,8%	15,9%	23,3%	100,0%

Fonte: INEP – Censos Escolares. Elaboração própria.

³ Considerou-se neste aspecto inclusive os alunos matriculados no EJA - Educação de Jovens e Adultos.

Em relação aos alunos, percebe-se que no ensino básico de Uberlândia existe uma predominância daqueles inseridos na rede particular de ensino e que esta participação cresceu de 2004 a 2007. Grande parte das escolas de Uberlândia que atendem o ensino básico estão na rede particular. Em segundo lugar estão aquelas escolas da rede municipal de ensino. Por outro lado, apesar de ser a rede que tem a maior quantidade de escolas, a rede particular não é a que mais emprega os professores. A grande maioria dos professores da rede de ensino básico de Uberlândia esta inserida na rede de escolas municipais.

Tabela 2: Indicadores de avaliação da rede de ensino básico de Uberlândia - 2004 a 2007 por rede de ensino.

Rede de ensino	Indicadores	Anos			
		2004	2005	2006	2007
Municipal	Alunos/Escola	492,85	488,64	434,11	427,20
	Alunos/Professor	17,37	17,43	18,03	17,53
	Professor/Escola	28,37	28,04	24,07	24,37
Estadual	Alunos/Escola	915,04	865,55	820,23	763,66
	Alunos/Professor	22,47	22,85	22,06	24,53
	Professor/Escola	40,73	37,88	37,17	31,13
Federal	Alunos/Escola	6471,75	5152,80	5322,80	5299,20
	Alunos/Professor	21,25	19,97	20,49	19,50
	Professor/Escola	304,50	258,00	259,80	271,80
Particular	Alunos/Escola	426,30	362,16	367,87	410,98
	Alunos/Professor	25,31	24,01	23,82	31,91
	Professor/Escola	16,85	15,08	15,44	12,88
Geral	Alunos/Escola	621,77	567,02	542,92	556,40
	Alunos/Professor	21,42	21,01	21,08	23,00
	Professor/Escola	29,03	26,99	25,75	24,19

Fonte: INEP – Censos Escolares. Elaboração própria.

Acredita-se que quanto menor a relação aluno/professor, melhor é a qualidade do ensino em uma determinada instituição visto que o professor terá menos alunos para atender e, portanto, o atendimento será de melhor qualidade. A partir das informações da Tabela 2 nota-se que é na rede particular de ensino que se encontra a maior relação aluno/professor e que esta relação se elevou substancialmente de 2004 a 2007 e em contrapartida são as instituições que tem a menor relação de professor por escola.

2.2. Características gerais do ensino superior presencial de Uberlândia

Tabularam-se também informações relacionadas com o ensino superior presencial. Os resultados obtidos foram os seguintes:

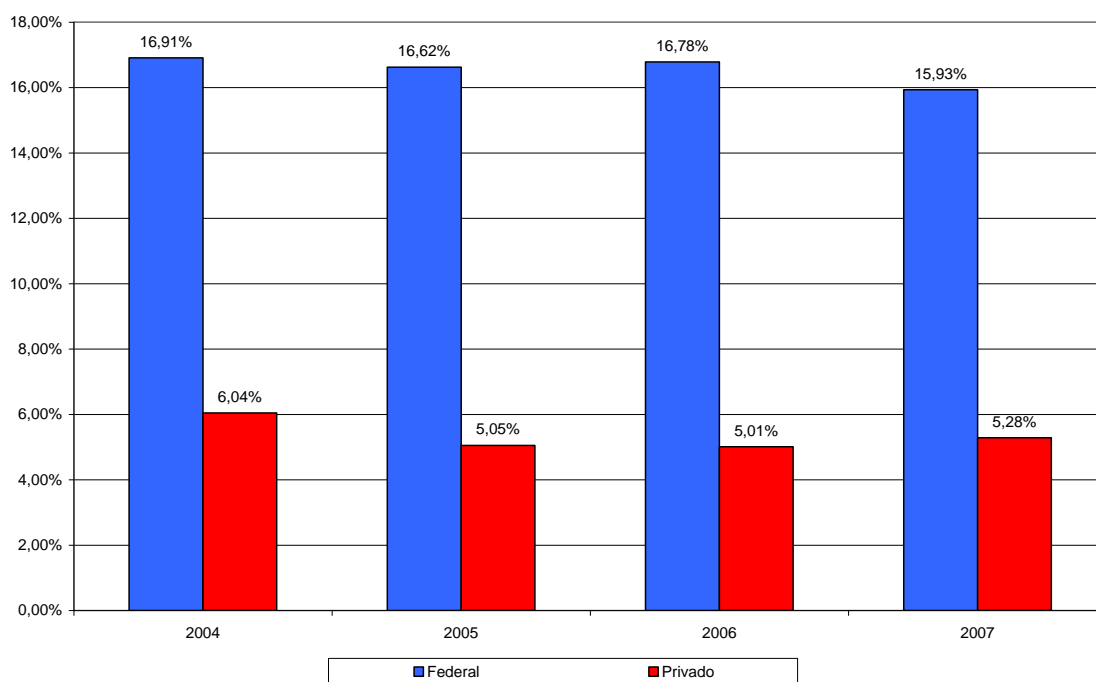
a) Na rede federal, em 2004, havia apenas 1 escola de nível superior, fornecendo 31 cursos com um total de alunos matriculados de 23.893 e um total de 1.079 docentes. Em

2007, existiam 2 escolas de nível superior na cidade, que forneciam 39 cursos e matriculavam 24.661 alunos (um aumento de 3,21% no número de alunos matriculados). Além disto, em 2007, nesta rede de ensino havia 1.207 professores (um aumento de 11,86%).

b) Na rede particular, em 2004 havia 5 escolas de ensino superior. Em 2007 este número passou para 6 unidades (Universidades). O número de cursos oferecidos por estas instituições, contudo, cresceu substancialmente. Em 2004, eram 65 cursos oferecidos, enquanto que em 2007 este número passou para 98, ou seja, uma ampliação de 50,77% no número de cursos oferecidos na cidade. O número de alunos matriculados ampliou em 6,41% no período de 2004 a 2007. Em 2004 eram de 40.487 alunos enquanto que em 2007 este número elevou-se para 43.041. Por outro lado, o número de professores na rede de ensino superior particular reduziu-se no período de análise em 17,61% (em 2004 eram 795 e em 2007 eram 655 docentes).

As informações do Gráfico 1 mostram a representatividade de Uberlândia no total de alunos matriculados no ensino superior presencial do Estado.

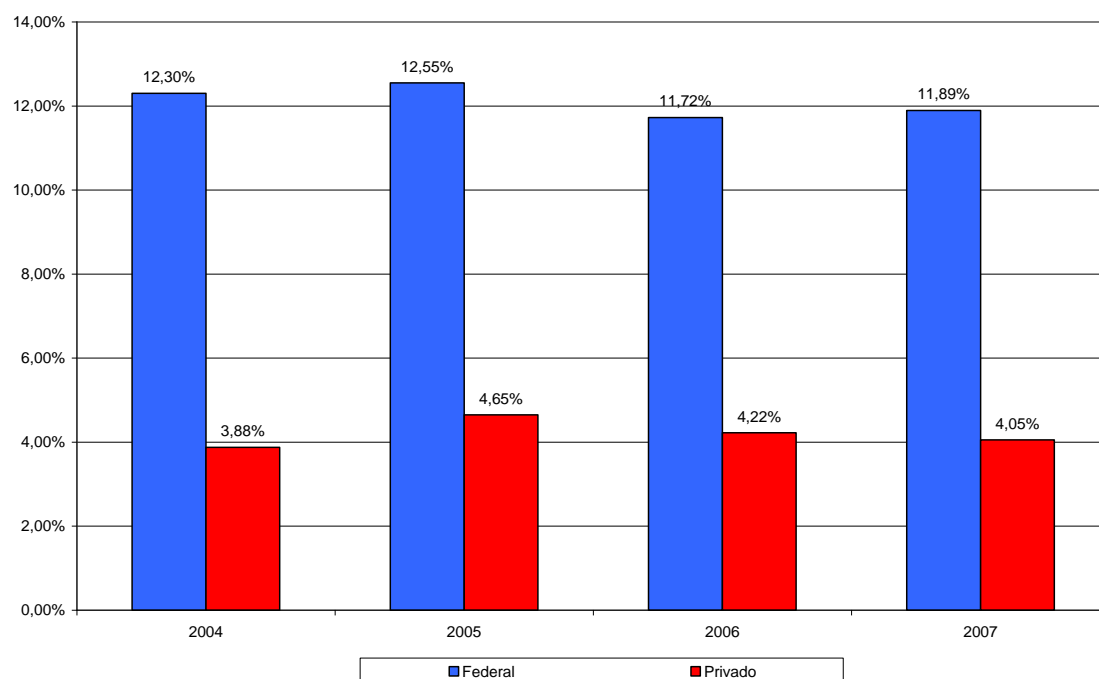
Gráfico 1 – Participação de Uberlândia no total de ALUNOS matriculados no ensino superior presencial do Estado de Minas Gerais



Fonte: INEP – Censos Escolares. Elaboração própria.

Nota-se que tanto para a rede de ensino superior federal como que para o privado, a representatividade de Uberlândia reduziu-se no período de 2004 a 2007 no número de alunos matriculados do Estado.

Gráfico 2 – Participação de Uberlândia no total de CURSOS ensino superior presencial do Estado de Minas Gerais



Fonte: INEP – Censos Escolares. Elaboração própria.

A mesma redução ocorre na representatividade de Uberlândia em termos de cursos existentes no ensino superior presencial na rede federal de ensino (Gráfico 2). Contudo, a representatividade do município no número de cursos criados pelo setor privado ampliou-se de 2004 a 2007.

Percebe-se ainda com as informações da Tabela 3 que a relação alunos/professor cresceu no período de 2004 a 2007 em Uberlândia para o ensino superior presencial e que o número de professores por escola se reduziu significativamente também. Estes dados indicam que o ensino superior de Uberlândia perdeu em termos de qualidade.

Tabela 3: Indicadores de avaliação da rede de ensino superior de Uberlândia - 2004 a 2007.

Indicadores	Ano			
	2004	2005	2006	2007
Alunos/Escola	10730,00	7704,13	8009,13	8456,50
Alunos/Professor	34,35	35,67	35,42	36,33
Professor/Escola	312,33	216,00	226,13	232,75

Fonte: INEP – Censos Escolares. Elaboração própria.

Na seção seguinte descrevem-se as informações relacionadas ao IQE – Índice de Qualidade Estrutural da Educação Básica da cidade de Uberlândia para os anos de 2004 a 2006.

3. Índice da Qualidade Estrutural da Educação Básica (IQE) em Uberlândia

Tratar sobre a questão da qualidade sempre foi uma tarefa árdua, pois o termo por si envolve uma série de significados, que varia de pessoa para pessoa. Assim, o que é de qualidade para um indivíduo, pode não ser para outro.

Como explica Demo (1994) é importante entender a diferença conceitual que existe entre quantidade e qualidade. Conforme esclarece este autor, se é relevante *viver muito*, também é importante *viver bem*. Desta forma, assim como é relevante ter uma educação de grande abrangência, *que não exclua nenhuma pessoa de seu acesso*, também se torna importante ter uma *educação de qualidade*, que exista as condições adequadas para que o processo de ensino-aprendizagem possa ser efetivo e consistente. Assim a quantidade e qualidade devem ser analisadas em conjunto quanto se trata da questão da promoção do desenvolvimento social e econômico.

Na seção anterior deste trabalho procurou-se destacar as características da educação uberlandense principalmente em termos de quantidade. Esta seção, por sua vez, é uma tentativa de avaliar a qualidade do ensino do município. Importante esclarecer que o foco desta seção é analisar a **qualidade do ensino básico**, visto que a base de dados do Censo Escolar é ampla e envolve diversas variáveis interessantes de serem analisadas e sintetizadas em um índice.

Apresenta-se a seguir a metodologia utilizada para a elaboração do indicador, e, logo em seguida, a análise dos dados obtidos com as tabulações dos dados do Censo Escolar de 2004 a 2006.

3.1. Metodologia para a elaboração do IQE

A elaboração do Índice da Qualidade Estrutural da Educação Básica (IQE) baseia-se nas informações dos Censos Escolares, disponíveis no site do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) para os anos de 2004 a 2006.

Os Censos Escolares são bases com dados de todas as instituições de ensino dos municípios brasileiros. É uma base que apresenta uma série de informações sobre os alunos, os professores e a estrutura física destas instituições. Com estas informações foi possível realizar o cálculo do IQE para o município de Uberlândia, por tipo de dependência administrativa, ou seja, se a instituição depende do governo federal, estadual, municipal ou se é uma instituição privada.

O IQE é um indicador sintético que envolve três grandes dimensões contemplando um total de 19 variáveis. Seu cálculo é a média aritmética simples destas três dimensões, conforme indica a Equação 1.

$$\text{IQE} = (\text{ACESS} + \text{INFRA} + \text{MERENDA}) / 3$$

Eq. 1

Na qual:

ACESS – dimensão de avaliação da questão da acessibilidade;

INFRA – dimensão de avaliação da infra-estrutura das instituições de ensino;

MERENDA – dimensão de avaliação da merenda das instituições de ensino.

A primeira dimensão – **ACESS** – procura retratar a questão da facilidade de acesso existente nas instituições de ensino básico aos portadores de necessidades especiais, assim como a disponibilidade de transporte para os alunos das instituições. O Quadro 1 abaixo indica as variáveis incorporadas nesta dimensão e sua forma de cálculo.

Quadro 1 - Variáveis que compõem a dimensão ACESS

Variáveis	Valores assumidos por estas variáveis
- SANI_ESP – Existem sanitários adequados à portadores de necessidades especiais?	0 – não // 1 – Sim
- DEP_ESP – Existem dependências e vias adequadas à portadores de necessidades especiais?	0 – não // 1 – Sim
- USA_TEP - Há no corpo discente alunos que utilizam transporte escolar oferecido pelo poder público.	0 – não // 1 – Sim
$\text{ACESS} = (\text{SANI_ESP} + \text{DEP_ESP} + \text{USA_TEP}) / 3$	

A dimensão **INFRA** procura retratar as condições de infra-estrutura das instituições de ensino básico. Entende-se que a existência de alguns fatores em termos de infra-estrutura é fundamental para incrementar a qualidade do ensino. Este indicador foi dividido em dois sub-índices. O primeiro sub-índice, denominado de **INFRA-EDU**, visa destacar as condições mínimas de infra-estrutura educacional, ou seja, os requisitos mínimos de infra-estrutura que auxiliam no processo educacional e de formação das crianças, como é o caso da existência de videoteca, sala de vídeo ou TV, laboratório de informática, laboratório de ciências, biblioteca e sala de leitura.

O segundo sub-índice denominado de **INFRA-APOIO** tem como objetivo retratar as condições básicas da instituição como um todo. Incorporou-se nestes itens

aquilo que se entende ser de fundamental importância em termos de infra-estrutura para que as aulas possam ocorrer de maneira adequada, como a existência de sanitários dentro do prédio, ginásio de esportes, refeitório e quadra coberta (evitando que os alunos tenham que enfrentar casos de dias com chuva, frio e calor intenso), assim como água filtrada e energia elétrica.

Desta forma, a dimensão **INFRA** é a média aritmética simples dos sub-índices **INFRA-EDU** e **INFRA-APOIO**, conforme indicado na Equação 2 abaixo:

$$\text{INFRA} = (\text{INFRA-EDU} + \text{INFRA-APOIO}) / 2 \quad \text{Eq. 2}$$

As variáveis incorporadas em cada um destes sub-índices estão descritas a seguir:

Quadro 2 - Variáveis que compõem a dimensão INFRA

Variáveis	Valores assumidos por estas variáveis
<i>Sub-índice INFRA-EDU</i>	
- VIDEOTEC – Existe videoteca?	0 – não // 1 – Sim
- SALTVID – Existe sala para TV/Vídeo?	0 – não // 1 – Sim
- LAB_INFO – Existe laboratório de Informática?	0 – não // 1 – Sim
- LAB_CIE – Existe laboratório de Ciências?	0 – não // 1 – Sim
- BIBLIO – Existe biblioteca na escola?	0 – não // 1 – Sim
- SAL_LEIT – Existe Sala de Leitura na escola?	0 – não // 1 – Sim
<i>INFRA-EDU = (VIDEOTEC + SALTVID + LAB_INFO + LAB_CIE + BIBLIO + SAL_LEIT) / 6</i>	
<i>Sub-índice INFRA-APOIO</i>	
- SANI_DEN – Existe sanitário dentro do Prédio?	0 – não // 1 – Sim
- AGUA_FIL – Existe oferta de água filtrada para os alunos?	0 – não // 1 – Sim
- GIN_ESP – Existe, nas dependências da escola, Ginásio de Esportes?	0 – não // 1 – Sim
- QUAD_COB – Existe, nas dependências da escola, Quadra de Esporte coberta?	0 – não // 1 – Sim
- REFEITOR – Existe, nas dependências da escola, Refeitório?	0 – não // 1 – Sim
- ENER_INE – O abastecimento de energia elétrica é inexistente?	1 – não // 0 – Sim
- AGUA_INE – O abastecimento de água é inexistente?	1 – não // 0 – Sim
- ESG_INEX – O esgoto sanitário é inexistente?	1 – não // 0 – Sim
<i>INFRA-APOIO = (SANI_DEN + AGUA_FIL + GIN_ESP + QUAD_COB + REFEITOR + ENER_INE + AGUA_INE + ESG_INEX) / 8</i>	

A terceira e última dimensão do IQE, denominada de **MERENDA**, procura retratar a existência de merenda escolar na escola e sua forma de armazenagem. Entende-se

que as instituições de ensino que possuam merenda escolar tem algum tipo de acompanhamento de profissional específico (como uma nutricionista) e, portanto, que a alimentação destes alunos seja de melhor qualidade do que aquelas instituições que não possuem merenda escolar.

Esta dimensão envolve duas variáveis: uma que verifica se a escola possui ou não merenda escolar e outra que retrata a existência de depósitos de alimentos ou não. Acredita-se que a existência de depósitos de alimentos retrate uma melhor forma de armazenagem dos alimentos em comparação com àquelas que não possuem. Portanto, a existência de depósitos pode ser considerada uma variável *proxy* para a indicação da qualidade no armazenamento dos recursos utilizados também na merenda escolar. No Quadro 3 são indicadas estas variáveis:

Quadro 3 - Variáveis que compõem a dimensão MERENDA

Variáveis	Valores assumidos por estas variáveis
- MERE_ESC - A Escola oferece alimentação escolar aos alunos?	0 – não // 1 – Sim
- DEP_ALIM – Nas dependências da escola existe Depósito de Alimentos?	0 – não // 1 – Sim
$MERENDA = (MERE_ESC + DEP_ALIM) / 2$	

Importante esclarecer ainda que a elaboração destes indicadores envolveu apenas as instituições de ensino básico **ATIVAS**, ou seja, foram excluída da base de dados aquelas instituições com status de paralisadas ou extintas, visando retratar a real situação do município das escolas ainda em funcionamento.

O IQE, assim como seus sub-índices, são indicadores que variam de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor é a situação em termos qualitativos nas instituições do ensino básico. Na verdade, o valor máximo de 1 indica que uma (ou um conjunto) de instituições possuem todos os requisitos de qualidades considerados nesta metodologia. Por outro lado, o valor zero representa que uma instituição não possui nenhum dos itens considerados, possuindo, portanto, uma educação de baixa qualidade.

Deve-se também explicitar que existe uma série de limitações em relação à metodologia exposta. A primeira delas refere-se a abrangência e ao rol de variáveis selecionadas para a elaboração do indicador. As variáveis que incorporam o IQE foram selecionadas a partir da percepção daquilo que os autores entendem por qualidade no ensino. Outro problema é a de que o índice não incorpora todos os aspectos que seriam

importantes para se avaliar a qualidade do ensino devido a indisponibilidade de informações na base de dados ou devido a falta de regularidade e sistemática de informações para caracterizar tais dimensões faltantes.

Outra limitação recorrentemente apontada no processo de elaboração de um índice refere-se aos pesos atribuídos aos sub-índices que compõem o IQE. A justificativa geral para se atribuir os mesmos pesos é a de que todas as dimensões são importantes, porém, costumeiramente argumenta-se que pode haver situações e regiões em que o peso de uma determinada dimensão (ou até mesmo variável) é mais importante do que outras, exigindo desta maneira pesos diferenciados. (BARROS et al., 2003, pág. 05)

Apesar de tais limitações metodológicas é importante ter-se em mente que os índices, de maneira geral, não podem captar a total complexidade de um conceito, dado que o próprio conceito de qualidade possui diversas interpretações e envolve, segundo a perspectiva de cada indivíduo/pesquisador, variados fatores.

Na próxima parte do trabalho analisam-se os IQEs obtidos a partir das tabulações dos Censos Escolares dos anos de 2004 a 2006.

3.2. Qualidade da Estrutura do Ensino Básico de 2004 a 2006

Antes de destacar as informações do IQE é importante descrever algumas características gerais das instituições de ensino uberlandense em relação ao acesso às variáveis selecionadas para a elaboração do indicador. Na Tabela 4 estão disponíveis o percentual de instituições que tem acesso a determinados tipos de requisitos, por dependência administrativa para os anos de 2004 a 2006.

Em relação às variáveis selecionadas para caracterizar a questão da acessibilidade nota-se que as instituições federais e municipais são as que estão mais adequadas para receber crianças com necessidades especiais.

Para as variáveis que compõem a dimensão de infra-estrutura educacional destaque especial para o número de instituições que possuem laboratório de ciências, videoteca e sala de leitura. Nota-se que nestes quesitos as instituições de todas as dependências administrativas deixam a desejar.

Tabela 4 – Percentual das escolas ativas da cidade de Uberlândia que possuem acesso a questão da acessibilidade, infra-estrutura educacional, infra-estrutura de apoio e merenda por dependência administrativa – 2004 a 2006

Variáveis	Inst. FEDERAIS			Inst. ESTADUAIS			Inst. MUNICIPAIS			Inst. PARTICULARES		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
VARIÁVEIS DE CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE												
Sanitário adequado a portadores de necessidades especiais	67%	67%	67%	9%	15%	21%	40%	42%	37%	29%	39%	45%
Dependências e vias adequadas a portadores de necessidades especiais	100%	100%	100%	9%	11%	15%	35%	29%	29%	23%	32%	29%
Tem alunos que utilizam transporte escolar oferecido pelo poder público	0%	0%	0%	26%	27%	29%	39%	44%	37%	2%	4%	4%
VARIÁVEIS DE INFRA-ESTRUTURA EDUCACIONAL												
Existência de videoteca	33%	67%	67%	8%	9%	12%	10%	11%	12%	40%	42%	44%
Existência de sala de TV e vídeo	100%	100%	100%	39%	41%	47%	44%	48%	43%	71%	67%	60%
Existência de laboratório de informática	67%	67%	67%	12%	9%	21%	26%	26%	26%	53%	56%	58%
Existência de laboratório de ciências	67%	33%	33%	21%	24%	26%	26%	24%	18%	40%	43%	35%
Existência de biblioteca	67%	67%	67%	89%	85%	87%	87%	82%	72%	94%	87%	93%
Existência de sala de leitura	0%	33%	33%	18%	11%	7%	18%	5%	4%	44%	22%	26%
VARIÁVEIS DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO												
Existência de sanitário dentro do prédio	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	98%	100%	99%
Existência de energia elétrica	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Existência de abastecimento de água	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Existência de esgoto sanitário	67%	67%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Consumo de água filtrada pelos alunos	100%	100%	100%	97%	100%	100%	100%	100%	100%	99%	99%	99%
Existência de ginásio de esportes	33%	33%	67%	0%	2%	0%	0%	0%	0%	15%	14%	12%
Existência de quadra de esportes coberta	67%	67%	67%	24%	27%	29%	8%	8%	12%	23%	26%	26%
Existência de refeitório	67%	67%	67%	61%	64%	59%	92%	89%	91%	47%	43%	45%
VARIÁVEIS DE MERENDA ESCOLAR												
Existência de alimentação escolar para os alunos	33%	33%	33%	98%	98%	96%	100%	100%	100%	4%	6%	6%
Existência de depósitos de alimentos	67%	67%	67%	92%	82%	78%	95%	81%	83%	27%	20%	20%

Fonte: INEP – Censos Escolares. Elaboração própria.

Já em termos de infra-estrutura de apoio as informações da Tabela 4 parecem indicar que as condições são menos favoráveis nas instituições privadas. As informações mostram que existe pleno acesso por parte das instituições de sanitários dentro do prédio, energia elétrica, abastecimento de água e esgoto sanitário. Contudo, são poucas as instituições que tem em suas instalações a existência de ginásio de esportes, quadra coberta e refeitório.

Em relação às variáveis relacionadas com a merenda escolar, percebe-se que nas instituições privadas são poucas que possuem alimentação escolar para os alunos e depósitos para alimentos. As instituições municipais neste quesito são as que apresentam melhores condições de acesso.

Nas Tabela 5a e 5b estão disponíveis as informações do IQE para Minas Gerais e Uberlândia. Uma primeira constatação com estas tabelas é que, em termos gerais, Uberlândia apresenta melhores condições estruturais da educação básica do que o Estado como um todo (exceto para o caso do índice da merenda).

Em termos de infra-estrutura (INFRA) as instituições federais de Uberlândia apresentam piores condições se comparadas com as condições existentes para o Estado de Minas como um todo. O mesmo ocorre para as instituições estaduais de Uberlândia quando se analisa o indicador de acessibilidade (ACESS) e para as instituições particulares para o indicador de merenda.

Segue agora uma breve análise dos indicadores para Uberlândia:

a) ACESS: as instituições federais do município são as que apresentaram maiores indicadores de acessibilidade, seguidas das instituições municipais, particulares e estaduais.

b) INFRA-EDU: são também as instituições federais que apresentaram maiores índices de infra-estrutura educacional, seguidas pelas instituições particulares. As instituições estaduais e municipais são as que apresentaram menores indicadores de infra-estrutura educacional, mostrando que este é um aspecto que pode ser melhorado em tais redes de ensino.

c) INFRA-APOIO: neste quesito todas as redes de ensino (federal, estadual, municipal e privada) apresentaram índices superiores a 0,7.

d) MERENDA: este aspecto é muito importante e apresentou índices elevados (acima de 0,9) para as instituições estaduais e municipais. Este aspecto é fundamentalmente pior nas instituições privadas que não possuem em sua grande maioria (assim como se pode observar inclusive na Tabela 4) alimentação escolar para os alunos ou depósitos de

alimentos. Na verdade, nestas instituições existe apenas uma lanchonete, que na maioria das vezes vende salgados e refrigerantes.

Uma avaliação geral pode ser obtida com o IQE, disponível na última coluna da Tabela 5b. De maneira geral, este indicador mostra que as instituições municipais são as que estão em melhores condições estruturais. Porém, este fato deve ser visto com ressalvas, dado que os resultados obtidos para o indicador de merenda para estas instituições devem estar puxando para cima o indicador IQE final. As instituições municipais, em termos de qualidade da infra-estrutura, são seguidas pelas federais, estaduais e por último as particulares. Neste último caso, o indicador de merenda deve estar puxando as médias para baixo. Assim, uma análise pormenorizada de cada um dos sub-indicadores é o mais indicado a ser feito.

Em termos gerais, no ano de 2006, o IQE foi de 0,472. Este indicador mostra que em média, para todas as instituições, apenas 47% dos requisitos que se considerou importante em termos de estrutura educacional são satisfeitos pelas instituições uberlandenses.

Tabela 5a – Média dos indicadores e sub-indicadores de Qualidade Estrutural do Ensino Básico (IQE) para o estado de Minas Gerais por dependência administrativa - 2004 a 2006

Dep. Adm.	Ano	INDICADORES DE QUALIDADE DO ENSINO BÁSICO (MÉDIA)					
		ACESS	INFRA_EDU	INFRA_APOIO	INFRA	MERENDA	IQE
Federal	2004	0,170	0,799	0,853	0,826	0,448	0,481
	2005	0,333	0,776	0,858	0,817	0,345	0,498
	2006	0,345	0,774	0,772	0,773	0,375	0,498
Estadual	2004	0,181	0,314	0,676	0,495	0,863	0,513
	2005	0,256	0,261	0,682	0,472	0,795	0,508
	2006	0,278	0,269	0,614	0,442	0,801	0,507
Municipal	2004	0,139	0,108	0,646	0,377	0,792	0,436
	2005	0,201	0,093	0,657	0,375	0,757	0,444
	2006	0,214	0,099	0,592	0,346	0,769	0,443
Particular	2004	0,072	0,383	0,711	0,547	0,286	0,302
	2005	0,116	0,340	0,711	0,525	0,308	0,316
	2006	0,128	0,348	0,635	0,492	0,315	0,312
Geral	2004	0,134	0,212	0,666	0,439	0,699	0,424
	2005	0,194	0,185	0,675	0,430	0,666	0,430
	2006	0,209	0,193	0,607	0,400	0,674	0,428

Fonte: INEP – Censos Escolares. Elaboração própria.

Tabela 5b – Média dos indicadores e sub-indicadores de Qualidade Estrutural do Ensino Básico (IQE) para a cidade de Uberlândia por dependência administrativa - 2004 a 2006

Dep. Adm.	Ano	INDICADORES DE QUALIDADE DO ENSINO BÁSICO (MÉDIA)					
		ACESS	INFRA_EDU	INFRA_APOIO	INFRA	MERENDA	IQE
Federal	2004	0,556	0,556	0,792	0,674	0,500	0,576
	2005	0,556	0,611	0,792	0,701	0,500	0,586
	2006	0,556	0,611	0,875	0,743	0,500	0,600
Estadual	2004	0,146	0,313	0,727	0,520	0,955	0,540
	2005	0,177	0,298	0,741	0,519	0,902	0,533
	2006	0,216	0,333	0,735	0,534	0,868	0,539
Municipal	2004	0,382	0,349	0,750	0,550	0,976	0,636
	2005	0,382	0,328	0,746	0,537	0,903	0,607
	2006	0,342	0,294	0,753	0,524	0,914	0,593
Particular	2004	0,182	0,568	0,728	0,648	0,158	0,329
	2005	0,249	0,529	0,727	0,628	0,131	0,336
	2006	0,257	0,527	0,726	0,627	0,129	0,337
Geral	2004	0,232	0,434	0,735	0,584	0,619	0,478
	2005	0,268	0,412	0,737	0,574	0,558	0,467
	2006	0,275	0,405	0,739	0,572	0,569	0,472

Fonte: INEP – Censos Escolares. Elaboração própria.

4. Referências consultadas

BARROS, Ricardo P.; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel. O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). *Texto para Discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, n° 986, Outubro 2003.

DEMO, P. *Educação e qualidade*. Campinas: Papirus, 1994.

Condições de Saúde

Ester William Ferreira¹

Nos últimos vinte anos, o sistema de saúde no Brasil passou por importantes transformações em seus aspectos jurídicos e institucionais. A Constituição de 1988 propiciou a institucionalização indutora e estimuladora dessas transformações e, ao consolidar a universalização do atendimento à saúde por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), configurou-se como um verdadeiro divisor de águas no tratamento da saúde no país.

Ao definir a saúde como “...*direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*” (Artigo 196 da Constituição de 1988²), substituiu-se o conceito de seguro (cobertura ao contribuinte) pelo conceito de seguridade social (cobertura ao cidadão), afastando a capacidade contributiva como requisito de alcance aos benefícios da seguridade social. A partir de então, a saúde é reconhecida como um direito básico e universal de cidadania.

Antes da Constituição de 1988 e das leis que garantiram a regulamentação do SUS – Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990 –, o sistema público de saúde era centralizado e de responsabilidade federal. Prevalencia a assistência médico-hospitalar sob a percepção da saúde como ausência de doenças. Aproximadamente 30 milhões de pessoas tinham acesso aos serviços hospitalares. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009, pág.10)

¹ Economista do CEPES.

² Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

A partir de 1990, o sistema público de saúde passa a ser descentralizado, municipalizado e participativo. Busca-se a promoção, proteção, recuperação e reabilitação, além da assistência médico-hospitalar, numa concepção da saúde como qualidade de vida e não apenas como ausência de doenças. Mais de 70 milhões de pessoas passaram a ter direito ao atendimento pelo Sistema Único de Saúde. Atualmente, cerca de 75% da população brasileira é atendida, de forma quase exclusiva, pelo SUS. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009, pág.10)

Não obstante a construção do direito à saúde tenha sofrido, desde a promulgação da Carta Constitucional, tentativas de desconstrução, especialmente no que se refere à insuficiência de recursos estáveis para a garantia das ações e serviços de saúde, indiscutivelmente a maior abrangência desses serviços à população tem contribuído para a melhoria dos indicadores de saúde, tanto em nível federal e estadual quanto em nível municipal.

Esta seção tem por objetivo apresentar alguns indicadores básicos de saúde para o município de Uberlândia/MG, quando possíveis comparados aos indicadores do estado e do país. A discussão dos mesmos, na composição deste painel, não pretende ser exaustiva e, sim, pontual a respeito dos aspectos que se destacam. Cabe esclarecer que, devido à dificuldade de obtenção de informações secundárias, em nível municipal, os dados mais recentes referem-se ao ano de 2007.

Indicadores básicos

O município de Uberlândia tem vivenciado, nas últimas décadas, mudanças demográficas próximas às ocorridas em regiões desenvolvidas, onde se registra a diminuição no número de nascimentos, bem como no número de mortes na população. Quando comparados os resultados com aqueles apresentados por Minas Gerais e Brasil, constata-se que a velocidade de queda da natalidade e da mortalidade é maior para o município. Com a diminuição da taxa de fecundidade para um nível abaixo da reposição populacional e redução da mortalidade, em termos proporcionais, juntamente com a maior esperança de vida, o perfil da população residente em Uberlândia tenderá a uma configuração envelhecida, nas décadas seguintes, somente desacelerada pela migração de jovens que chegam ao município em busca de educação e emprego, prioritariamente.

A **Taxa de Mortalidade Infantil**, que expressa o número de óbitos de crianças, menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente, decresceu significativamente ao longo dos anos considerados, saindo de 81,2 óbitos por mil

habitantes, em 1970, para 20 óbitos/mil em 2000 (Tabela 1). Desde 1980, Uberlândia já apresentava uma taxa de mortalidade infantil inferior (46,8 por mil) às apresentadas por Minas Gerais (75,7) e Brasil (79,9). Em 1991, essa taxa caiu para 23,1 por mil, enquanto no estado decresceu para 37,0 e, no Brasil, para 45,3. Em 2000, a mortalidade infantil em Uberlândia foi de 20 por mil, o menor valor registrado até então, próximo ao resultado recente alcançado por Minas Gerais (20,4), em 2007, mas ainda inferior ao apresentado pelo Brasil (24,3 por mil).

Tabela 1: Saúde: síntese dos indicadores básicos - Brasil, Minas Gerais e Uberlândia: anos censitários e 2007.

Indicador	1970	1980	1991	2000	2007
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)^a					
Uberlândia	81,2	46,8	23,1	20,0	(1) 20,01
Minas Gerais	105,3	75,7	37,0	22,2	20,4
Brasil	123,2	79,9	45,3	30,1	24,3
Esperança de vida ao nascer (em anos)^b					
Uberlândia	54,4	61,0	70,5	73,1	(1) 73,1
Minas Gerais	50,6	63,5	66,9	70,5	74,6
Brasil	51,4	61,9	66,0	70,4	72,7
Taxa de Fecundidade Total (nº de filhos por mulher)^c					
Uberlândia	-	-	2,3	1,9	(1) 1,9
Minas Gerais	6,3	4,3	2,5	2,2	1,8
Brasil	6,4	4,4	2,9	2,4	2,0
Taxa Bruta de Natalidade (por mil hab.)^d					
Uberlândia	-	-	-	17,1	(1) 17,1
Minas Gerais	-	31,8	(2) 21,2	19,6	16,0
Brasil	-	30,0	(2) 23,0	21,1	16,7
Taxa Bruta de Mortalidade (por mil hab.)^e					
Uberlândia	-	6,1	5,3	4,7	(1) 4,7
Minas Gerais	-	8,4	(2) 7,0	6,5	6,1
Brasil	-	9,0	(2) 7,5	6,3	6,2

Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/IPEADATA), Ministério da Saúde (DATASUS), Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) e Fundação João Pinheiro (FJP). Elaboração própria.

(1) Refere-se a 2000, (2) Refere-se a 1992.

Notas:

a. Taxa de Mortalidade Infantil: número de óbitos de crianças, menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente.

b. Esperança de vida ao nascer: número médio de anos esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, na população residente.

c. Taxa de Fecundidade Total: número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva (15 a 44 anos).

d. Taxa Bruta de Natalidade: número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente.

e. Taxa Bruta de Mortalidade: número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente.

A redução da mortalidade infantil parece ser um exemplo claro e inegável de que as políticas e os serviços públicos de saúde têm contribuído para o declínio desse tipo de mortalidade entre a população de menor renda. Intervenções típicas que se revelaram relevantes nas décadas de 1990 e 2000 foram a vacinação de rotina, as campanhas de vacinação, a cobertura por consultas de pré-natal, entre outras.

Contudo, não obstante a melhora significativa observada, ainda há muito que fazer. A taxa de mortalidade infantil ainda está acima dos índices dos países mais desenvolvidos (abaixo de 6/7 mil), merecendo maiores investimentos na melhoria da infra-estrutura técnica dos serviços de pré-natal, parto e pediatria neonatal, os quais devem ser combinados com a devida monitoria dos recém-nascidos pelos serviços básicos de saúde, além de investimentos na capacitação de pessoal em todos os níveis. (IPEA, 2007, pág. 123)

A redução da taxa de mortalidade infantil foi um dos fatores que mais contribuíram para o aumento da **esperança de vida ao nascer** ao longo dos anos considerados. Esse indicador expressa o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, na população residente. Em 1970, a expectativa de vida, em Uberlândia, era de 54,4 anos. Em 1980, esse valor subiu para 61 anos, inferior ao apresentado para Minas Gerais (63,5) e Brasil (61,9). Em 1991, a esperança de vida no município aumentou para 70,5 anos, superior às estimativas do estado (66,9) e do País (66,0). Em 2000, a esperança de vida no município atinge 73,1 anos, enquanto em Minas é de 70,5 anos e no Brasil, de 70,4 anos. Em 2007, contando com informações estimadas apenas para Minas Gerais (74,6) e Brasil (72,7), a esperança de vida em Uberlândia, calculada em 2000, ainda se mostra superior.

A **Taxa de Fecundidade Total**, como dito anteriormente, vem apresentando queda ao longo dos últimos trinta anos. Definida como o número médio de filhos nascidos vivos tidos por uma mulher durante o período reprodutivo (15 a 44 anos), na população residente, os resultados mostram que a população brasileira tem cada vez menos filhos. Em 1980, a taxa de fecundidade total girava em torno de 4 filhos por mulher, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais. Em 1991, observa-se uma sensível queda nessa taxa, que passa para 2,9 e 2,5 filhos, respectivamente. Em Uberlândia, a taxa de fecundidade total registrada, em 1991, foi de 2,3 filhos, já inferior às apresentadas para o estado e para o País. Em 2000, o número de filhos por mulher mostra-se ainda menor no município (1,9), inferior, inclusive, à chamada taxa de reposição cujo valor é de 2,1 filhos. As taxas registradas para Brasil e Minas Gerais, em 2007, refletem a continuidade desse processo: 1,8 e 2,0 filhos, respectivamente.

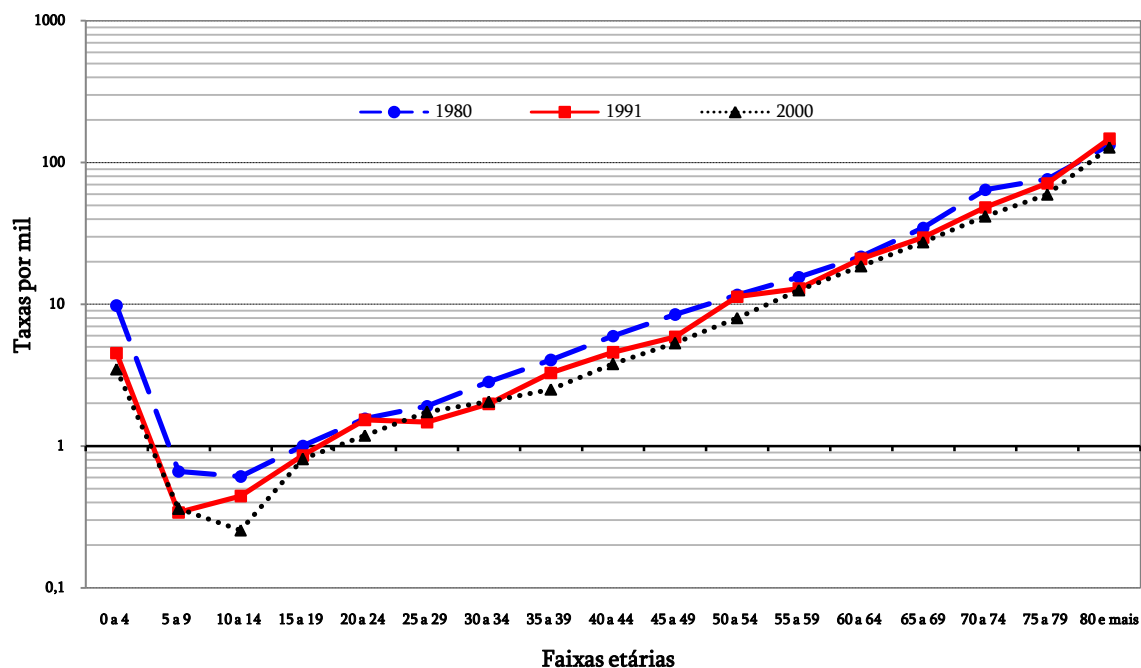
A **Taxa Bruta de Natalidade** – número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente – foi obtida somente para o ano 2000 devido à inexistência de informações consistentes para os anos censitários anteriores. O resultado de 17,1 por mil é inferior ao apresentado para o Estado de Minas Gerais e Brasil cujos valores, em 2007,

foram de 16,0 e 16,7 por mil, explicitando a diminuição que vem ocorrendo no número de nascidos vivos nos últimos anos como reflexo da queda da fecundidade.

Quanto à **Taxa Bruta de Mortalidade** – número de óbitos, por mil habitantes, na população residente –, o município vem registrando resultados decrescentes nos últimos vinte anos. Em 1980, enquanto os valores eram de 8,4 por mil e 9,0 para o estado e País, respectivamente, em Uberlândia a taxa já era menor (6,1). Em 1991, este valor caiu para 5,3. Em Minas Gerais e Brasil, as taxas reduziram-se para 7,0 e 7,5, respectivamente. Em 2000, a taxa bruta de mortalidade em Uberlândia diminuiu para 4,7 por mil. O valor apresentado para Minas Gerais também apresentou queda chegando a 6,5 por mil, enquanto para o Brasil caiu para 6,3 por mil. Em 2007, quando os resultados para o estado e para o País foram de 6,1 e 6,2 óbitos por mil habitantes, o cálculo apurado para o município, em 2000, ainda se mostrou inferior.

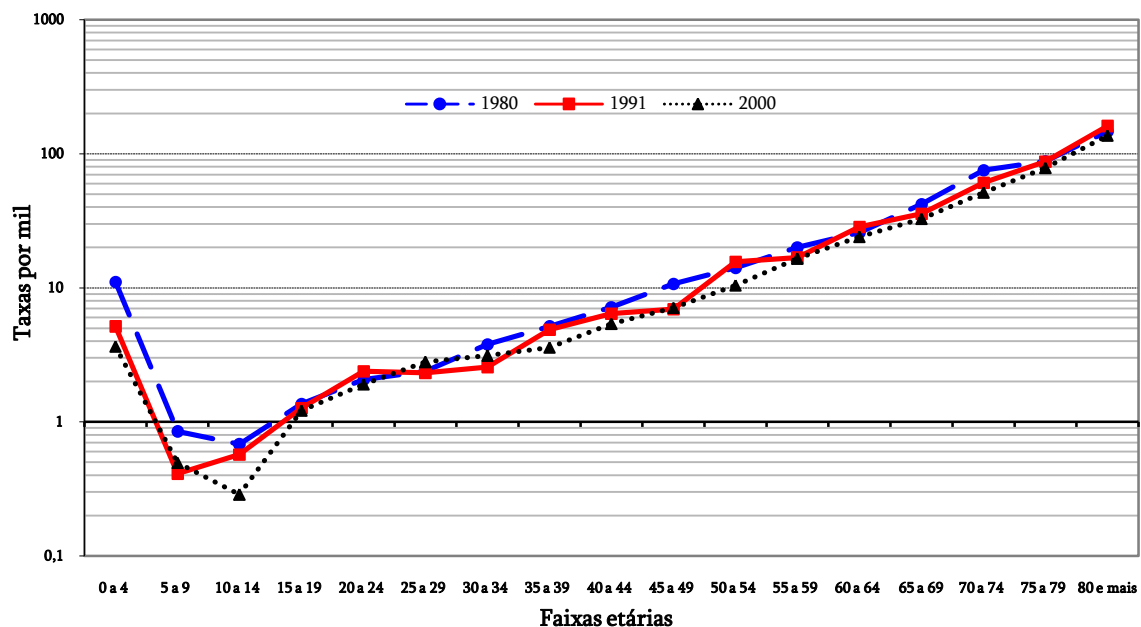
Importante destacar que, embora haja uma tendência geral de diminuição da mortalidade, esse quadro não é homogêneo entre os vários grupos etários. As **Taxas Específicas de Mortalidade**, que se referem ao risco de morte em cada idade ou em cada faixa etária, mostram que houve, no período 1980-2000, significativa redução proporcional das mortes entre as crianças de 0 a 4 anos de idade para ambos os sexos, certamente reflexo da queda da mortalidade infantil no grupo *menor de 1 ano de idade*. Os outros grupos etários também apresentaram redução na taxa de mortalidade, com exceção do grupo *15 a 19 anos* para a população masculina cujas taxas aumentaram em 2000 relativamente a 1980 e 1991. Na análise das causas de morte nesse grupo, ocupam o primeiro lugar as *causas externas*, que se referem às mortes decorrentes de agressões, acidentes, homicídios, entre outras (Gráficos 1 a 3).

Gráfico 1: Taxas específicas de mortalidade em Uberlândia/MG por faixas etárias, 1980, 1991 e 2000 (por mil).



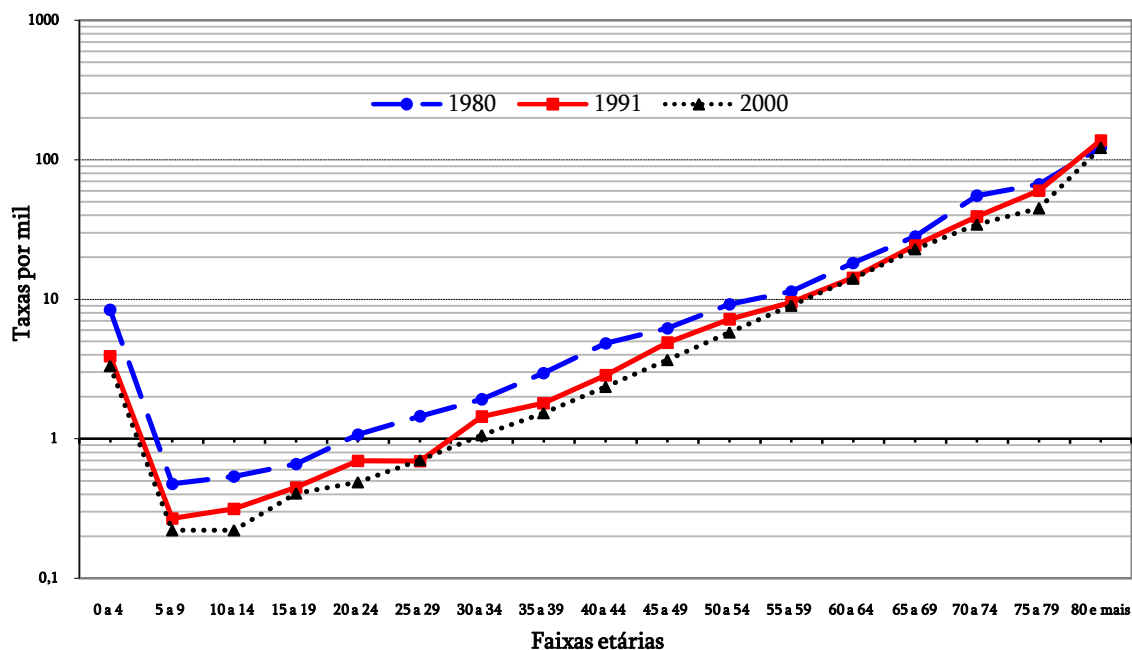
Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM). Elaboração própria.
Gráfico em escala logarítmica.

Gráfico 2: Taxas específicas de mortalidade em Uberlândia/MG para os homens por faixas etárias: 1980, 1991 e 2000 (por mil).



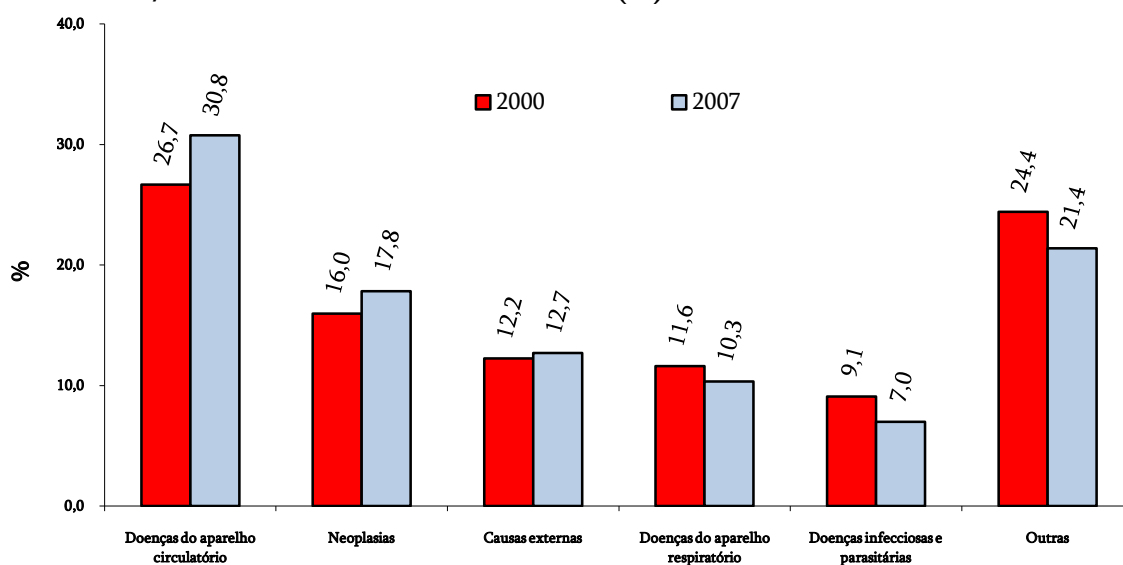
Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM). Elaboração própria.
Gráfico em escala logarítmica.

Gráfico 3: Taxas específicas de mortalidade em Uberlândia/MG para as mulheres por faixas etárias: 1980, 1991 e 2000 (por mil).



O estudo das informações de óbitos por residência ocorridos em Uberlândia no período 2000-2007 mostra as principais causas de morte da população residente, considerando a inter-relação com a idade e o sexo dos indivíduos.

Gráfico 4: Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte em Uberlândia/MG ambos os sexos: 2000 e 2007 (%).



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM). Elaboração própria.

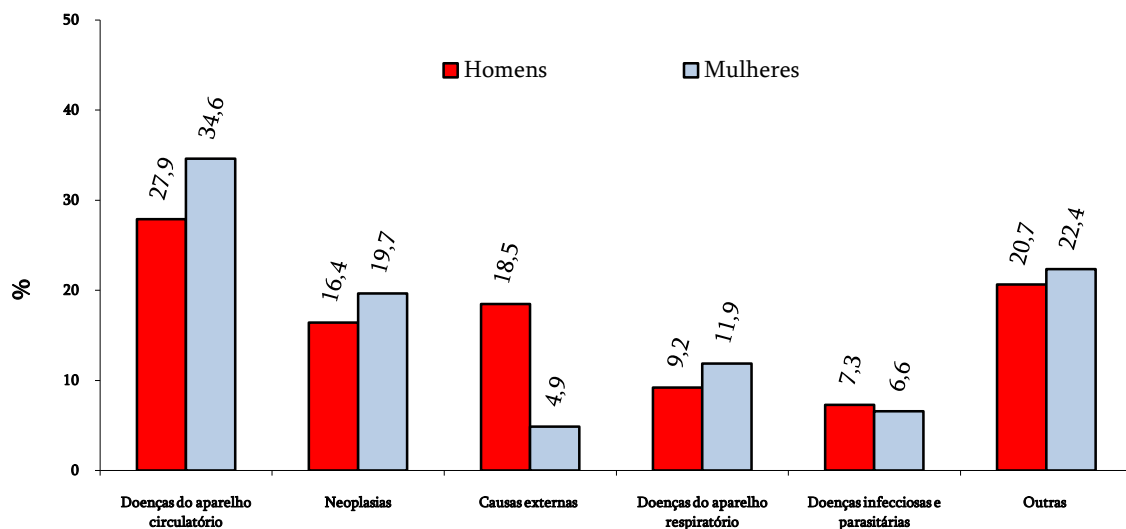
OBS: A ordenação foi feita com base na distribuição dos óbitos registrados em 2000.

Em 2000, as cinco principais causas de morte proporcionais no município eram: *doenças do aparelho circulatório* (26,7%), *neoplasias* (16,0%), *causas externas* (12,2%), *doenças do*

aparelho respiratório (11,6%), *doenças infecciosas e parasitárias* (9,1%), entre outras, como pode ser visto no Gráfico 4. Em 2007, o padrão de mortalidade não sofreu alteração, pois as principais causas dos óbitos foram: *doenças do aparelho circulatório* (30,8%), *neoplasias* (17,8%), *causas externas* (12,7%), *doenças do aparelho respiratório* (10,3%), *doenças infecciosas e parasitárias* (7,0%), entre outras, embora tenha se verificado diminuição no número de mortes por *doenças do aparelho respiratório* e *doenças infecciosas e parasitárias* e aumento nos óbitos por *doenças do aparelho circulatório*, *neoplasias* e *causas externas*.

Na análise das causas de morte por sexo, nota-se, no Gráfico 5, que, em 2007, do total de óbitos femininos, 34,6% ocorreram devido a *doenças do aparelho circulatório*, 19,7% *neoplasias* e 11,9% devido a *doenças do aparelho respiratório*, percentuais que superaram os óbitos masculinos: *doenças do aparelho circulatório* (27,9%), *neoplasias* (16,4%) e *doenças do aparelho respiratório* (9,2%). As mortes por causas externas foram mais significativas para os homens (18,5%) do que para as mulheres (4,9%), reafirmando o que foi dito anteriormente com relação à maior exposição da população do sexo masculino aos óbitos por acidentes de transporte, afogamento, agressões, homicídios, entre outras.

Gráfico 5: Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte em Uberlândia/MG, homens e mulheres: 2007 (%).



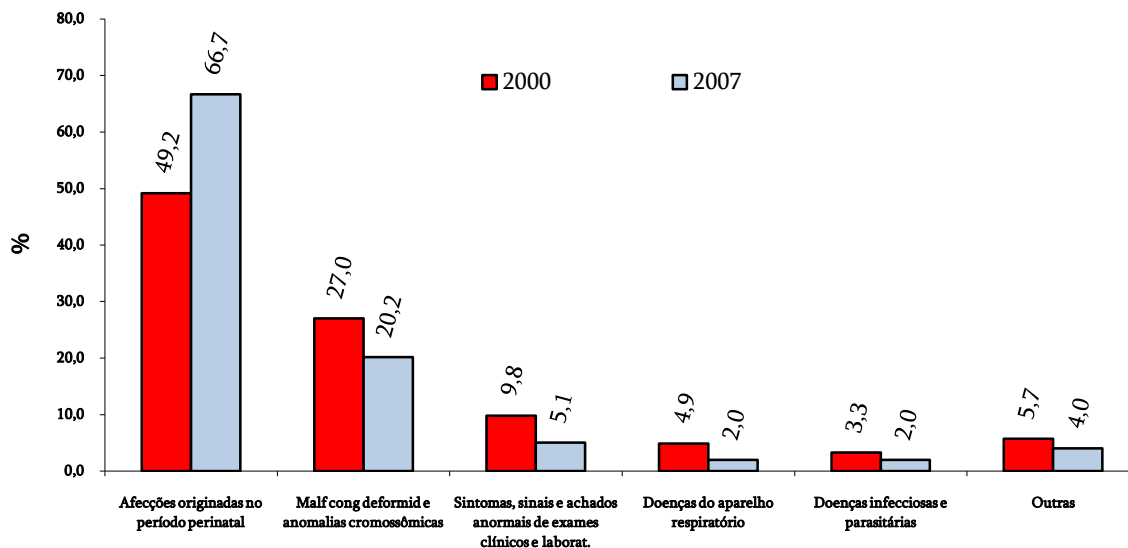
Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM). Elaboração própria.

A partir do número de óbitos por grupos etários selecionados (menor de 1 ano de idade, 15 a 29 anos e 65 anos e mais) foram também analisadas as cinco principais causas de morte em 2000 e 2007.

Entre as crianças menores de um ano de idade observou-se que, tanto em 2000 quanto em 2007, as *afecções originadas no período perinatal* foram a primeira causa de morte com participação relativa de 49,2% e 66,7%, respectivamente. Em seguida, destacou-se ainda a

má formação congênita, deformidade e anomalias cromossômicas como segunda causa dos óbitos em 2000 (27%) e, registrando sensível redução, também em 2007 (20,2%). Gráfico 6.

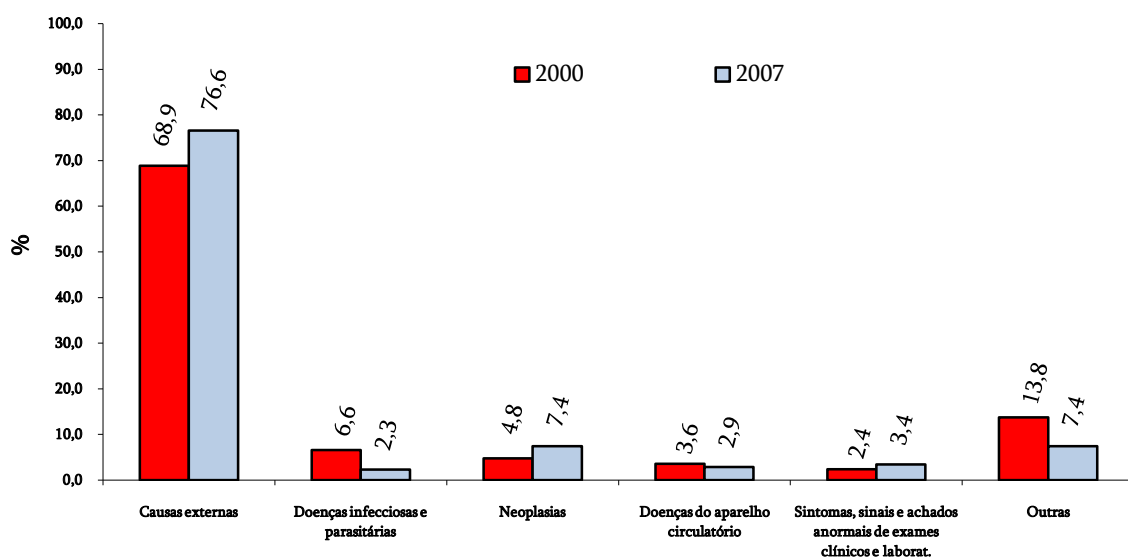
Gráfico 6: Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos menores de 1 ano de idade em Uberlândia/MG, ambos os sexos: 2000 e 2007 (%).



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM). Elaboração própria.

No grupo 15 a 29 anos, a principal causa de morte foram as *causas externas* tanto em 2000 (68,9%) quanto em 2007 (76,6%), como mostra o Gráfico 7. Todas as demais causas registraram participações relativas menores que 10% nestes anos. Importante destacar que, nesse grupo etário, a análise dos óbitos por sexo revela significativa diferenciação no padrão de mortalidade por causas.

Gráfico 7: Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos jovens de 15 a 29 anos em Uberlândia/MG – ambos os sexos: 2000 e 2007 (%).



Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM). Elaboração própria.

OBS: Em 2007, doenças do sistema nervoso apareceram em quarto lugar juntamente com doenças do aparelho circulatório.

Em Uberlândia, no ano de 2007, do total de óbitos masculinos entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, 81,12% ocorreram por causas externas (Tabela 2). Para as mulheres, embora essa também tenha sido a principal causa de morte, a proporção foi menor (56,25%). É importante destacar que o número de óbitos por neoplasias foi significativamente maior entre as mulheres (15,63%) relativamente aos homens (5,59%), o que pôde ser percebido também a respeito das mortes por doenças do aparelho circulatório que, entre as mulheres atingiu a participação relativa de 9,38% e, entre os homens, foi menor que 2%. As doenças infecciosas e parasitárias foram responsáveis por 6,25% dos óbitos femininos em 2007, enquanto, entre os homens, foi responsável por 1,4% das mortes neste ano.

Tabela 2: Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos jovens de 15 a 29 anos em Uberlândia/MG – homens e mulheres: 2007 (%).

Causas de morte	Número	Partic.relativa
<i>Homens</i>		
Causas externas	116	81,12
Neoplasias	8	5,59
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e laborat.	5	3,50
Doenças do sistema nervoso	4	2,80
Doenças infecciosas e parasitárias	2	1,40
Outras	8	5,59
Total	143	100,00
<i>Mulheres</i>		
Causas externas	18	56,25
Neoplasias	5	15,63
Doenças do aparelho circulatório	3	9,38
Doenças infecciosas e parasitárias	2	6,25
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e laborat.	1	3,13
Outras	3	9,38
Total	32	100,00

Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade -SIM). Elaboração própria.

Entre a população idosa (65 anos e mais), os óbitos por *doenças do aparelho circulatório* predominam sobre os demais tanto em 2000 (34,46%) quanto em 2007 (38,06%). As mortes por *neoplasias* (tumores) aumentaram proporcionalmente em 2007 (17,81%) em relação a 2000 (16,64%), enquanto as *doenças do aparelho respiratório* apresentaram redução: 16,32%, em 2000, e 15,17% em 2007 (Tabela 3).

Tabela 3: Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos idosos em Uberlândia/MG – ambos os sexos: 2000 e 2007 (%).

Causas de morte	Número	Partic.relativa
2000		
Doenças do aparelho circulatório	376	34,46
Neoplasias	182	16,68
Doenças do aparelho respiratório	178	16,32
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e laborat.	94	8,62
Doenças infecciosas e parasitárias	83	7,61
Outras	178	16,32
Total	1091	100,00
2007		
Doenças do aparelho circulatório	577	38,06
Neoplasias	270	17,81
Doenças do aparelho respiratório	230	15,17
Doenças infecciosas e parasitárias	101	6,66
Doenças do aparelho digestivo	73	4,82
Outras	265	17,48
Total	1516	100,00

Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade -SIM). Elaboração própria.

A distribuição proporcional das causas de mortes em idosos, por sexo, não apresenta grande discrepância entre homens e mulheres, conforme pode ser observado na Tabela 4. As três principais causas de morte, em 2007, foram: *doenças do aparelho circulatório* (37,53% dos óbitos masculinos e 38,57% dos femininos), *neoplasias* (18,10% e 17,53%, respectivamente) e *doenças do aparelho respiratório* (14,88% e 15,45%). Os resultados apontam para a importância na continuidade dos avanços médicos no tratamento de doenças dos aparelhos circulatório e respiratório, bem como no diagnóstico e tratamento de tumores, que se traduzirão em maior longevidade, com qualidade de vida, para ambos os sexos.

Tabela 4: Distribuição proporcional das cinco principais causas de morte dos idosos em Uberlândia/MG – homens e mulheres: 2007.

Causas de morte	Número	Partic.relativa
Homens		
Doenças do aparelho circulatório	280	37,53
Neoplasias	135	18,10
Doenças do aparelho respiratório	111	14,88
Doenças infecciosas e parasitárias	50	6,70
Doenças do aparelho digestivo	37	4,96
Outras	133	17,83
Total	746	100,00
Mulheres		
Doenças do aparelho circulatório	297	38,57
Neoplasias	135	17,53
Doenças do aparelho respiratório	119	15,45
Doenças infecciosas e parasitárias	51	6,62
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	41	5,32
Outras	127	16,49
Total	770	100,00

Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade -SIM). Elaboração própria.

A Tabela 5 mostra o número de óbitos redutíveis por ações públicas, mediante saneamento básico, imunização e programas especiais de saúde pública, nos anos 2000 a 2007. Observa-se que, mesmo com a persistente queda nos indicadores de mortalidade, programas especiais de saúde pública, incluindo imunização, conjuntamente com melhoras no saneamento, poderiam reduzir em, aproximadamente, de 10% a 7% o número de óbitos, nos últimos anos, percentual significativo tendo em vista a meta de garantir a vida humana.

Tabela 5: Óbitos por causas infecciosas e parasitárias, redutíveis por ações públicas, em Uberlândia/MG, 2000 a 2007.

Óbitos redutíveis por ações públicas	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Nr. Óbitos	% ano	Nr. Óbitos	% ano	Nr. Óbitos	% ano	Nr. Óbitos	% ano	Nr. Óbitos	% ano	Nr. Óbitos	% ano	Nr. Óbitos	% ano	Nr. Óbitos	% ano
Óbitos redutíveis por Saneamento Básico																
Doenças intestinais: Diarréia, gastroenterite e outras	8	0,34	4	0,16	7	0,28	7	0,27	8	0,29	12	0,45	9	0,31	5	0,17
Óbitos redutíveis por Imunização																
Tuberculose	7	0,30	6	0,25	4	0,16	6	0,23	11	0,40	7	0,26	6	0,21	1	0,03
Hepatite viral	1	0,04	3	0,12	7	0,28	10	0,38	5	0,18	8	0,30	7	0,24	6	0,21
Óbitos redutíveis por Programas Especiais																
Doença de Chagas	132	5,63	148	6,06	155	6,30	144	5,46	120	4,38	135	5,05	108	3,74	109	3,77
AIDS	42	1,79	45	1,84	52	2,11	51	1,93	46	1,68	48	1,80	50	1,73	44	1,52
Restante algumas doenç infec e parasitárias	17	0,73	20	0,82	22	0,89	24	0,91	36	1,31	33	1,24	29	1,00	37	1,28
Total de óbitos redutíveis	207	8,83	226	9,25	247	10,04	242	9,17	226	8,25	243	9,09	209	7,23	202	6,99
Total de óbitos	2.343	100	2.444	100	2.461	100	2.639	100	2.741	100	2.672	100	2.891	100	2.890	100

Fonte: Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM). Elaboração própria.

Referências consultadas

- Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Editora do Senado Federal, 1988.
- Fundação João Pinheiro. *Perfil demográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP, 2008.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Políticas sociais – acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, n° 13, 2007.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *IPEADATA*. Disponível em: www.ipeadata.gov.br.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, *SUS 20 anos: a saúde do Brasil*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, *DATASUS – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM*. Disponível em: www.datasus.gov.br.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, 2000.

Seção Especial

Aspectos demográficos e condições de ocupação e renda das pessoas com deficiência.

Ester William Ferreira¹

Esta seção tem por finalidade apresentar alguns resultados obtidos a partir das pesquisas “Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Uberlândia/MG”, realizadas pelo CEPES/IEUFU, em 2004 (Fase I) e em 2008 (Fase II)². Destacam-se, aqui, os aspectos demográficos dos entrevistados, bem como suas condições de ocupação e renda. As tabelas e Figuras utilizadas compõem o artigo *“Pessoas com deficiência e políticas públicas: os desafios para a superação da desigualdade e inclusão no mercado de trabalho”*³, cuja temática permitiu a sumarização das informações divulgadas no Relatório no tocante à análise aqui proposta.

¹ Economista do CEPES/IEUFU e Coordenadora da Pesquisa LIESPDeficiência 2008.

² Em 2004, a pesquisa foi denominada “Levantamento de Informações Econômico-sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia/MG”, e a sigla utilizada para se referir àquela pesquisa é “LIESPPDeficiência”. Os termos “população portadora de deficiência” e “pessoa portadora de deficiência”, naquele momento, eram os mais utilizados. Na pesquisa realizada em 2008, foram utilizados os termos “população com deficiência” e “pessoa com deficiência” por serem estes os termos considerados, atualmente, mais adequados para se referir a esse estrato da população. Por isso, a denominação da pesquisa, na Fase II, é “Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Uberlândia/MG, e sua sigla, é LIESPDeficiência, da qual foi retirada uma das letras “P” que se referia à palavra “portadora”. Os Relatórios de ambas as pesquisas podem ser encontrados no endereço eletrônico: www.ie.ufu.br/cepes.

³ Artigo selecionado para apresentação no XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, realizado em Campinas – São Paulo/Brasil, de 28 de setembro a 1º de outubro de 2009, cujos autores são Marlene Marins de Camargos Borges, Darcilene Cláudio Gomes, Ester William Ferreira e Luiz Bertolucci.

Ambas as pesquisas foram propostas ao CEPES pelo Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (COMPOD), pelo Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho 3ª Região–MG, pelo Ministério do Trabalho e Emprego/Subdelegacia Regional de Uberlândia/MG e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Uberlândia/MG, com o objetivo de construir uma base de informações sobre a população com deficiência no município que possa servir de subsídio para a elaboração de políticas públicas e de projetos que busquem a melhoria das condições de acessibilidade e de empregabilidade da pessoa com deficiência (PCD) em Uberlândia.

Em que pese a existência de pesquisas censitárias realizadas pelo IBGE, Censo Demográfico de 2000, e pelo CEPES, Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia-2001⁴, fazia-se necessário construir uma base de informações que pudesse traçar o perfil demográfico e socioeconômico das PCD no município, visando identificar aquelas com potencial de inserção imediata nas vagas disponíveis no mercado de trabalho⁵ e também outras que necessitavam de formação básica e capacitação profissional para futura inserção neste mercado.

Com a publicação do Decreto Federal 5296, em dezembro de 2004, houve mudança na definição do que vem a ser pessoa com deficiência, excluindo alguns critérios estabelecidos no Decreto 3298/99 e acrescentando novas categorias. Isso fez com que o banco de dados, gerado na FASE I, passasse a apresentar desconformidades para o cumprimento da Lei 8213/91, intitulada Lei de Cotas, que impõe às empresas, com mais de 100 funcionários, a reserva de um percentual do seu quadro de funcionários a ser preenchido por pessoas com deficiência ou reabilitadas pelo INSS. O não cumprimento dessa lei tem sido justificado pelo fato de não se ter informações cadastrais sobre essa população com disponibilidade e com potencial para ocupar tais vagas.

A realização desta FASE II justificou-se, portanto, para atualização do banco de dados cadastrais já existente, porém não completo, com informações demográficas e socioeconômicas de milhares de pessoas com deficiência, que não foram pesquisadas na FASE I, permitindo que os futuros projetos de capacitação e inserção destas pessoas no mercado de trabalho formal sejam elaborados com informações mais consistentes e com maior detalhamento da população pesquisada.

A abrangência das pesquisas realizadas em 2004 e 2008 cumpriu o propósito de gerar uma base de dados, em período intercensitário, com um nível de detalhamento ainda

⁴ LEME, Heládio J.C. (2001). Esse relatório de pesquisa está disponível em: www.ie.ufu.br/cepes.

⁵ Abertas a partir da Lei de Cotas (Lei 8213/91).

não contemplado em inquéritos anteriores. Por meio do questionário aplicado na pesquisa de campo, foi possível obter diversas informações: características dos domicílios dos entrevistados; origem; etnia/cor; estado civil; escolaridade; qualificação; tipo de alteração ou deficiência e suas causas; meio de transporte mais utilizado; principais dificuldades de acesso na cidade; condições de ocupação e renda, principais dificuldades para inserção no mercado de trabalho, entre outras.

Aproximadamente 3600 PCD foram pesquisadas em cada edição do Levantamento. Em 2004, os recursos destinados ao financiamento da pesquisa permitiram visitar 7006 PCD, o que representou 11,06% da população com deficiência residente em Uberlândia (63349), segundo Censo Demográfico de 2000. Na Fase II, quando foi possível visitar 6281 pessoas com deficiência, alcançou-se a participação relativa de 9,76% do universo de pessoas que declararam, no último censo, possuir alguma incapacidade.

Em 2004, do total de 7006 PCD visitadas, 3574 responderam o *Questionário Completo*, enquanto 257, o *Questionário Simplificado*⁶. Do total de 3574, 46,25% tinham *Deficiência Física*; 18,33%, *Deficiência Mental*; 11,78%, *Deficiência Visual*; 10,72%, *Deficiência Múltipla*; 10,30%, *Deficiência Auditiva* e 1,93% não assinalaram o tipo de deficiência.

Em 2008, de 6281 PCD visitadas, 3581 responderam o *Questionário Completo*, 370 (5,89%) responderam o *Questionário Simplificado* e apenas 2 (0,031%) responderam parcialmente o questionário no total de 6281 PCD visitadas. Desses 3581, 39,43% afirmaram possuir *Deficiência Física*; 28,26% têm *Deficiência Mental*; 12,12%, *Deficiência Visual*; 9,72%, *Deficiência Auditiva* e 8,94%, *Deficiência Múltipla*. Os demais (1,53%) não assinalaram o tipo de deficiência.

A construção da base de informações cadastrais, em ambas as pesquisas, se deu a partir de pesquisa domiciliar, com visitas às residências das PCD, e também por meio de visitas às instituições e escolas que prestam apoio a elas.

Para localizar as pessoas pesquisadas, em 2004, foram utilizadas as seguintes fontes: o cadastro da SETTRAN (Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes), desenvolvido para a concessão de gratuidade no transporte coletivo da cidade; o cadastro do “Programa Porta-a-porta”⁷, também fornecido por essa Secretaria; a base de dados da pesquisa

⁶ Em 2004, definiu-se como *Questionário Simplificado* aquele em que constavam as informações do domicílio da pessoa com deficiência que tinha idade inferior a 13 ou superior a 60 anos, e por *Questionário Completo* aquele em que constavam as informações das pessoas com deficiência cujas idades estavam compreendidas entre 13 e 60 anos. De maneira semelhante, mas com mudanças nas idades, em 2008, no *Questionário Simplificado* constavam as informações do domicílio da pessoa com deficiência que tinha idade inferior a 13 ou superior a 64 anos, enquanto no *Questionário Completo* constavam as informações das pessoas com deficiência cujas idades estavam compreendidas entre 13 e 64 anos.

⁷ É atualmente denominado “Transporte acessível”. Esse programa disponibiliza gratuitamente à pessoa com deficiência, comprovadamente de baixa renda e cuja deficiência impede a utilização do transporte público convencional, veículo adaptado para alguns tipos de deslocamento.

“Condições Sócio-econômicas das Famílias de Uberlândia/MG” (2001); o cadastro fornecido pelas Associações/Instituições que, naquele momento, desenvolviam atividades e prestavam apoio e orientação à população com deficiência; as informações fornecidas pelas escolas municipais vinculadas ao Ensino Especial e também o cadastro de ligações telefônicas recebidas por uma linha fixa diretamente ligada à pesquisa.

Em 2008, partiu-se principalmente dos cadastros de gratuidade das pessoas com deficiência e do “Programa Porta-a-porta”, ambos disponibilizados pela SETTRAN, porque detinham os dados cadastrais de pessoas com deficiência mais atualizados e, ainda, porque os cadastros foram realizados atendendo o Decreto nº 5296, em vigor a partir de dezembro de 2004, que trouxe mudanças na definição do que é deficiência.

Na Fase II, adotou-se como corte etário a faixa “13 a 64 anos”, entendida como faixa de idade que favorece analisar a capacidade de absorção presente e futura da PCD no mercado de trabalho, embora, na pesquisa realizada em 2004, a faixa de idade estabelecida tenha sido “13 a 60 anos”.

Vale destacar que as PCD que integram o cadastro para concessão de gratuidade da SETTRAN, cadastro de referência da pesquisa, passaram por avaliação médica, visando identificar se a deficiência declarada atende ao disposto no Decreto nº 5296/2004. As outras PCD encontradas nos domicílios e não relacionadas no cadastro de referência declararam-se deficientes, definindo o tipo de deficiência.

No preenchimento do questionário, o entrevistado (ou informante) preferencial foi a PCD, mas ocorreram casos em que esta tinha dificuldade de comunicação (por exemplo, algumas com deficiência auditiva) ou dificuldade para responder os quesitos (por exemplo, pessoas com deficiência mental). Nesses casos, um membro de seu grupo domiciliar foi quem forneceu as informações necessárias ao preenchimento do questionário.

No que se refere às informações sobre deficiência, foram utilizadas as seguintes definições fundamentadas no Decreto 5296, de dezembro de 2004:

Deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Tipos de alteração ou deficiência:

Deficiência Auditiva: perda das possibilidades auditivas sonoras, podendo ser bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz.

Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

Deficiência Visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

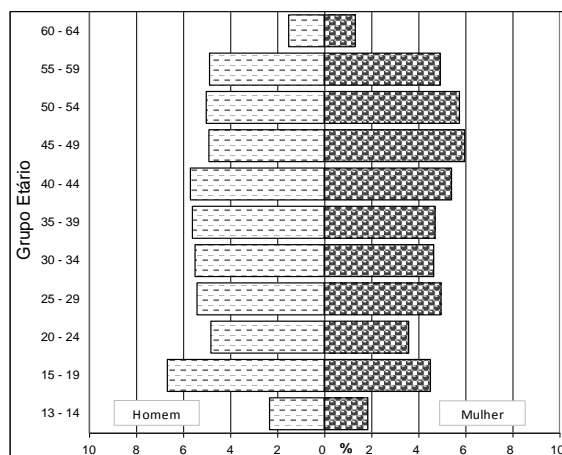
Deficiência Múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

Aspectos demográficos e condições de ocupação e renda.

Os resultados das pesquisas mostraram que as PCD pesquisadas, em 2008, apresentaram estrutura etária mais envelhecida relativamente àquelas pesquisadas em 2004, com maior participação de grupos etários nas idades adultas, principalmente entre 15 e 65 anos. Tanto para os homens quanto para as mulheres, os grupos etários com idades acima de 30 anos são os mais representativos, embora seja relevante o contingente de PCD no grupo etário 15 a 19 anos (Figuras 1 e 2).

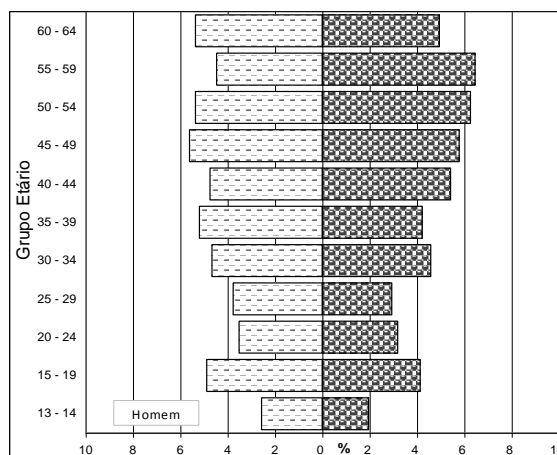
Mesmo considerando que o levantamento de 2008 baseou-se em cadastro amostral diferenciado em relação à pesquisa com PCD, realizada em 2004, nota-se em ambas as estruturas etárias que existe certa concentração de pessoas nas idades entre 15 e 45 anos, indicando que são pessoas, pelo menos quanto à idade, posicionadas em idades propícias à inserção no mercado de trabalho. (BERTOLUCCI, 2009, pág. 42)

FIGURA 1
Estrutura Etária das Pessoas com Deficiência
Uberlândia-MG / 2004.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência, 2004.

FIGURA 2
Estrutura Etária das Pessoas com Deficiência
Uberlândia-MG / 2008.



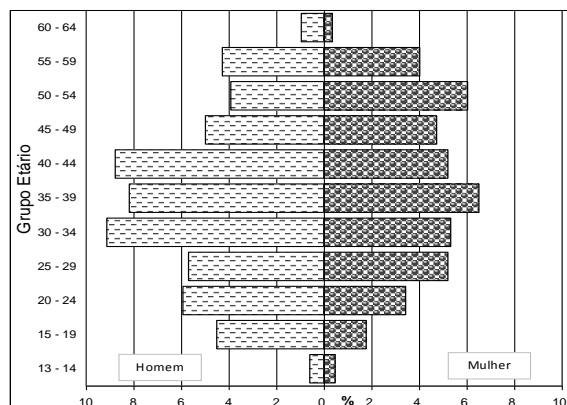
Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência, 2008.

Contudo, ao analisar a situação de trabalho das PCD residentes em Uberlândia/MG, verificou-se que apenas 845 pessoas responderam que trabalhavam, em 2004, representando 23,64% do total de pessoas pesquisadas, enquanto 2717 (76,02%) não trabalhavam. Em 2008, a situação era semelhante - 663 (18,51%) trabalhavam e 2914 (81,37%) não trabalhavam.

Dentre a minoria de PCD que trabalhavam em 2004 (845), a maior parte estava concentrada nas idades entre 30 e 45 anos (Figura 3).

Figura 3

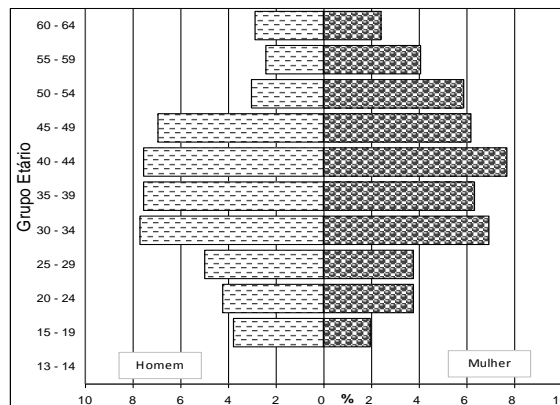
Estrutura Etária das Pessoas com Deficiência que Trabalham.
Uberlândia-MG / 2004.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência, 2004.

Figura 4

Estrutura Etária das Pessoas com Deficiência que Trabalham.
Uberlândia-MG / 2008.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência, 2008.

Em 2008, dos 663 entrevistados que trabalhavam, para ambos os sexos, prevaleceram as idades entre 30 e 49 anos (Figura 4). Nas idades mais jovens, entre 15 e 30 anos, a participação masculina de PCD trabalhando é superior à feminina, relação esta que

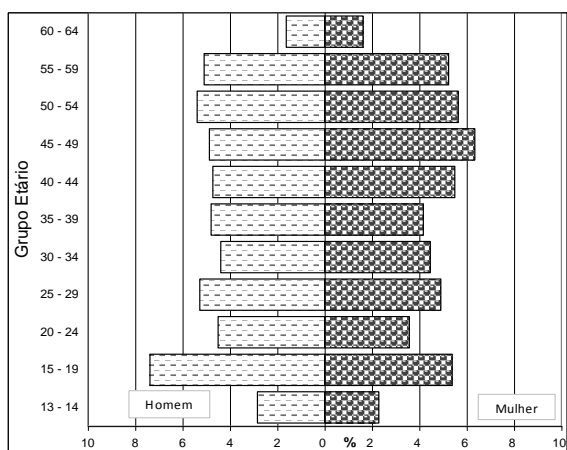
se inverte nas idades mais avançadas, acima de 50 anos, quando a participação de mulheres trabalhando é relativamente superior à de homens (CAMARGOS BORGES et al., 2009).

Dentre as PCD que não trabalhavam, em ambos os períodos, observou-se que a participação de jovens é expressiva. No entanto, o percentual de não empregados nas idades a partir de 40 anos é mais significativo (Figuras 5 e 6).

Na análise demográfica dos que trabalham e dos que não trabalham por tipo de deficiência, constatou-se que as maiores participações dos que trabalham são de pessoas com deficiência física e auditiva, respectivamente. As pessoas com deficiência mental, visual, múltipla ou outro tipo de deficiência contam com percentuais bem menores das pessoas que trabalham (Figuras 7 e 8).

Figura 5

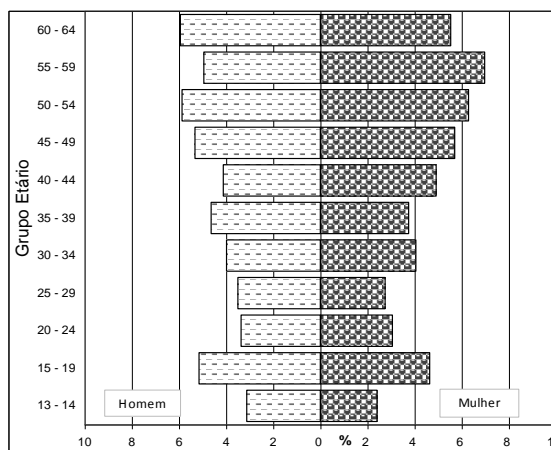
Estrutura Etária das Pessoas com Deficiência que Não Trabalham. Uberlândia-MG / 2004.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência, 2004.

Figura 6

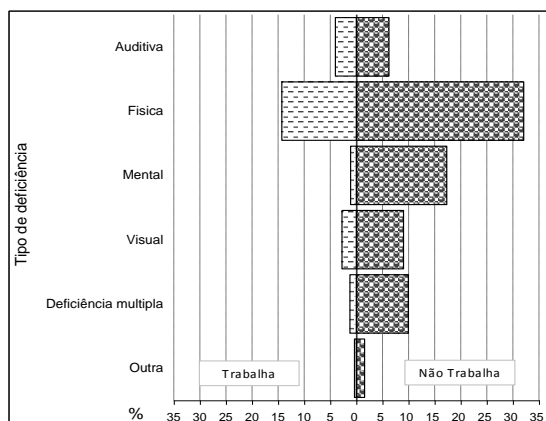
Estrutura Etária das Pessoas com Deficiência que Não Trabalham. Uberlândia-MG / 2008.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência, 2008.

Figura 7

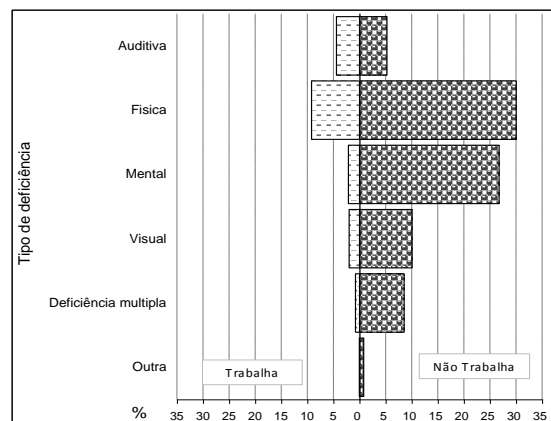
Pessoas por Tipo de Deficiência e Situação de Trabalho. Uberlândia-MG / 2004.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência, 2004.

Figura 8

Pessoas por Tipo de Deficiência e Situação de Trabalho. Uberlândia-MG / 2008.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência, 2008.

Ao classificar o total de PCD em relação à situação de trabalho e escolaridade, observa-se que, em 2004, parcela significativa das pessoas que trabalhavam declarou possuir o Fundamental Incompleto e o Médio Completo, correspondendo aos percentuais de 39,64% e 22,60%, respectivamente. Quadro semelhante pôde ser observado em 2008. Dentre os que trabalhavam 38,61% tinham o Fundamental Incompleto e 23,53% o Médio Completo (Tabela 1).

Tabela 1: Pessoas com deficiência segundo a escolaridade e situação de trabalho. Uberlândia/MG - 2004 e 2008.

Escolaridade	Trabalham		Não trabalham		Não responderam		Total	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
2004								
Não Lê e Não Escreve	46	5,44	584	21,49	-	-	630	17,63
Lê e Escreve (sem escolaridade)	11	1,30	112	4,12	-	-	123	3,44
1º Grau Incompleto/ Fundam.	335	39,64	1364	50,20	8	66,67	1707	47,76
1º Grau Completo/ Fundam.	82	9,70	157	5,78	2	16,67	241	6,74
2º Grau Incompleto/ Médio	89	10,53	180	6,62	-	-	269	7,53
2º Grau Completo/ Médio	191	22,60	207	7,62	-	-	398	11,14
Superior Incompleto	34	4,02	36	1,32	-	-	70	1,96
Superior Completo	29	3,43	19	0,70	-	-	48	1,34
Pós-Graduação	18	2,13	3	0,11	-	-	21	0,59
Outro	5	0,59	34	1,25	-	-	39	1,09
Não responderam	5	0,59	21	0,77	2	16,67	28	0,78
Total	845	100	2717	100	12	100	3574	100
2008								
Não Lê e Não Escreve	23	3,47	463	15,89	-	-	486	13,57
Lê e Escreve (sem escolaridade)	15	2,26	132	4,53	-	-	147	4,10
1º Grau Incompleto/ Fundam.	256	38,61	1527	52,40	2	50,00	1785	49,85
1º Grau Completo/ Fundam.	71	10,71	225	7,72	-	-	296	8,27
2º Grau Incompleto/ Médio	59	8,90	185	6,35	1	25,00	245	6,84
2º Grau Completo/ Médio	156	23,53	268	9,20	-	-	424	11,84
Superior Incompleto	37	5,58	44	1,51	-	-	81	2,26
Superior Completo	27	4,07	34	1,17	-	-	61	1,70
Pós-Graduação	14	2,11	7	0,24	-	-	21	0,59
Outro	5	0,75	27	0,93	-	-	32	0,89
Não responderam	-	-	2	0,07	1	25,00	3	0,08
Total	663	100	2914	100	4	100	3581	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDdeficiência – Uberlândia/MG, 2004 e Pesquisa LIESPDdeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Quando se analisa a escolaridade das PCD que não trabalhavam tem-se que a maioria apresenta baixa escolaridade. Em 2004, 25,61% declararam não possuir nenhuma escolaridade (não lê e não escreve ou apenas lê e escreve, sem escolaridade) e 50,20% possuíam apenas o 1º Grau Incompleto/Fundamental. Em 2008, 20,42% declararam não

possuir nenhuma escolaridade e 52,40% possuíam apenas o 1º Grau Incompleto/Fundamental.

A informação de que grande parte das PCD possui baixo nível de escolaridade, ou seja, que o maior contingente dessas pessoas se concentra na categoria com Primeiro Grau Incompleto, evidencia as condições precárias de inserção das PCD no mercado de trabalho, o que as leva a ocupar postos de trabalho que exigem baixo grau de qualificação e, conseqüentemente, a se enquadrar em ocupações com baixa remuneração. (CAMARGOS BORGES et al., 2009)

Dentre as 2717 PCD que declararam não trabalhar, em 2004, constatou-se que 696 (25,62%) não possuíam escolaridade (não liam e não escreviam ou apenas liam, sem escolaridade), e estes se concentravam nas faixas de idade 13 a 24 anos (31,32%) e 50 a 60 anos (21,40%). Essas duas faixas conjuntamente representaram 52,73% de pessoas que não possuíam nenhuma escolaridade. Dos que declararam ter apenas o 1º Grau Incompleto/Fundamental (1364), observou-se que 24,34% se concentravam na faixa de 13 a 24 anos e 28,37% na faixa de 50 a 60 anos de idade, perfazendo um total de 52,71% nestas duas faixas.

Em 2008, verificou-se que, do total de 2914 PCD que declararam não trabalhar, 595 afirmaram não possuir nenhuma escolaridade, dos quais 27,89% concentravam-se na faixa de 13 a 24 anos e 20,50% na faixa 50 a 60 anos. Somando estas duas faixas tem-se que 41,40% das PCD que não trabalhavam não tinham escolaridade. Dos que declararam ter apenas o 1º Grau Incompleto/Fundamental (1527), observou-se que 22,53% se concentravam na faixa de 13 a 24 anos e 29,47% na faixa de 50 a 60 anos de idade, representando um total de 52% nestas duas faixas de idade.

Na análise das informações referentes às PCD que declararam não trabalhar quanto ao tempo que não trabalham, os dados apontam, conforme Tabela 2, que, do total de 2717 PCD, em 2004, identifica-se que 40,26% são pessoas que afirmaram nunca ter trabalhado e que 41,11% declararam que há mais de três anos não trabalham, totalizando um percentual de 81,37% nessas duas condições.

Em 2008, do total de 2914 PCD que não trabalhavam, 35,48% afirmaram nunca ter trabalhado e que 49,49% declararam que há mais de três anos não trabalham, perfazendo um percentual de 84,97%. Isto significa que o não acesso das PCD ao mercado de trabalho, pelo fato de nunca terem trabalhado ou por estarem um longo tempo sem trabalho, contribui para dificultar a sua inserção no mercado de trabalho. (CAMARGOS BORGES et al., 2009)

Tabela 2: Pessoas com deficiência que não trabalham quanto ao tempo que não trabalham segundo o sexo. Uberlândia/MG - 2004 e 2008.

Tempo que não trabalha	Feminino		Masculino		Total	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
2004						
Nunca trabalhou	567	42,76	527	37,89	1094	40,26
Há menos de 6 meses	63	4,75	78	5,61	141	5,19
De 6 meses a 1 ano	54	4,07	51	3,67	105	3,86
Mais de 1 ano a 2 anos	32	2,41	74	5,32	106	3,9
Mais de 2 anos a 3 anos	66	4,98	86	6,18	152	5,59
Há mais de 3 anos	543	40,95	574	41,27	1117	41,11
Não responderam	1	0,08	1	0,07	2	0,07
Total	1326	100	1391	100	2717	100
2008						
Nunca trabalhou	538	36,90	496	34,07	1034	35,48
Há menos de 6 meses	41	2,81	40	2,75	81	2,78
De 6 meses a 1 ano	30	2,06	39	2,68	69	2,37
Mais de 1 ano a 2 anos	48	3,29	64	4,40	112	3,84
Mais de 2 anos a 3 anos	58	3,98	75	5,15	133	4,56
Há mais de 3 anos	718	49,25	724	49,73	1442	49,49
Não responderam	25	1,71	18	1,24	43	1,48
Total	1458	100	1456	100	2914	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004 e Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Em ambas as pesquisas foram perguntados aos entrevistados os motivos por que não estavam trabalhando. A Tabela 3 mostra que, em 2004, 57,12% afirmaram “não trabalhar porque a deficiência o impede”, seguidos dos 14,17% que declararam “querer trabalhar, procurou trabalho, mas não encontrou” e, finalmente, os 9,64% que responderam “quer trabalhar, mas não procurou trabalho”.

Enquanto isso, ainda em 2004, apenas 5,96% dos que não trabalhavam afirmaram “não querer trabalhar”; 4,20% marcaram a opção “não trabalha para não perder o benefício”; 5,01% afirmaram que “encontrou trabalho, mas não foi aceito” e 1,99% declarou “querer trabalhar, mas a família não permite”.

Em 2008, o destaque é dado principalmente para as 73,75% das PCD que afirmaram “não trabalhar porque a deficiência o impede”. Ainda nesse ano, dos que não trabalhavam, 5,46% “não trabalha para não perder o benefício”; 4,70% declararam “querer trabalhar, procurou trabalho, mas não encontrou”; 4,53% afirmaram “não querer trabalhar”; 2,51% responderam “quer trabalhar, mas não procurou trabalho”; 2,23% afirmaram que “encontrou trabalho, mas não foi aceito” e 2,09% declararam “querer trabalhar, mas a família não permite”.

Tabela 3: Pessoas com deficiência que não trabalham quanto aos motivos por que não trabalham, segundo o sexo. Uberlândia/MG - 2004 e 2008.

Motivos porque não trabalham	Feminino		Masculino		Total	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
2004						
Não quer trabalhar	98	7,39	64	4,6	162	5,96
A deficiência o impede	737	55,58	815	58,59	1552	57,12
Não quer perder o benefício	36	2,71	78	5,61	114	4,2
Encontrou trabalho, mas não foi aceito	64	4,83	72	5,18	136	5,01
Quer trabalhar, mas não procurou trabalho	131	9,88	131	9,42	262	9,64
Quer trabalhar, mas a família não permite	40	3,02	14	1,01	54	1,99
Quer trabalhar, procurou trabalho, mas não encontrou trabalho	194	14,63	191	13,73	385	14,17
Outro motivo	-	-	-	-	-	-
Não responderam	26	1,96	26	1,87	52	1,91
Total	1326	100	1391	100	2717	100
2008						
Não quer trabalhar	75	5,14	57	3,91	132	4,53
A deficiência o impede	1077	73,87	1072	73,63	2149	73,75
Não quer perder o benefício	58	3,98	101	6,94	159	5,46
Encontrou trabalho, mas não foi aceito	40	2,74	25	1,72	65	2,23
Quer trabalhar, mas não procurou trabalho	34	2,33	39	2,68	73	2,51
Quer trabalhar, mas a família não permite	39	2,67	22	1,51	61	2,09
Quer trabalhar, procurou trabalho, mas não encontrou trabalho	71	4,87	66	4,53	137	4,70
Outro motivo	64	4,39	74	5,08	138	4,74
Não responderam	-	-	-	-	-	-
Total	1458	100	1456	100	2914	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004 e Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Na análise da distribuição das PCD que trabalhavam, segundo faixas etárias e escolaridade, verifica-se que, em 2004, a maioria declarou possuir o 1º Grau Incompleto/Fundamental e 2º Grau Completo/ Médio, correspondendo a um total de 526 pessoas (62,25%), que se concentravam principalmente nas faixas entre 30 e 60 anos (Tabela 4).

Em 2008, a maioria das PCD também declarou possuir o 1º Grau Incompleto/Fundamental e 2º Grau Completo/ Médio, correspondendo a um total de 412 pessoas (62,14%), e se concentravam principalmente nas faixas entre 30 e 49 anos.

Tabela 4: Pessoas com deficiência que trabalham segundo a escolaridade e faixas etárias. Uberlândia/MG – 2004 e 2008.

Escolaridade	Faixas etárias (em anos)													
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60		Outras Idades*		Total	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
2004														
Não Lê e Não Escreve	4	8,70	3	6,52	8	17,39	10	21,74	19	41,30	2	4,35	46	100
Lê e Escreve (sem escolaridade)	-	-	2	18,18	3	27,27	3	27,27	3	27,27	-	-	11	100
1º Grau Incompleto/ Fundam.	58	17,31	15	4,48	89	26,57	81	24,18	91	27,16	1	0,30	335	100
1º Grau Completo/ Fundam.	11	13,41	4	4,88	29	35,37	23	28,05	15	18,29	-	-	82	100
2º Grau Incompleto/ Médio	33	37,08	15	16,85	25	28,09	13	14,61	3	3,37	-	-	89	100
2º Grau Completo/ Médio	29	15,18	36	18,85	56	29,32	48	25,13	22	11,52	-	-	191	100
Superior Incompleto	2	5,88	7	20,59	15	44,12	6	17,65	4	11,76	-	-	34	100
Superior Completo	2	6,90	8	27,59	7	24,14	9	31,03	3	10,34	-	-	29	100
Pós-Graduação	1	5,56	2	11,11	8	44,44	6	33,33	1	5,56	-	-	18	100
Outro	1	20,00	-	-	3	60,00	-	-	1	20,00	-	-	5	100
Não responderam	-	-	-	-	3	60,00	1	20,00	1	20,00	-	-	5	100
Total	141	16,69	92	10,89	246	29,11	200	23,67	163	19,29	3	0,36	845	100
2008														
Não Lê e Não Escreve	2	8,70	4	17,39	6	26,09	5	21,74	4	17,39	2	8,70	23	100
Lê e Escreve (sem escolaridade)	2	13,33	2	13,33	2	13,33	3	20,00	6	40,00	-	-	15	100
1º Grau Incompleto/ Fundam.	31	12,11	15	5,86	62	24,22	85	33,20	49	19,14	14	5,47	256	100
1º Grau Completo/ Fundam.	5	7,04	5	7,04	21	29,58	21	29,58	15	21,13	4	5,63	71	100
2º Grau Incompleto/ Médio	17	28,81	5	8,47	17	28,81	10	16,95	9	15,25	1	1,69	59	100
2º Grau Completo/ Médio	23	14,74	19	12,18	47	30,13	42	26,92	23	14,74	2	1,28	156	100
Superior Incompleto	11	29,73	3	8,11	14	37,84	6	16,22	1	2,70	2	5,41	37	100
Superior Completo	-	-	3	11,11	14	51,85	6	22,22	3	11,11	1	3,70	27	100
Pós-Graduação	-	-	-	-	5	35,71	8	57,14	1	7,14	-	-	14	100
Outro	-	-	2	40,00	1	20,00	2	40,00	-	-	-	-	5	100
Total	91	13,73	58	8,75	189	28,51	188	28,36	111	16,74	26	3,92	663	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004 e Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos.

Dentre as 845 pessoas que responderam estar trabalhando, em 2004, 833 declararam a sua ocupação principal, e apenas 12 não responderam ou não souberam responder. As ocupações que se destacaram foram: Auxiliar Administrativo (13,93%), Serviços Gerais (5,76%), Doméstica (4,8%), Técnico (4,44%) e Vendedor (4,32%). Em 2008, do total de 663 pessoas que responderam que estavam trabalhando, 471 declararam a sua ocupação principal. Neste ano, as ocupações que apresentaram maior incidência foram: Serviços Domésticos (10,2%), Vendedor (7,86%), Serviços Gerais (7,43%), Auxiliar Administrativo (6,37%). Por meio dessas respostas, foi possível perceber uma concentração de PCD em ocupações que, tradicionalmente, requerem baixa qualificação e exigem menor escolaridade para o seu exercício. (CAMARGOS BORGES et al., 2009)

A Tabela 5 traz as informações das PCD que trabalham distribuídas por posição na ocupação, segundo o sexo. Observa-se que 38,82%, em 2004, e 49,17%, em 2008, trabalham com registro em carteira, encontrando-se numa situação de trabalho regular da qual fazem parte também os funcionários públicos (14,67% e 8,9%, respectivamente) e os trabalhadores com contrato temporário - 2,6%, em 2004, e 3,17% em 2008.

Tabela 5: Pessoas com deficiência que trabalham quanto à posição na ocupação, segundo o sexo. Uberlândia/MG – 2004 e 2008.

Posição na ocupação	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
2004						
Empregado c/ carteira	139	37,27	189	40,04	328	38,82
Empregado s/ carteira	50	13,4	49	10,38	99	11,72
Temporário c/ contrato	14	3,75	8	1,69	22	2,6
Temporário s/ contrato	10	2,68	18	3,81	28	3,31
Conta própria	61	16,36	106	22,46	167	19,77
Funcionário Público	71	19,03	53	11,23	124	14,67
Empregador	1	0,27	3	0,64	4	0,47
Outro	23	6,17	40	8,47	63	7,46
Não responderam	4	1,07	6	1,27	10	1,18
Total	373	100	472	100	845	100
2008						
Empregado c/ carteira	153	47,08	173	51,18	326	49,17
Empregado s/ carteira	24	7,38	21	6,21	45	6,79
Temporário c/ contrato	9	2,77	12	3,55	21	3,17
Temporário s/ contrato	24	7,38	16	4,73	40	6,03
Conta própria	62	19,08	72	21,3	134	20,21
Funcionário Público	38	11,69	21	6,21	59	8,9
Empregador	2	0,62	3	0,89	5	0,75
Outro	8	2,46	12	3,55	20	3,02
Não responderam	5	1,54	8	2,37	13	1,96
Total	325	100	338	100	663	100

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004 e Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

A outra parcela das PCD – 43,91%, em 2004, e 38,76%, em 2008 – desenvolve atividades nos segmentos considerados pouco estruturados do mercado de trabalho, constituídos daqueles que têm emprego sem carteira (por tempo indeterminado ou temporário), dos trabalhadores por conta própria e dos que desenvolvem outras modalidades de trabalho - não remunerado, eventuais, cooperado. (CAMARGOS BORGES et al., 2009)

Na análise por gênero, constata-se que as mulheres têm maior participação relativa no setor público em contraposição à participação dos homens – 19,03% versus 11,23%, respectivamente, em 2004, e 11,69% versus 6,21% em 2008. Por outro lado, entre eles é maior a participação como trabalhadores por conta própria, tanto em 2004 quanto em 2008, embora, neste último ano, a participação de mulheres neste segmento (19,08%) tenha se aproximado da participação de homens (21,3%).

A Tabela 6 traz as informações sobre o acesso ou não das PCD a programas governamentais de transferência de renda e previdenciários. Do total de 3574 entrevistados, em 2004, 54,25% afirmaram não receber qualquer benefício. Em 2008, esse percentual é sensivelmente menor (39,75% de 3581 entrevistados).

Tabela 6: Pessoas com deficiência quanto ao recebimento de benefícios, segundo o sexo. Uberlândia/MG – 2004 e 2008.

Benefício	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
2004						
Aposentadoria comum	21	1,23	24	1,28	45	1,26
Aposentadoria/invalidez	381	22,37	579	30,95	960	26,86
Bolsa-escola	20	1,17	25	1,34	45	1,26
Pensão	89	5,23	58	3,1	147	4,11
Auxílio-doença	107	6,28	163	8,71	270	7,55
Seguro-desemprego	3	0,18	3	0,16	6	0,17
BPC	11	0,65	16	0,86	27	0,76
Prog. Complementares	-	-	-	-	-	-
Outro benefício	67	3,93	68	3,63	135	3,78
Nenhum benefício	1004	58,95	935	49,97	1939	54,25
Total	1703	100	1871	100	3574	100
2008						
Aposentadoria comum	32	1,81	39	2,15	71	1,98
Aposentadoria/invalidez	409	22,91	648	36,09	1056	29,49
Bolsa-família	84	4,73	52	2,92	137	3,82
Pensão	98	5,49	40	2,2	138	3,85
Auxílio- doença	237	13,3	275	15,32	512	14,31
Seguro-desemprego	2	0,11	-	-	2	0,06
BPC	38	2,14	41	2,31	80	2,23
Prog. Complementares	8	0,44	7	0,39	15	0,41
Outro benefício	74	4,12	73	4,08	147	4,1
Nenhum benefício	802	44,95	621	34,55	1423	39,75
Total	1785	100	1796	100	3581	100

Fonte: CEPES/IEUFU, Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004 e Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Na análise por gênero, a participação quanto ao não recebimento de benefícios é maior entre as mulheres do que entre os homens, em ambas as pesquisas – 58,95% versus 49,97%, respectivamente, em 2004, e 44,95% versus 34,55% em 2008.

Entre os benefícios que as PCD afirmaram receber, o mais citado foi aposentadoria por invalidez, tanto em 2004 (26,86%) quanto em 2008 (29,49%). Destinado a trabalhadores que, por doença ou acidente, foram considerados, após perícia médica, incapacitados para o exercício do trabalho, verificou-se que, quanto ao gênero, há maior participação relativa dos homens no recebimento desse benefício.

Com participações sensivelmente inferiores, o auxílio-doença, isto é, o benefício concedido aos trabalhadores impedidos de trabalhar por acidente ou doença, registrou referência de 7,55% dos entrevistados, em 2004, e de 14,31% em 2008. Outro benefício de natureza previdenciária citado foi a pensão, a qual é paga à família do trabalhador em caso de morte - 4,11% das PCD disseram receber pensão, em 2004, enquanto, em 2008, esse percentual é de 3,85%.

Também foi citado outro programa de transferência de renda, o Bolsa Escola, embora somente em 2004 (1,6% das PCD afirmaram receber esse benefício). O seguro-desemprego, auxílio temporário aos demitidos sem justa causa, foi citado por 0,17% dos entrevistados em 2004 e por 0,06%, em 2008. O Benefício de Prestação Continuada, destinado a pessoas comprovadamente com deficiência e renda familiar mensal per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, registrou uma participação relativa de apenas 0,76% do total de PCD pesquisadas em 2004 e, em 2008, 2,23%.

Quando são analisadas as informações referentes ao rendimento pessoal dos entrevistados, observa-se que 71,77% do total de 3574 PCD, em 2004, recebiam até dois salários mínimos, sendo que, destes, a maioria tinha renda de até um salário mínimo na data de referência (outubro de 2004). O percentual de pessoas com rendimentos inferiores revela-se ainda mais elevado em 2008, quando 97,15% do total de 3581 PCD entrevistadas afirmaram receber até dois salários mínimos, e 75,54% tinham rendimentos que não superavam um salário mínimo em julho de 2008, data de referência da pesquisa (Tabela 7).

Além disso, nas demais faixas de rendimento pessoal (acima de dois salários mínimos), as participações relativas das PCD entrevistadas em 2008 são inferiores às daquelas das PCD entrevistadas em 2004, o evidencia, na Fase II, uma maior concentração de pessoas com rendimentos pessoais precários.

Na análise da diferença de rendimentos por sexo, constatou-se que a participação relativa das mulheres nas faixas de rendimentos inferiores é mais elevada que a participação

relativa dos homens tanto em 2004 quanto em 2008. Na Fase I, 74,34% das PCD do sexo feminino recebiam até dois salários mínimos versus 69,43% das PCD do sexo masculino. Na Fase II, esses percentuais foram de 98,32% versus 91,04%, respectivamente. Em todas as faixas de rendimento pessoal, a participação relativa dos homens é maior que a das mulheres, quadro que reflete a desigualdade de rendimentos por gênero presente também no conjunto da população.

Tabela 7: Pessoas com deficiência por rendimento pessoal e sexo - outubro/ 2004 e julho/2008. Uberlândia/MG – 2004 e 2008.

Rendimento pessoal	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
2004						
Até 1 SM	998	58,6	914	48,85	1912	53,5
De 1,01 a 2 SM	268	15,74	385	20,58	653	18,27
Subtotal	1266	74,34	1299	69,43	2565	71,77
De 2,01 a 3 SM	51	2,99	119	6,36	169	4,73
De 3,01 a 5 SM	30	1,76	98	5,24	128	3,58
De 5,01 a 10 SM	10	0,59	28	1,5	38	1,06
Acima de 10 SM	2	0,12	3	0,16	6	0,17
Não responderam	344	20,2	324	17,32	668	18,69
Total	1703	100	1871	100	3574	100
2008						
Até 1 SM	1468	82,24	1237	68,88	2705	75,54
De 1,01 a 2 SM	253	14,17	398	22,16	651	18,18
Subtotal	1755	98,32	1635	91,04	3479	97,15
De 2,01 a 3 SM	34	1,9	89	4,96	123	3,43
De 3,01 a 5 SM	19	1,06	54	3,01	73	2,04
De 5,01 a 10 SM	1	0,06	5	0,28	6	0,17
Acima de 10 SM	2	0,11	3	0,17	5	0,14
Não responderam	8	0,45	10	0,56	18	0,5
Total	1785	100	1796	100	3581	100

Fonte: CEPES/IEUFU, Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2004 e Pesquisa LIESPPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

As informações sobre a renda familiar das PCD entrevistadas confirmam o quadro de condições de renda muito baixas e precárias para garantir a subsistência das famílias. Em 2004, 72,22% das PCD entrevistadas (3574) recebiam até três salários mínimos. Em 2008, esse percentual é ainda mais elevado (84,99%). Nas demais faixas, as participações relativas mostraram-se menores à medida que a renda familiar se eleva.

Por tudo isso, os resultados obtidos com a realização da pesquisa, tanto em sua Fase I (2004) quanto na Fase II (2008), sugerem que a PCD, residente em Uberlândia/MG, depende, em elevado grau, de ações públicas que possam garantir escolaridade, qualificação e inclusão no mercado de trabalho formal, em que a renda-salário e os direitos trabalhistas possam permitir melhor qualidade de vida para este grupo populacional e suas famílias.

Programas de complementação de renda e outros apoios como os programas já implementados: bolsa-alimentação, escola e transporte devem incluir as PCD. Atendimento especializado em saúde, incluindo programas de reeducação física para que as PCD possam obter melhor desempenho em suas atividades, sejam domésticas ou em ambientes de trabalho, é fundamental. Projetos de capacitação e qualificação, incluindo apoio para complementação escolar daqueles que estão com defasagem nos estudos deve ser meta de todas as esferas de Governo. Linhas especiais para financiamento da casa própria, inclusive com projetos adequados para as PCD podem favorecer as famílias mais pobres. Todas estas ações somente poderão ser implementadas a partir de firme articulação pública, entre todas as esferas de Governo, o que certamente promoverá desenvolvimento econômico com inclusão social.

Referências consultadas

BERTOLUCCI, Luiz. Aspectos demográficos das pessoas com deficiência. In: FERREIRA, Ester W. (Org.). Levantamento de informações econômico-sociais das pessoas com deficiência no município de Uberlândia/MG – Fase II. Relatório de Pesquisa. Uberlândia: CEPES/IEUFU, 2009. 204p.

CAMARGOS BORGES, M. et al. Pessoas com deficiência e políticas públicas: os desafios para a superação da desigualdade e inclusão no mercado de trabalho. *Anais do XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*, Campinas – São Paulo, 2009.

LEME, Heládio J.C. (org.). Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia. Relatório de Pesquisa. Uberlândia: IE e CEPES/UFU, 2001. 161p. Disponível em: www.ie.ufu.br/cepes.

cepes
PESQUISAS

